

Coneção

P O L Í T I C A

19

ANO X - V. 10 - N. 02
TERESINA-PI, JUL./DEZ. 2021

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

ISSN 2317-3254



Gênero e território



Revista Conexão Política

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política da UFPI



EDUFPI
Teresina – Piauí
Conexão Política — v. 10, n. 2 – jul./dez. 2021

Revista Conexão Política

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI

Ano 10

2021

GÊNERO E TERRITÓRIO



EDUFPI
Teresina – Piauí
Conexão Política — v. 10, n. 2 – jul./dez. 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação

Profa. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Prof. Dr. Luís de Sousa Santos Júnior

Superintendente de Comunicação Social

Profa. Dra. Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

Diretor

Profa. Dra. Edna Maria Goulart Joazeiro



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Coordenador

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

ENDEREÇO PARA CONTATO

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

✉ Bairro Ininga – Teresina-PI – 64049-550

☎ (86) 3237-1692

@ cienciapolitica@ufpi.edu.br

<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=1083>



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Diretor da Editora da UFPI

Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva

Campus Ministro Petrônio Portella,

Espaço Rosa dos Ventos

✉ Bairro Ininga, Teresina-Piauí-Brasil

CEP 64049-550 • ☎ 55 (86) 3215 5688

www.ufpi.br/sobre-edufpi

Editor Responsável

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Jr

Editor Assistente

Prof. Dr. Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas

Conselho Editorial

Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Ana Paula Mauriel – Universidade Federal Fluminense (UFF – Brasil)

Arleth Borges – Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Brasil)

Ana Paula Tostes – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ – Brasil)

Cleber de Deus – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Cristina Buarque de Holanda – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Flávio Resende – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gabriela Tarouco – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gilmar Antônio Bedin – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ – Brasil)

Héctor Luis Saint-Pierre – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Franca – Brasil)

Jairo Marconi Nicolau – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Luis Gustavo Grohmann – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – Brasil)

Marcia Soares – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – Brasil)

Mathew D. McCubbins – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Monique Menezes – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Odete Maria de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC – Brasil)

Raimundo Batista dos Santos Junior – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Scott Desposato – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Taeko Hiroi – University of Texas – At El Paso (Estados Unidos)

Valeriano Mendes Ferreira Costa – Universidade Federal de Campinas (UNICAMP – Brasil)

Editoração

José Anchiêta do Nascimento Lima

Tradução e Revisão para Língua Estrangeira

Carolina Pereira Madureira

Lucas Lira de Menezes

Revisão textual

Ilza Cardoso

Foto

Evaldo Oliviera

Capa

Sammy Lima, com interferências sobre a obra “Angel”, do artista plástico Evaldo Oliveira, obra híbrida (projeto elaborado digitalmente em tablet) impresso em Canvas e feito interferência com tintas, dimensões 70x70 cm. Ano: 2023

DIREITOS AUTORAIS E DE PROPRIEDADE

Uso da obra “Angel” foi autorizado pelo artista plástico Evaldo Oliveira—autor da obra e detentor de seus direitos—bem como pelos proprietários, Rodolfo José de Oliveira Pena e Vilma de Brito Lima Pena.

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

Conexão Política [recurso eletrônico]/ Universidade Federal do Piauí. v. 10, n. 2 (jul./dez., 2021) -- Dados eletrônicos. — Teresina: UFPI, 2021 -- 205pp.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <http://www.revistas.ufpi.br/index.php/conexapolitica>
Semestral.

ISSN: 2317-3254.

1. Ciência Política. 2. Relações Internacionais.
I. Universidade Federal do Piauí-UFPI. II. Título: Conexão Política

CDD: 320

Sumário

1	PREFÁCIO	1
Por:	GEOVANE GESTEIRA SALES TORRES; MARIA LAÍS DOS SANTOS LEITE & LUIZ PAULO RIBEIRO	
	ARTIGOS	9
2	A MULHER NA POLÍTICA INSTITUCIONAL POTIGUAR: UMA ANÁLISE SOBRE A VI- VÊNCIA DAS ELEITAS AO LEGISLATIVO MUNICIPAL	10
Por:	HELENA GRAZYELLE NASCIMENTO OLIVEIRA & ROCELLY DAYANE TEOTONIO DA CUNHA	
3	AS EXPRESSIVIDADES TRANSEXUAL E TRAVESTI NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 E OS SEUS IMPACTOS NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA BRASILEIRA	37
Por:	LUCAS LIRA DE MENEZES & MAIKO JHONATA A. GOMES	
4	O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA MULHER ENQUANTO SUJEITO POLÍTICO NOS CONTEXTOS RURAIS: CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E POSSIBILI- DADES DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EMANCIPATÓRIAS	51
Por:	BRUNA MARQUES DA COSTA & CONRADO PÁVEL DE OLIVEIRA	
5	GÊNERO E SOBERANIA ALIMENTAR: REFLEXÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DA MU- LHER RURAL NA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL	77
Por:	MARIA ALANE PEREIRA DE BRITO; MARIA LAÍS DOS SANTOS LEITE & SUELY SALGUEIRO CHACON	
6	MULHERES ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO E BARRAGENS: IMPACTOS E RESISTÊN- CIAS	96
Por:	CAMILLA VERAS PESSOA SILVA	
7	O PROTAGONISMO DAS MULHERES E A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL A PARTIR DO TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL DA EMATER/RS-ASCAR COM OS GRUPOS COMUNITÁRIOS DE MULHERES RURAIS	122
Por:	JSMARMENTINI & TEGERHARDT	
8	A SITUAÇÃO DOS DIREITOS LGBT+ NO BRASIL E MÉXICO: UMA ANÁLISE COMPA- RATIVA EM DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	154
Por:	GEOVANE GESTEIRA SALES TORRES; MARIA LAÍS DOS SANTOS LEITE & GEORGE JOSÉ DOS SANTOS LIMA	
	RESENHA/RECENSÃO	183
9	CONNELL, RAEWYN. <i>GÊNERO EM TERMOS REAIS</i> . 1ª ED. SÃO PAULO: NVERSOS, 2016.	184
Por:	MARCOS PAULO MAGALHÃES DE FIGUEIREDO & CARLITO LINS DE ALMEIDA FILHO	
10	BONI, LIVIO; MENDELSON, SOPHIE. <i>LA VIE PSYCHIQUE DU RACISME: L'EMPIRE DU DÉMENTI</i> . PARIS: LA DECOUVERT, 2021.	192
Por:	LUIZ PAULO RIBEIRO; CAROLINA COSTA RESENDE & JESUS ALEXANDRE MONTEIRO	

1 Prefácio

A produção acadêmica em torno da questão de gênero ganhou força a partir dos estudos sobre a categoria mulher e, posteriormente, em virtude das epistemologias feministas assentes em distintas tradições teóricas no cerne das ciências humanas e sociais e tecidas em variados contextos nacionais. O pensamento fenomenológico existencialista de Simone de Beauvoir contribuiu para a reflexão sobre a condição de subordinação das mulheres como produto social advindo das situações produzidas no tempo, espaço e em relações que independem das vontades dos sujeitos. Isso se mostrou elementar à compreensão do sexo como fato político, não natural.

O feminismo negro de pensadoras como Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Lélia González, Ângela Davis e Sueli Carneiro evidenciou a situação de desfavorecimento das mulheres negras diante da pirâmide de sexualização e de racialização dos corpos. O pensamento decolonial de teóricas como Yuderkys Espinosa Minõso e María Lugones é fundamental à produção intelectual e práxis feministas a partir do Sul global. Já a contribuição *queer* de nomes como Judith Butler, Paul Preciado, Glória Anzaldúa, Berenice Bento, Larissa Pelúcio, Richard Miskolci e Leandro Colling ofertam óticas que transcendem o essencialismo identitário e a naturalização da diferença sexual. Não obstante, o feminismo marxista de Heleieth Saffioti e de Mirla Cisne é elementar à contemplação do patriarcado, bem como do cruzamento entre gênero, classe e desigualdades sociais.

Destaca-se que Butler (2019) não enxerga o sexo como algo pré-discursivo, pois o seu pensamento concebe tal fato como uma prática reguladora que produz os corpos que governa. Diante disso, o sexo é o resultado de reiterações forçadas normativamente. Isso implica a materialização performativa dos corpos e, por conseguinte, a construção performativa da verdade anatômica assente na diferença sexual.

A partir desse exposto, Butler (2003) concebe gênero como o resultado de repetições corpóreas, localizadas no tempo e espaço, situadas em estruturas normativas que produzem plasticidades de classes naturais e substâncias. Contudo essas classes e substâncias só existem em decorrência de tais estilizações repetidas do/no corpo, considerando-se que o gênero “[...] não é um dado de realidade” (BUTLER, 2003, p. 199), mas um constructo que ancora ficções comportamentais culturalmente contextualizadas e que, caso desobedecidas, pressupõem punições aos(às) transgressores(as).

Logo, por serem produtos político-discursivos, sexos e gêneros estão passíveis de disputas, transgressões e reconstruções no cerne das relações de poder. Nessa tônica, Bento (2017) concebe o corpo-sexuado, os gêneros e sexualidades como produtos históricos formatados a partir de normas que geram exclusões e

sofrimentos para aqueles(as) que são dissidentes às tendências comportamentais emanadas do sistema sexo-gênero.

Contemplar o corpo como território de disputas e combates é fundamental para a compreensão e análise das resistências e problemas públicos que acometem grupos populacionais e sujeitos alvos de políticas de abjeção. Nesse sentido, o corpo não é visto em seu reducionismo biológico (isto é, como um conjunto de átomos, células, tecidos, órgãos e sistemas), mas por “uma concepção decolonial, complexa e não dualista [a qual contempla] [...] uma noção de corporeidade em toda a sua multiplicidade [além da relação entre] [...] corpo individual e corpo social” (HAESBAERT, 2020, p. 87).

Assim, ao compreender os corpos como realidades biopolíticas (FOUCAULT, 2017), pensar as relações de gênero, raça, sexualidade e território se mostra fundamental para o vislumbamento das desigualdades sociais e demandas de grupos específicos que sofrem em decorrência de distintas violências produzidas em virtude de marcadores sociais da diferença. Diante disso, é mister destacar que o cruzamento analítico entre gênero e território, apesar de extremamente necessário para a contemplação dos distintos posicionamentos e desigualdades sociais acarretadas pelos marcadores sociais da diferença, ainda é incipiente em pesquisas sobre as relações de gênero.

Nessa perspectiva, vale frisar que, de acordo com Laura Moutinho (2014, p. 215–216), “os principais marcadores são gênero, sexualidade, raça (seguidos na articulação com classe, erotismo, geração, território e, muito mais recentemente, deficiência)”. Posto isso, a interseccionalidade, paradigma epistemológico, faz-se elementar para o vislumbamento científico dos posicionamentos e desigualdades sociais que amiúde tolgem direitos fundamentais e constroem sujeitos de ascenderem à vida pública.

Nesse hiato, o espaço (urbano e rural), longe de ser uma dimensão material indiferente à realidade sociopolítica, é, para pensadores como Lefebvre (1972) e Corrêa (1989), uma produção politicamente implicada e protagonizada por agentes e grupos bem definidos, os quais se comprometem com a legitimação do *status quo*. Ora, se o espaço se ergue para a ratificação do capitalismo, normas de gênero e da modernidade, há a tendência de que o espaço se mostre hostil a populações como mulheres, negros(as), indígenas, LGBTQIAP⁺¹, ciganos(as), população em situação de rua, sem-tetos, sem-terras e trabalhadores(as) precarizados(as). Não à toa, ícones dos direitos humanos, da luta pela terra e pelo direito à cidade, como a sindicalista Margarida Alves, o ecologista Chico Mendes, o psicólogo social Marcus Matranga, o indigenista Bruno Araújo Pereira e a vereadora Marielle Franco tiveram as suas vidas brutalmente interrompidas, assassinados(as) por buscarem melhorias para seus povos e territórios.

¹ LGBTQIA+ é um dos acrônimos mais usados para fazer referência às pessoas com orientações sexuais dissidentes: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer, com um sinal “+” para reconhecer outras possibilidades.

Dessarte, Mbembe (2018), ao apresentar o conceito de necropolítica, insere nessa discussão a possibilidade de vislumbrar correlações entre território e poder e, mais além, sobre uma territorialização da violência a partir de relações de domínio-poder. Isso quer dizer que, na agenda política global, é intencional e estrutural a “permissão”/“omissão” que alguns grupos populacionais sejam vítimas da violência. Nesse sentido, a ocupação colonial de territórios na contemporaneidade é o produto da imbricação entre o poder disciplinar, biopolítica e necropolítica, algo que concede “[. . .] ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado” (MBEMBE, 2018, p. 48), visando a sua economia máxima, isto é, o massacre das vidas não passíveis de luto.

Prova disso, conforme dados do Atlas da Violência 2021, é que apenas, entre 2018 e 2019, o Brasil registrou 8.256 homicídios femininos. Vale destacar que a intersecção entre gênero e raça se mostra fundamental à percepção sobre a violência letal contra as mulheres no Brasil, considerando-se que, somente em 2019, 66% das mulheres assassinadas no país eram negras. Nesse direcionamento, Biroli (2016) pontua que o cruzamento entre marcadores sociais da diferença se mostra substancial, porque o gênero é produzido pela relação entre a divisão sexual do trabalho e outras variáveis que influenciam na identificação e posicionamento dos sujeitos, sobretudo classe e raça.

Além disso, entre 2009 e 2019, cresceu em 10,6% o percentual de mulheres assassinadas no ambiente doméstico. Em termos territoriais, em 2019 há uma concentração da violência contra as mulheres nas macrorregiões Norte e Nordeste, considerando-se que os dez estados do país com maiores taxas de homicídios femininos por 100 mil mulheres foram Roraima (12,5), Acre (7,5), Amazonas (5,7) Pará (5,5), Rio Grande do Norte (5,4), Alagoas (5,1), Bahia (5,0), Mato Grosso (5,0), Rondônia (4,8) e Ceará (4,7) (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (n/d), entre 1985 e 2022, ocorreram 59 massacres no campo em âmbito nacional, perfazendo 302 vítimas. A maioria dos casos ocorreu no Pará (155), seguido de Rondônia (40) e Roraima (33). O valor majoritário das vítimas era posseiro (80), sem-terra (64) e indígena (35). Para além de números, essas vidas ceifadas pela violência no campo têm nome, gênero, raça e classe social. As suas lutas inspiram resistências contemporâneas contra a opressão. Assim, mártires como Margarida Maria Alves (PB–1983), Severina Rodrigues de França (PB–1989), Márcia Maria Eugênia de Carvalho (PE–1993), Odete Medeiros Cavalcante (PE–1993), Josiete da Silva (PE–2002), Iraci Otília da Silva (PB–2009) e Bernadete Pacífico (BA–2023) devem ser lembradas e as suas lutas evidenciadas.

Em relação à violência contra a população LGBTQIAP+ no Brasil, entre 2011 e 2019, o Disque 100 registrou a média de 1.666 denúncias anuais tocantes à violência LGBTQIAP+fóbica (CERQUEIRA *et al.*, 2021). Em complemento, o Dossiê 2022, intitulado “Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil”,

aponta que, entre 2000 e 2022, 5.635 pessoas foram vítimas de violência letal de caráter LGBTQIAP+fóbico (GASTALDI; BENEVIDES; COUTINHO, 2023).

Apesar das conjunturas brasileira e latino-americana clamarem por políticas públicas ancoradas na equidade de gênero e respeito às diferenças, nota-se um fenômeno de recrudescimento do neoconservadorismo. Isso se dá em um arranjo no qual o conservadorismo moral se funde com o neoliberalismo na precarização dos corpos que não importam ao sistema-mundo moderno, patriarcal e capitalista. O pânico moral transmutado no sintagma “ideologia de gênero” é um dos sintomas mais evidentes desse processo em que a intolerância ocupa a política institucional e promove retrocessos como o tolhimento de discussões sobre gênero e sexualidade em escolas. Para além dessa cruzada moral antigênero, durante o governo Bolsonaro (2019–2022), no Brasil, também se vislumbraram outras cruzadas contrárias à racionalidade e aos ideais de justiça social.

Diante desse contexto complexo que exalta a relevância de discussões científicas sobre a relação entre gênero e território, este dossiê temático abarca artigos científicos, ensaios teóricos e resenhas de obras bibliográficas que se voltam à missão epistemológica e política de construir uma agenda de pesquisa comprometida com os direitos humanos.

O artigo “A mulher na política institucional potiguar: uma análise sobre a vivência das eleitas ao legislativo municipal”, de autoria de Helena Grazyelle Nascimento Oliveira e Rocelly Dayane Teotonio da Cunha, investiga elementos relativos à representatividade de mulheres na política institucional do Rio Grande do Norte. Para tanto, as autoras adotam a ótica do materialismo histórico-dialético, empregando uma pesquisa documental no acervo da Assembleia Legislativa de Natal–RN e a realização de sete entrevistas em profundidade com vereadoras eleitas no pleito de 2016. Através do seu percurso teórico-metodológico, as autoras concluem a existência de uma relação direta entre o aumento de mulheres eleitas para o legislativo municipal e o crescimento de políticas públicas para mulheres em Natal–RN. Isso as leva a afirmar que a relação entre políticas públicas, representatividade e participação política é dialética.

Não obstante, o dossiê conta com a produção “As expressividades transexual e travesti nas eleições municipais de 2020 e os seus impactos na democracia representativa brasileira”, desenvolvida por Lucas Lira de Menezes e Maiko Jhonata A. Gomes. O texto trata da eleição de 30 travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras no ano de 2020. A autoria parte da hipótese de que esse resultado histórico é um produto das lutas por participação e representatividade política do grupo populacional em tela, em um contexto

nacional marcado pela ascensão da extrema direita e do conservadorismo substanciada na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018.

Já o trabalho “Processo de reconhecimento da mulher enquanto sujeito político nos contextos rurais: contribuições das políticas públicas e possibilidades de práticas psicológicas emancipatórias”, de autoria de Conrado Pável de Oliveira e Bruna Marques da Costa, analisa socio-historicamente a emancipação feminina no espaço rural. No decorrer do texto, são apresentadas discussões que atestam os direitos políticos e sociais de mulheres camponesas como frutos de lutas sociais consolidadas e em desenvolvimento. Ao término das reflexões, o artigo aponta a relevância da universalidade de políticas públicas comprometidas com a dignidade das mulheres, assentes na categoria gênero e de combate ao patriarcado para o alcance do reconhecimento do trabalho e atuação política feminina no campo.

Nessa linha temática, o dossiê também conta com o artigo “Gênero e soberania alimentar: reflexões acerca da atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil”, escrito por Maria Alane Pereira de Brito, Suely Salgueiro Chacon e Maria Laís dos Santos Leite. O texto reflete, dentre outras questões, sobre os dilemas e avanços relacionados à atuação de mulheres camponesas em prol da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional no contexto brasileiro. Nesse sentido, adotou-se uma pesquisa bibliográfica e documental para a coleta dos dados primários e secundários. Após o escrito, as autoras concluem a centralidade da atuação de mulheres rurais no que toca à soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, valorização de saberes ancestrais e práticas agrícolas tradicionais. Entretanto a pesquisa também evidencia os inúmeros percalços econômicos, educacionais e tecnológicos enfrentados pelo grupo estudado.

Por sua vez, o ensaio teórico “Mulheres atingidas pela mineração e barragens: impactos e resistências”, escrito por Camilla Veras Pessoa Silva, reflete sobre as práticas de resistência protagonizadas pelas mulheres atingidas por grandes projetos nos campos da mineração e geração de energia elétrica. Nesse esteio, a autora destaca que o protagonismo feminino nessas condições é fundamental para conquistas objetivas, tal como a garantia de reparações e indenizações, até o combate político-discursivo ao modelo desenvolvimentista neoliberal. A autora faz uso do conceito de “corpos-territórios” para afirmar o papel angular das mulheres na luta política contra a destruição criativa da natureza e em prol da justiça socioambiental.

O artigo “O protagonismo das mulheres e a promoção da saúde mental a partir do trabalho de extensão rural da EMATER/RS-ASCAR com os grupos comunitários de mulheres rurais”, desenvolvido por Joice Schneider Marmenitini e Tatiana Engel Gerhardt, trata de atividades promovidas em grupos de mulheres inseridos nas ações da Emater/RS-ASCAR. Para tanto, as autoras realizaram entrevistas com 10 assistentes técnicas regionais sociais da

Emater/RS-ASCAR. Após análises de conteúdo dos repertórios discursivos, conclui-se que as protagonistas da pesquisa desenvolvem atividades nos campos da segurança e soberania alimentar, artesanato rural e plantas bioativas. Tais atividades são realizadas em grupos de mulheres e contribuem para a promoção da saúde mental das mesmas, logo consistem em espaços terapêuticos. Em síntese, os resultados dessa investigação empírica destacam a importância da extensão rural social no que se refere à promoção do bem-estar, independência econômica e saúde mental das mulheres.

Em relação à diversidade sexual e de gênero no contexto latino-americano, o artigo intitulado “A situação dos direitos LGBT+ no Brasil e México: uma análise comparativa em documentos de organizações internacionais”, de autoria de Geovane Gesteira Sales Torres, George José dos Santos Lima e Maria Laís dos Santos Leite, comparou a situação dos direitos LGBTQIAP+ no Brasil e México a partir de documentos da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*–ILGA e da Anistia Internacional. Os dados da pesquisa, em diálogo com a bibliografia pertinente aos direitos sexuais e reprodutivos, apontam que o México apresenta leis tocantes aos direitos LGBTQIAP+ com maior força normativa do que o Brasil. Este país, conforme a pesquisa, apresenta marcos legais advindos, sobretudo, do ativismo judicial, além de ser marcado por grande omissão do Congresso Nacional em tratar sobre o tema.

O dossiê também é abrilhantado por resenhas de dois livros. O primeiro deles é “Gênero em termos reais”, escrito pela socióloga australiana Raewyn Connell, resenhado por Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo. O autor relaciona o conteúdo do livro com questões pertinentes à vida da autora, a qual se identifica como uma mulher transexual. O livro aborda a questão de gênero para além da ótica abstrata ou essencialista. Assim trata da produção acadêmica em torno da questão de gênero e ainda de discussões pertinentes à masculinidade e à transexualidade. O segundo livro, « *La vie psychique du racisme: l'empire du démenti* » de autoria de Livio Boni e Sophie Mendelson, foi resenhado por Luiz Paulo Ribeiro, Carolina Costa Resende e Jesus Alexandre Monteiro, enfatizando as relações possíveis dos estudos sobre o racismo a partir da psicanálise e da Educação.

Posto isso, esperamos que o presente dossiê temático inspire processos de pesquisa, construções científicas e resistências políticas ancorados no respeito e promoção das diferenças e justiça social. Assim como uma colcha colorida de retalhos que decora lares no Brasil profundo e possibilita potentes experiências estéticas ligadas ao saber-fazer, esperamos que os trabalhos ora publicados sirvam de instrumento para que as potências do pensar, da práxis e do sentir sejam sempre consideradas para a perseguição de arranjos sociais mais equânimes e sustentáveis.

Geovane Gesteira Sales Torres

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Maria Laís dos Santos Leite

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Luiz Paulo Ribeiro

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EdUFBA, 2017.
- BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados*, v. 59, p. 719–754, 2016.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam*. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições; Crocodilo Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo. *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Tradução de Maria Idalina Furtado. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 201–248, 2014.

Artigos

A MULHER NA POLÍTICA INSTITUCIONAL POTIGUAR: UMA ANÁLISE SOBRE A VIVÊNCIA DAS ELEITAS AO LEGISLATIVO MUNICIPAL

2

Helena Grazyelle Nascimento Oliveira (helenagno08@gmail.com)¹

Rocelly Dayane Teotonio da Cunha (rocellycunha@gmail.com)²

Resumo: O presente artigo aborda a inserção da mulher na política institucional do Rio Grande do Norte e sua história de pioneirismo. Busca investigar a representatividade das potiguares na política institucional do estado analisando o percurso histórico a partir das desigualdades entre os gêneros, tendo como base o método Materialista Histórico Dialético. Para o alcance desses objetivos, analisa documentos históricos disponibilizados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e realiza entrevistas semiestruturadas com as parlamentares eleitas vereadoras pelo estado potiguar nas eleições de 2016, ano do golpe que destituiu a primeira mulher eleita Presidente do Brasil. O estudo concluiu que há uma relação dialética entre representatividade, políticas públicas e participação ativa, todavia não se faz suficiente para implicar a abertura concreta de mais espaço na política para mulheres, bem como a superação das relações desiguais que as subjagam.

Palavras-chave: mulher; pioneiras norte-rio-grandenses; gênero; política.

WOMEN IN POTIGUAR INSTITUTIONAL POLITICS:
AN ANALYSIS ON THE EXPERIENCE OF THOSE
ELECTED TO THE MUNICIPAL LEGISLATIVE

Abstract: This article addresses the insertion of women in institutional politics in Rio Grande do Norte (RN) and its pioneering history. We sought to investigate the representativeness of potiguares in the institutional policy of the state, analyzing the development of the historical course from the inequalities between genders, basing such analysis on the Dialectical Historical Materialist method. In order to achieve these objectives, a documentary analysis of historical documents made available to the Legislative Assembly of Rio Grande do Norte and semi-structured interviews with parliamentarians elected councilors by the Potiguar state in the 2016 elections, the year of the coup that removed the first woman elected President of Brazil, were carried out. It is concluded that there is a dialectic relationship between representativeness, public policies and active participation, however, it is not enough to imply the concrete opening of more space in politics for women, as well as, in overcoming the unequal relations that subjugate them.

Keywords: woman; rio grande do norte's pioneers; gender; politics.

1 INTRODUÇÃO

Ao resgatar historicamente as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política brasileira, identifica-se um ambiente hostil e opressor, fundamentados em estruturas patriarcais que reforçam o vetor

¹ Psicóloga e Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Psicóloga, Doutora em Psicologia e Docente do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN).

dominação-exploração sob as mulheres no espaço público. Nesses espaços, os discursos fazem uso de argumentos naturalistas e biologizantes que reproduzem a opressão do homem sobre a mulher com a justificativa da inferioridade feminina para consolidar essa estrutura (SAFFIOTI, 2004).

O Brasil representa o retrato de um país em que o poder ainda é um domínio hegemonicamente masculino (BRASIL, 2015). Os resultados das eleições de 2012 e 2016 ilustram bem a realidade da mulher na política institucional nacional. Na eleição de 2016, 52,20% do eleitorado brasileiro era do sexo feminino. Entretanto os homens ocuparam majoritariamente 88,43% dos cargos ofertados para prefeito(a) e 86,49% das cadeiras de vereadores(as) em todo o país (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

O Rio Grande do Norte (RN) é um dos estados com maiores índices de mulheres eleitas, e ainda assim é alarmante a baixa porcentagem da categoria feminina que consegue se eleger. Nas eleições de 2016, das 167 vagas para o cargo de prefeito(a), apenas 46 mulheres foram eleitas, em comparação aos 121 homens que conseguiram eleger-se, o que equivale a uma porcentagem de aproximadamente 27,54% das vagas ocupadas por mulheres. O índice das vagas para vereadores(as) é ainda menor, 349 mulheres dentre os 1.291 eleitos, uma taxa de 21,28%, aproximadamente (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Apesar dos baixos índices de eletividade das mulheres no RN, a história da inserção feminina na política em solo Potiguar é repleta de protagonismo. A Lei estadual n. 660 — em exercício a partir do dia 25 de outubro de 1927 — reconheceu o direito de votar e de serem votadas às mulheres do estado potiguar, caracterizando uma abertura política que serviu para intensificar a tomada de consciência dessas mulheres (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

O Rio Grande do Norte se consagrou como pioneiro na inserção das mulheres na política institucional em nível estadual, nacional e até mesmo internacional (FERNANDES, 2004). Atualmente esse estado possui um eleitorado do sexo feminino (52,55%) quantitativamente maior em relação ao do sexo masculino (RIO GRANDE DO NORTE, 2017). É necessário atentar para a investigação dos motivadores que distanciam os mais de 52% da população potiguar da atuação na política.

Se o baixo índice de atuação político-institucional das mulheres implica uma baixa representatividade político-social das mesmas, é primordial o questionamento a respeito das estruturas naturalizadas que as distanciam do espaço

público. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), essa desigualdade deve-se à divisão de função e papéis atribuídos aos sexos, por meio da divisão sexual do trabalho: aos homens tem sido reservado o espaço público e às mulheres a submissão no espaço doméstico.

A sub-representação feminina no Parlamento está permeada por bases sexistas e machistas, que resultam em séculos de discriminação imposta ao gênero feminino, havendo a necessidade de uma reestruturação social com mudanças, também, de cunho cultural, para que os âmbitos políticos e econômicos possam ser uma ferramenta de equidade (BRASIL, 2015). Tendo em vista a problemática apresentada anteriormente, esta pesquisa definiu como objetivo central investigar os principais elementos que compõem a representatividade das mulheres eleitas vereadoras na política institucional do RN.

Enquanto objetivos específicos têm-se: localizar no âmbito político-institucional potiguar os componentes principais das relações hierárquicas de gênero e correlacionar tais relações desiguais com os baixos índices de eletividade feminina no RN nas eleições de 2016; identificar os aspectos que permeiam o espaço de fala destinado às mulheres já inseridas na política institucional norte-rio-grandense; e, também, constatar os impactos sociais gerados pela escassa inserção e atuação político-institucional das potiguares.

2 PERCURSO METODOLÓGICO TRAÇADO

O presente trabalho possui natureza qualitativa, que consiste em uma pesquisa descritiva ao acreditar que a relação entre sujeito e mundo não pode ser limitada à quantificação (GIL, 1994). Dois instrumentos de coleta foram utilizados, sendo o primeiro o método de análise documental, que se constitui como técnica complementar que desvela novos aspectos de um tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) ao utilizar informações de fontes primárias, isto é, documentos que ainda não receberam tratamento analítico (SEVERINO, 2007). Os documentos analisados foram coletados mediante pesquisa de campo no Memorial da Mulher, localizado dentro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, em Natal-RN, em 2017, e consistem em arquivos documentais que narram a história das mulheres potiguares pioneiras na política.

Como segundo método de coleta utilizado, optou-se pela realização de entrevista semiestruturada, que se caracteriza por conceder ao entrevistado a

decisão de construir a resposta (LAVILLE; DIONE, 1999 *apud* MATTOS, 2005) com base em um roteiro de questões pré-determinadas. Um total de 7 (sete) mulheres eleitas ao legislativo municipal como vereadoras pelo estado potiguar nas eleições 2016 foram entrevistadas, tendo como guia um roteiro de entrevistas norteado por pautas.

A escolha por entrevistar as eleitas em 2016 se deu principalmente por ser o estado potiguar o que mais elegeu mulheres, em comparação aos demais estados do país durante as eleições do legislativo municipal, mas também levando em consideração a importância da história material e simbólica que se construiu no referido ano: a destituição da primeira mulher eleita presidente do Brasil por meio de golpe institucionalizado e aparatado pelo próprio Estado, conforme explicitado por Biroli (2018).

Já a escolha de atentar para as eleitas ao legislativo municipal se fundamentou no interesse de identificar se o pioneirismo das norte-rio-grandenses tem reverberado de alguma forma na atuação das vereadoras nos diversos municípios do estado, levando em consideração a possibilidade destas em participar ativamente na construção de leis, o que durante muitos séculos não foi possível. Apesar da tentativa de entrevistar eleitas de diversos municípios do estado, diante da dificuldade de contato com as parlamentares, só foi possível entrevistar aquelas que atuavam na capital Natal, na cidade vizinha Parnamirim e em Nova Cruz, cidade localizada no interior do agreste potiguar.

Os dados coletados foram analisados pela perspectiva das lentes teóricas do feminismo marxista e apoiados na teoria marxiana, norteado pelo método materialista histórico-dialético, compreendido como uma forma de analisar a realidade a partir da confrontação de teses, hipóteses ou teorias. Para Hegel existem três momentos básicos no método dialético: a tese, a antítese e a síntese (FERREIRA, 2013). Entretanto é a partir de Karl Marx que a dialética se torna Método Científico (THALHEIMER, 1979).

Marx, ao desenvolver o método dialético, resultou no método materialista histórico-dialético, que consiste na interpretação da realidade, visão de mundo e ação. Realizou a interpretação da dialética para Hegel atribuindo um caráter material e histórico, ou seja, os homens se organizam enquanto sociedade através da produção e reprodução, bem como se organizam através da história (PIRES, 1997). Tal método objetiva descobrir “as leis fundamentais que

definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade” (PIRES, p. 87, 1997).

De acordo com Zago (2013), Kosik (1976) entende que a realidade possui como elemento constituinte o fenômeno e a essência, em que o método dialético permite buscar as relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos. De acordo com o método materialista histórico-dialético, apesar do conhecimento se construir através do pensamento, ele é social e pode ser um reflexo da sociedade se o processo de análise for feito de forma correta (ZAGO, 2013).

Quanto à estrutura, o presente artigo se divide em duas seções: uma teórica, intitulada “Divisão sexual do trabalho e a mulher na sociedade”, em que foi realizado o resgate histórico das condições que contribuíram para a situação desigual das mulheres potiguares na política, complementado pelos dados identificados e analisados na pesquisa documental; e a segunda, destinada à análise das entrevistas realizadas “Apartadas: uma análise da experiência”.

3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A MULHER NA SOCIEDADE

A sociedade humana é mutável e transitória, ou seja, possui diferentes formas de organização, de acordo com a relação dialética exercida com o meio. É impossível remeter ao espaço da mulher no âmbito político sem compreender o percurso histórico de produção das desigualdades e violências que subjugam e inferiorizam o sexo/gênero feminino. Tais produções desiguais citadas anteriormente possuem uma base em comum: as relações sociais de sexo, que advém das relações sociais. Essa última, respectivamente, possui diferentes formas de funcionamento, que são a base da organização social, ou seja, manifestam-se de formas diversas. A relação social é, segundo Kergoat (2002), uma *tensão* que atravessa o campo social e produz determinados fenômenos sociais.

O trabalho aparece como motor da *tensão* entre os grupos e atinge dois planos: o coletivo e o individual (KERGOAT, 2002). No primeiro, estão inseridos os campos Profissional e Doméstico, sendo possível relacionar ao significado que Marx (1983 *apud* NETTO; BRAZ, 2006) atribui ao processo de Produção do Trabalho no sentido *laboral* e se expressa sob o véu da alienação gerada pelo modo de produção capitalista. Já o plano individual é o trabalho não somente modificando o ambiente, mas também a modificação do sujeito através dele

(KERGOAT, 2002), que expressa a relação dialética, conceituada por Marx (1983 *apud* NETTO; BRAZ, 2006), entre Homem e Natureza.

De acordo com Marx (1983), o Trabalho é a transformação da natureza, uma característica específica das relações humanas. É também o processo histórico pelo qual o Ser Humano se constitui enquanto Ser Social, através da satisfação material de suas necessidades. O homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza, numa relação dialética com a matéria, e, na medida em que a transforma, o sujeito é transformado por ela. Tal mediação é realizada com o auxílio de instrumentos que são direta ou indiretamente elaborados pelo sujeito (NETTO; BRAZ, 2006).

Para Kergoat (2002, p. 3), o Trabalho é a produção de vivência, relaciona-se direta e dialeticamente com as relações sociais, sendo *desafio* das relações sociais de sexo. Ao produzir a sociedade, reproduzi-la e inventar novas configurações de pensar e agir, “os seres humanos estão em confronto permanente”. Tal confronto atua em torno dos desafios oriundos da dinâmica das relações sociais, constituindo, então, os grupos sociais.

As relações sociais de sexo provenientes das relações sociais definem a forma de divisão social do trabalho que se caracteriza pela destinação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, em que a condição de parideira concede submissão. Segundo Marx e Engels (1977, p. 70), “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”.

Homens e mulheres não são uma coleção — ou duas coleções — de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2002).

Em conformidade com Kergoat (2002), é possível entender a divisão sexual do trabalho como algo mutável, que possui e expressa modalidades diversas através do tempo e das sociedades. Dois princípios organizadores se expressam na Divisão Sexual do trabalho: o princípio de Separação, havendo a categoria de trabalhos para homens e trabalhos destinados às mulheres, e o princípio

Hierárquico, apresentando maior valoração à categoria do trabalho realizado pelo Homem em comparação com a categoria atribuída à mulher.

Seguindo a linha *teórico-metodológica* de Kergoat (2002), é visível uma estrutura que segue um padrão respectivo, ou seja, as relações sociais sendo permeadas pelas relações sociais de sexo, que, por conseguinte, especificam-se na divisão sexual do trabalho. As relações sociais de sexo fazem uso do conceito de gênero¹ e dos papéis sociais atribuídos a ele para fortalecer o arcabouço de sua divisão sexual.

Saffioti (2004) entende gênero como algo mais amplo, que sempre permeou as relações sociais das diferentes civilizações, entretanto sem necessariamente se expressar de forma desigual, o que é extremamente importante para encarar a subordinação das mulheres até os dias de hoje como algo passível de mudança.

O determinismo em afirmar que todas as sociedades fazem uso do gênero para dominar e explorar o sexo feminino apenas naturaliza a opressão (SAFFIOTI, 2004 *apud* OSTERNE; SILVEIRA, 2012). Nem sempre as relações entre os sexos/gêneros se estruturaram de formas desiguais. Estudos antropológicos mostram que nas sociedades primitivas, em determinados períodos, teria predominado o matriarcado (ENGELS, 1884; MURARO, 1997).

Posteriormente, Saffioti (2004) realiza uma crítica à teoria Weberiana² por considerá-la rasa e naturalizante e resgata o conceito de patriarcado ao concebê-lo como um caso específico das relações de gênero, sendo um modelo social, familiar e econômico que se fundamenta na subjugação do sexo feminino. Um dos vários pontos em comum na concepção teórica das duas autoras é que, para Barbieri (1993), não houve uma modificação da estrutura atual em essência, existindo, ainda, uma herança dessas sociedades patriarcais. Em similaridade, Saffioti (2009) considera que a base material patriarcal não foi destruída.

No Brasil, Gilberto Freyre (1986), se propôs a estudar e entender o modo de organização da família no contexto colonial e escravocrata. Em sua obra

¹ Utiliza-se a concepção de gênero como “o sexo socialmente construído”, postulada por Barbieri (1993, p. 5).

² Para Weber (1965), chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida por uma só pessoa, o Patriarca, de acordo com algumas regras hereditárias fixas. Max Weber identifica o ordenamento patriarcal como motor da subordinação feminina.

Casa Grande e Senzala, publicado originalmente em 1933, ele aborda o período caracterizado pelo modelo senhorial e dos clãs parentais, que são referência da família patriarcal. Dessa forma, *o patriarca* constitui-se em um núcleo econômico de poder, afetando, além do seu círculo familiar, o ambiente social a sua volta.

Freire trouxe uma análise do modelo patriarcal, de fato, importante. Entretanto, de acordo com Correa (1993) e Barbieri (1993), a concepção de patriarcado freiriana permaneceu sem profundidade por não levar em consideração os demais aspectos que permeiam as relações desiguais entre os sexos/gêneros e, também, por não possuir valor explicativo. A ausência da profundidade na conceituação de patriarcado freiriana apontada pelas autoras expressa um fator específico de que não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista (SAFFIOTI, 2004). O patriarcado se articula na modernidade ao advento do capitalismo, e, sendo assim, não se pode atribuir a gênese da violência contra as mulheres somente à herança patriarcal. São duas formas de produzir e reproduzir a vida a partir das relações de dominação e expropriação, em especial dos corpos e autonomia femininos (FONSECA, 1989; TOLEDO, 2003).

Levando em consideração o substrato material — o corpo —, existe a concepção de gênero como algo construído e fundamentado no sexo sobre o qual a sociedade atua (SAFFIOTI, 2009). O binômio dominação-exploração constitui a garantia de direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, em que há não só a dominação, mas também a exploração dos corpos femininos em diversos âmbitos. Dentro desse binômio, as relações entre os sexos se caracterizam por uma relação hierárquica de poder (SAFFIOTI, 2004).

O controle sobre os corpos femininos subordina-os numa apropriação não só física, mas ainda de sua força de trabalho, expressos tanto no patriarcado quanto no capitalismo, segundo Barbieri (1993, p. 9), “sem deixar que sua capacidade escape das amarras”. É essencial para a análise da subordinação feminina estudar as formas de organizações sociais, atentar para todos os níveis de relações e suas diversas expressões nas sociedades, entendendo que comparativamente, o homem é para a mulher aquilo que o capitalismo é para a classe operária (BARBIERI, 1993).

3.1 *A mulher e o debate sobre a política institucional*

O percurso da mulher na política institucional foi, e ainda, é repleto de obstáculos e resistência à participação feminina, em que *ser mulher* significou por muito tempo não ser cidadã. Consequentemente, participar e intervir na construção das leis que regem a sociedade e a elas se aplicava era algo irreal e utópico. O espaço público político restrito apenas aos homens resultava, intrinsecamente, em uma militância político-social enviesada.

Conquistas, lutas e revoluções pertenciam ao sexo masculino, e assim transcorreu até a Revolução Francesa. Apesar do maciço protagonismo masculino, a participação feminina foi muito mais importante do que se imagina. De acordo com Morin (2009)³, a presença das mulheres na cena política foi tolerada e até incentivada no início da Revolução.

A participação ativa das mulheres na Revolução Francesa teve um papel de extrema importância para o movimento feminista, além de ser um marco na luta feminina por direito à cidadania. O ponto inicial para a conquista de espaço político e legislativo é a militância. A tomada das ruas de forma organizada regeu e rege as conquistas que já aconteceram e que ainda estão por vir (MORIN 2009).

Outra forma de militância organizada se expressou através dos movimentos feministas. O feminismo é um movimento moderno e teve seu início com as lutas sufragistas que se espalharam de forma mais organizada na segunda metade do século XIX e início do século XX. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e Estados Unidos, reivindicando direitos políticos ao voto (PINTO, 2003).

No Brasil, a virada do século XIX para o século XX até 1932 contextualizou os primórdios do movimento, quando as brasileiras ganharam o direito de votar. Pinto (2003), em sua obra *Uma História do Feminismo no Brasil*, discorre, *a priori*, sobre duas tendências identificadas no movimento: feminismo “bem-comportado” e a face “malcomportada”, bem como as vertentes que compuseram a transição entre as duas tendências e, posteriormente, aborda o pós-1968⁴.

³ Escritora e historiadora Tania Machado Morin (2009).

⁴ Período caracterizado pelo Regime Ditatorial Militar no Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A primeira tendência e vertente, o feminismo “bem-comportado”, foi liderado por Bertha Lutz durante a década de 1920 e se constituiu de forma sólida e organizada. Essa primeira fase teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos. Não se pode negar que a força do movimento estava associada a uma personalidade específica, que possuía conhecimento intelectual não disponível usualmente para o sexo feminino (PINTO, 2003).

A luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, devido ao respaldo encontrado entre os membros dessa mesma elite, adquirindo respeitabilidade dentro da própria conservadora classe política, um feminismo que agia sem questionar as bases das organizações patriarcais.

A segunda vertente — início do século XX — foi caracterizada pelo feminismo difuso, em que várias mulheres cultas — professoras, escritoras e jornalistas — se manifestaram através da imprensa alternativa, na qual o conteúdo abrangia um campo mais vasto de questões. Uma face menos comportada defendia a educação da mulher, criticando a dominação do homem e abordando em seus textos temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio (PINTO, 2003).

Denominada de feminismo “malcomportado”, a segunda tendência abrangia a vertente difusa e, também, uma terceira vertente, que se manifestou no movimento anarquista, composto por mulheres trabalhadoras e intelectuais que adotavam uma postura mais radical e identificava a condição explorada da mulher decorrente das relações de gênero, colocando, também, a exploração do trabalho como tema central (PINTO, 2003).

O feminismo trouxe para a discussão política as questões que ainda eram vistas como especificidades do âmbito privado, rompendo com a dicotomia público-privado que fundamenta o pensamento liberal, direcionando o público ao Estado e às suas instituições, e o privado à vida doméstica, familiar e sexual, sem se conectar com a política (PINTO, 2003).

As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto os

problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

A inserção da mulher na política brasileira tem total conexão com o percurso feminista, em que as pautas iniciais eram focadas nos direitos políticos femininos: luta pelo voto e emancipação por voz ativa para construção das leis. Na Constituinte republicana de 1890, discutiu-se o direito de voto às mulheres onde, posteriormente, o projeto não foi aprovado. Entretanto a Constituição não proibiu explicitamente o voto das mulheres.

A Constituição definiu que “Art. 70 São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891). O legislador, ao se referir a “cidadão”, não se referiu ao termo universal para mulheres e homens, mas, de acordo com o senso comum, uma falta de cuidado em não excluir nominalmente a mulher abriu portas para várias mulheres exigirem o direito ao voto, uma brecha na lei (PINTO, 2003).

3.2 *O pioneirismo das norte-rio-grandenses*

O pioneirismo das norte-rio-grandenses no âmbito político-institucional se deu através da primeira eleitora do Brasil, Celina Guimarães Viana, uma professora na cidade de Mossoró, que requereu o alistamento em 25 de novembro de 1927, baseada no texto constitucional do estado que mencionava o direito ao voto sem realizar distinção de “sexo” (BRASIL, 2015).

No Brasil, a década de 20 fez parte de um período denominado República Velha (1889–1930), caracterizado pela Política do Café com Leite⁵. O liberalismo começava a tomar forma (TRINDADE, 2010), influenciando diretamente na luta sufragista, que se organizava na época em todo o País — liderada por Lutz — e, que, posteriormente, teria um grande impacto no Rio Grande do Norte (PINTO, 2003).

A regulamentação do direito ao voto cedido às mulheres potiguares ocorreu cerca de um mês após a Professora Celina se tornar a primeira mulher do Brasil a votar. O cenário político do RN era representado por José Augusto

⁵ Termo designado para se referir às oligarquias de Minas Gerais e São Paulo que comandavam o país econômica e politicamente (TRINDADE, 2010).

Bezerra de Medeiros, ocupando o cargo de governador. Ele seria substituído na administração estadual por Juvenal Lamartine de Faria no ano de 1928, por meio do auxílio e apoio de Bertha Lutz, que havia, também, interferido diretamente na implementação da Lei em questão: “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”. (art. 77 das Disposições Gerais do Capítulo XII da Lei estadual n. 660) (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

O RN foi vanguarda, novamente, ao eleger a primeira prefeita do Brasil e da América Latina. Alzira Soriano lançou candidatura na cidade de Lajes pelo Partido Republicano, concorrendo ao cargo de Prefeita. Foi perseguida pela oposição e incentivada pela família a abrir mão da candidatura devido ao grande preconceito com a inserção de mulheres na vida pública (COSTA, 2012). Posteriormente, alcançou êxito ao eleger-se no dia 08 de setembro de 1928, com 60% dos votos (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Foi assim que Alzira Soriano se torna, em 1928, a primeira prefeita da América Latina, quando foi eleita para ocupar o cargo no Executivo, na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte. Na galeria das pioneiras muitas potiguaras ocupam espaço, como é o caso de Maria do Céu Fernandes, que fez parte do grupo das primeiras deputadas estaduais do Brasil. (FERNANDES, 2004, p. 10).

No mesmo ano, Joana Cacilda Bessa elegeu-se a primeira intendente municipal potiguar, com 725 votos, pelo município de Pau dos Ferros, agregando mais um título de pioneirismo ao Estado, como primeira vereadora eleita do Brasil (PAU DOS FERROS, 1928). No cenário nacional, as lideranças de São Paulo romperam aliança criada com Minas Gerais na Política do Café com Leite, resultando em um período de instabilidade econômica e política (TRINDADE, 2010).

A instabilidade econômica internacional e nacional repercutiu de forma intensa no Rio Grande do Norte, derrubando as receitas públicas. Sindicatos e imprensa opositoras foram silenciados. É nesse ambiente que grupos políticos ligados ao partido do governador Juvenal Lamartine antecipam os acordos [...] (TRINDADE, 2010, p. 189).

Insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais, os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba lideraram o movimento armado —

Revolução de 30 — que resultou no impedimento da posse do presidente eleito Júlio Prestes, colocando fim ao período denominado de República Velha. Foi caracterizado, assim, um Golpe de Estado. Vargas assumiu o poder em caráter provisório no dia 3 de novembro de 1930 (ARRUDA; PILETTI; 2003).

Apesar de movimentar diversas estruturas econômicas e políticas no Brasil todo, “o processo que resultou na deflagração da Revolução de 1930 teve pouca significação no estado, mesmo o RN tendo sido o quarto estado a aderir ao movimento” (TRINDADE, 2010, p. 191). Todavia, além do mínimo envolvimento das forças políticas norte-rio-grandenses, Alzira Soriano deixa o poder Executivo concomitantemente à vitória da Revolução, retornando, posteriormente, para o âmbito público, durante a redemocratização do Brasil no ano de 1945 (COSTA, 2012).

A fragilidade desse período, caracterizado por diversas e constantes mudanças, afetou do âmbito público ao privado. A luta sufragista se deu durante tal conjuntura, ocorrendo de forma gradual e proporcional ao contexto socioeconômico em que estava inserida. Em 1932, durante o Governo Provisório, houve uma revisão da legislação eleitoral e a elaboração de um novo código eleitoral — Decreto n. 21.076, 24 de fevereiro — que regulamentou o alistamento e o processo eleitoral no país por meio de um novo código, que ampliou o direito ao voto “sem distinção de sexo”, garantindo, em nível nacional, o direito de voto às mulheres brasileiras (ARAÚJO, 2003).

No RN, a eleição de 1934 foi a mais violenta, até então (TRINDADE, 2010, p. 200). Em meio a tanta conturbação, Maria do Céu Fernandes de Araújo, nascida na cidade de Currais Novos, foi eleita em 14 de outubro de 1934 pelo Partido Popular, com 12.058 votos, a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada na Assembleia Legislativa do RN e, por extensão, a primeira deputada estadual mulher no Brasil. Maria do Céu teve, no entanto, seu mandato casado em 1937 devido a várias discordâncias no Estado Novo (RIO GRANDE DO NORTE, 2017; RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, o Estado Novo teve seu fim. Iniciou-se outro processo político de redemocratização. Após a queda de Vargas, Miguel Seabra Fagundes assumiu o governo potiguar num clima de tensão, havendo a proibição de manifestações por todo o país, incluindo no estado (LIMA, 2010, p. 96). A luta feminista foi posta à margem (PINTO, 2003).

O período intenso de grandes mudanças sociopolítico-econômicas ocupou grande espaço no cenário de lutas nacionais, além das várias transições de governo, como a volta de Vargas, em 1950, à Presidência da República, bem como sua morte em 1954. A morte de Getúlio Vargas deu lugar na Presidência ao norte-rio-grandense João Café Filho — que governou até novembro de 1955 —, cuja principal característica era a ambiguidade no modo de governar e seu caráter conservador. Em nível estadual, “no Rio Grande do Norte o quadro partidário era instável” (TRINDADE, 2010, p. 237).

No dia 2 de abril de 1964, o Golpe de Estado, apoiado pelas massas populares da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, foi consolidado. Foi o início de um novo governo, a Ditadura Militar, também denominada “Anos de Chumbo”. Segundo Trindade (2010), houve uma disseminação do confronto ideológico entre direita e esquerda no RN, em que a esquerda era liderada pelo prefeito Djalma Maranhão e a direita comandada pelo governador Aluísio Alves.

O golpe militar teve como características “um regime marcado por cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimento e exílio” (PINTO, 2003, p. 43). O AI-5 (Ato Institucional n. 5), em 1968, tornou ainda mais rígidas as relações políticas nacionais. Meio ao clima de censura, Mônica Nóbrega Dantas, natural de Acari-RN, casada com um Deputado, elegeu-se em 1966 pelo partido do PMDB. Foi a 2ª Deputada potiguar a ser eleita (RIO GRANDE DO NORTE, 2017; RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícil paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês (PINTO, 2003, p. 45).

No que tange às mulheres ocupando cargos político-institucional, Mônica Nóbrega Dantas foi a última norte-rio-grandense do período ditatorial a ser eleita até a redemocratização (RIO GRANDE DO NORTE, 2017; RIO GRANDE DO NORTE, 2016). A transição dos anos 80 para os anos 90 marcaram o período final da Ditadura Militar no Brasil, tendo como uma das principais características a recente abertura política (FERNANDES, 2004).

Segundo Fernandes (2004), o movimento organizado pelas Mulheres enxergou um caminho meio às diversidades, intensificando as reivindicações que objetivavam tomar seu papel enquanto sujeito político. A década de 80 foi assinalada por várias etapas referentes ao movimento de luta das mulheres no RN. A partir daí o que se segue é uma constante luta por direitos frente aos obstáculos.

4 APARTADAS: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

Como dito anteriormente, no ano de 2016 o índice quantitativo de eleitorado do sexo feminino foi de 52% (RIO GRANDE DO NORTE, 2017), ou seja, o percentual de mulheres votantes é superior ao de homens. Em contramão, no mesmo ano, apenas 22% das candidaturas eram de mulheres e, posteriormente, 78% dos eleitos a cargos de vereador e prefeito eram homens. O percentual de 22% se repete, agora para mulheres eleitas, mas se estabelece uma contradição: apesar de o estado ser por várias eleições um dos estados que mais elege mulheres, há ainda um baixo índice de candidatas e principalmente eleitas.

Nessa perspectiva, os dados apontados confirmam que a garantia do direito ao voto feminino não foi suficiente para garantir uma atuação substantiva de mulheres na política institucional. De acordo com Miguel e Biroli (2014), o pensamento liberal tenta disseminar a ideia do voto como ponto de chegada definitivo, em que as lutas das mulheres na política se encerram. A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar como a inserção e a atuação das mulheres na política institucional trava uma constante batalha contra as estruturas patriarcais-racistas-capitalistas, constantemente exercidas e principais responsáveis pelos baixos índices de inserção das mulheres no âmbito político,

Historicamente a política brasileira e, especificamente potiguar, é permeada por representantes políticos do sexo/gênero masculino. Segundo a entrevistada, que ocupa o cargo de deputada estadual, *“para o homem é natural; são dados espaços”* (M. M., deputada estadual). Tal fato foi apontado diversas vezes nas entrevistas como uma barreira que impede a participação mais ativa das mulheres na política institucional. Segundo as entrevistadas, há, também, a barreira das funções privadas, que são destinadas às mulheres e o exercer político considerado como uma ação naturalmente masculina.

Segundo Durham (2004), a divisão sexual do trabalho destinou as mulheres ao espaço privado, bem como a serviços relacionados ao cuidado com justificativas no biológico, havendo, então, a vinculação do homem à intelectualidade do mundo “político e público” (PERROT, 1995). De acordo com Engels (1884 *apud* MURARO, 1997), quanto mais as relações perdiam seu caráter primitivo por força do desenvolvimento das condições econômicas, mais as relações tornaram-se opressivas para as mulheres.

“Recentemente fiz uma audiência pública na câmara trazendo esse recorte: sobre ser menina no Brasil. Tem uma pesquisa da plan internacional⁶, é uma instituição de organização social que tem o recorte de gênero e aborda a discrepância: enquanto o menino está jogando, ou na sala de aula, a menina está fazendo o almoço do irmão. Tudo isso é muito enraizado na nossa cultura” (A. J., vereadora).

Tal divisão entre os âmbitos públicos e privados é perceptível através da fala da Vereadora A. J., que expressa a divergência na forma de educar meninos e meninas, de acordo com o sexo/gênero. Historicamente, quando as mulheres começaram a ocupar os espaços públicos, foram designadas a elas atividades — geralmente — relacionadas ao âmbito privado, associadas diretamente com o cuidado do espaço doméstico, com caráter de servidão.

As principais profissões das trabalhadoras, em termos percentuais, no ano de 1980, segundo o documento, eram: domésticas, 22,9%; funcionárias de escritório, 12,4%; lavradoras, 9,8%; e costureiras, 6,0% (FERNANDES, 2004, p. 110).

Além da dificuldade em se desprender do âmbito privado que lhe foi imposto, há a ambiguidade entre público e privado, em que a mulher, na maioria das vezes, ao inserir-se no domínio público, precisa conciliar ambos os espaços. Diferente disso, o homem possui o privilégio de, socialmente, não ser designado aos afazeres domésticos, e, nessa perspectiva, segundo Arruzza (2010), a efetivação da exploração e opressão da mulher se deu pelo processo de apropriação do trabalho de reprodução social desta pelo homem.

“Tem que ter a força de vontade, porque a mulher faz diversas atividades, e não é fácil. Você é cobrada pelo seu esposo, pelo seu filho. É

⁶ A Plan International é uma organização não-governamental humanitária, sem filiação política ou religiosa, presente em 70 países. Acesso em: <<https://plan.org.br/>>.

muito difícil. Eu nunca vou deixar de exercer o meu papel de mãe. A mulher quer entrar na política, [então] tem que conseguir dar conta. Infelizmente ainda se tem essas dificuldades” (M. E., vereadora).

O tempo que é destinado às atividades domésticas representa direta e indiretamente as relações de poder presentes no papel dito feminino e masculino, afetando diretamente a dinâmica do cotidiano das mulheres, submetidas a rotinas exaustivas (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Sendo assim, é possível afirmar que o percurso da mulher, até a concretização de uma atuação político-institucional, constrói-se na desvantagem em relação ao homem, antes mesmo de almejar tal inserção.

É exigido das mulheres potiguares a capacidade de lidar com diferentes papéis, simultaneamente, em diversos domínios. Concomitante ao grande empecilho da imposição em desempenhar funções domésticas, de cuidado e de trabalho não remunerado, identificou-se que as mulheres que, mesmo diante de tais dificuldades, insistem em se inserirem na política institucional, experienciam uma forma específica de violência: a interrupção e anulação do seu discurso, tanto durante a tentativa de se eleger quanto pós sua inserção.

A dificuldade em obter espaço para falar e ser ouvida foi a situação que mais se repetiu dentre as sete entrevistas, tratando-se de um contexto político-partidário em que o discurso possui um papel essencial. Para Aristóteles, existem duas atividades que compõem a essência política: o discurso e a práxis. Na polis grega todos aqueles considerados cidadãos possuíam o direito ao discurso, e o homem que vivesse fora da polis, privado de contato com a linguagem humana, seria um *aneu logon* (PEREZ, 2005).

Sendo assim, o *aneu logon* define o homem privado do discurso, conseqüentemente, negado enquanto cidadão e sem direitos à práxis política. É possível realizar uma analogia ao comparar-se o local em que as mulheres ocuparam e ocupam em nossa sociedade, ao terem o direito de fala negado nos vários âmbitos. Apesar de se constituírem enquanto sujeitos inseridos na linguagem, às mulheres é destinado o silêncio.

“Porque na questão do discurso é onde você aparece, a população está ali lhe ouvindo, ouvindo suas propostas e seus pensamentos [...] estive nesse comício e só homens falaram [...] apesar de colocarem sempre em todo o discurso que a nossa chapa discute sobre gênero, tem homem

e tem mulher, e ninguém sequer deu a palavra a nenhuma mulher”
(P. V., vereadora).

Na fala das entrevistadas fica evidente o silenciamento, bem como, descredibilização da capacidade da mulher em executar a função que lhe é direito:

“Somos muito apartadas pelos homens; parece que incomoda. Sempre que tem uma sessão, um vereador interrompe a fala de uma vereadora, não concordam com a gente como se fôssemos erradas e eles certos. Como se a cabeça das mulheres não fosse pensante” (M. E., vereadora).

A descredibilização da capacidade das potiguares está relacionada a uma rejeição da figura feminina, que — por conseguinte — possui associação com a destinação das mulheres ao âmbito privado, anteriormente citado. De acordo com Boris (2004) alguns homens sentem-se desrespeitados e não conseguem conceber modificações que abalem a hegemonia do patriarcado (OSTERNE; SILVEIRA, 2012).

Os privilégios concedidos aos homens durante séculos de organização social são responsáveis pelos espaços político-institucionais serem ocupados majoritariamente pela figura masculina, enquanto a mulher que se arrisca em ir contra tal estrutura precisa *“ousar para poder ser escutada, poder ser vista”* (M. M., deputada estadual).

Há, então, a construção da necessidade de impor-se e reivindicar o direito de não somente falar, mas de não ser apartada. Percebe-se que ser mulher na sociedade e na política norte-rio-grandense é um exercício constante de subversão, numa intensa tentativa de obter igualdade enquanto cidadãs. A entrevistada P. V. deixa explícito em sua fala que *“as mulheres, em sua grande maioria, não são respeitadas como deveriam. As que se impõe, que têm voz, até que são, mas a grande maioria não é”* (P. V., vereadora).

De acordo com Bourdieu (2002), a visão de mundo em que o homem é posto como superior à mulher embasa os esquemas de dominação simbólicos. A simbologia de a primeira mulher eleita presidente⁷ do País ter sido tratada e acusada com termos de baixo calão, geralmente ferindo o seu corpo e sua sexualidade, representa perfeitamente a forma como a sociedade liberal, com heranças patriarcais, lida com mulheres em locais de poder.

⁷ Dilma Vana Rousseff, eleita em 2010, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (DILMA..., 2010).

“Independentemente da questão política, houve sim várias situações de machismo contra a presença feminina. Foi evidenciada a postura machista de pessoas que não se conformavam que, naquele momento, havia uma mulher à frente da maior representatividade do país” (M. M., deputada estadual).

“Dilma foi a única mulher eleita presidenta na história do nosso país. É simbolicamente relevante que ela tenha sido destituída de forma completamente injusta e sob ataques machistas e misóginos de diversos tipos” (B. N., vereadora).

Todas as entrevistadas, quando questionadas a respeito do cunho misógino e machista do tratamento destinado a Dilma Rousseff, mesmo discordando dos motivadores políticos e econômicos, concordaram que tal ação foi violência moral contra essa presidente do Brasil, mas também contra todas as mulheres. Além do discurso social, há a propagação do machismo⁸ e misoginia através das instituições políticas e partidárias.

“Os homens são a maioria dos cargos eletivos do país, eles usam mais dinheiro em suas campanhas e têm um tratamento totalmente diferenciado pela mídia. Os homens também são maioria nos cargos de direção dos partidos e movimentos sociais [...] as chances de um homem se eleger no Brasil, de partida, já são maiores que de qualquer mulher. Se não temos as mesmas oportunidades, os direitos políticos não são iguais para todos e todas” (B. N., vereadora).

Sendo a porta de entrada dos cidadãos na militância político-partidária, a postura dos partidos potiguares — especificamente — foi bastante criticada. De todas as entrevistadas, 6 (seis) relataram algum tipo situação machista a qual foram submetidas pelos partidos políticos. Os fatores apresentados foram inúmeros, desde não fornecer espaço de fala durante o período eleitoral às candidatas até a falta de incentivo financeiro. *“Nós somos vistas pelos partidos apenas para compor o percentual de cotas. Eu comprovei isso quando estive em um comício e só homens falaram”* (P. V., vereadora).

A cota para partidos, em que se exigia uma quantidade mínima de 20% de mulheres lançando candidatura aos cargos legislativos municipais, só foi

⁸ De acordo com Osterne (2006), a tendência em naturalizar a subordinação feminina e a manutenção dos privilégios caracteriza o machismo.

conquistada em 1996 (FERNANDES, 2004). Atualmente, a cota é no mínimo 30% e no máximo 70% de vagas para cada sexo (RIO GRANDE DO NORTE, 2017). Entretanto as cotas não asseguram a inserção das mulheres, pois “a política de cotas para candidaturas de mulheres não surte efeito se não forem reservadas as vagas no próprio parlamento” (B. N., vereadora).

“A mulher ainda tem uma participação muito tímida na política, infelizmente tem que ter cotas para ocuparem espaço como candidatas. Muitas vezes os partidos políticos não conseguem atingir nem essas cotas e colocam mulheres que não são candidatas para suprir essa obrigatoriedade. Não sei até que ponto as cotas têm estimulado a participação das mulheres” (entrevistada 7).

Os partidos tendem a utilizar as mulheres para preencherem a obrigatoriedade das cotas, e, por ainda serem gerenciados por homens, acaba sendo deixada de lado a reflexão a respeito da importância em proporcionar espaços igualitários entre os gêneros. Emerge de forma urgente a necessidade em repensar medidas de políticas públicas que possam tornar-se efetivas, algo que as cotas não conseguem suprir.

4.1 O (re)despertar das potiguares?

O pioneirismo das mulheres no estado potiguar já foi amplamente abordado e explicitado durante a fundamentação teórica desta presente pesquisa. A questão latente é buscar entender o protagonismo, a ausência e o retorno das mulheres em lugares de destaque no âmbito da política institucional. Como já analisado nas categorias anteriores, vários são os fatores contribuintes para o atual baixo índice de eletividade das norte-rio-grandense.

“Vivemos no Nordeste brasileiro, onde muito fortemente existe a cultura machista, patriarcal, ainda cheia de preconceito principalmente com a representação feminina. Está mudando. A passos lentos, mas ainda existe” (M. M., deputada estadual).

Os dados acessados a partir da pesquisa documental realizada na Assembleia Legislativa e Tribunal Regional⁹ comprovam um considerável espaço de

⁹ Ambos os órgãos localizados na cidade de Natal–RN.

tempo entre o pioneirismo potiguar e uma retomada da participação de mulheres na política do estado, o período entre a eleição de Mônica Dantas, em 1966, e o ano 1986, em que o RN elege a sua primeira deputada federal, nascida na cidade de Mossoró, Vilma de Farias, pelo Partido Democrático Social (PSD).

A inércia de vinte 20 (vinte) anos sem uma potiguar conseguir eleger-se é um sintoma de toda a estrutura patriarcal-racista-capitalista que afasta as mulheres da política institucional. Todavia não se pode falar em um *(re)despertar*, uma vez que o movimento organizado de mulheres no estado reivindicando diversas demandas nunca esteve em baixa. Houve uma constante tentativa por parte das norte-rio-grandenses de ocuparem um âmbito que lhes foi negado durante décadas, o que se evidencia posteriormente com, mais uma vez, Wilma agregando um título vanguardista ao seu percurso político, em 2002, ao se tornar a primeira mulher eleita governadora do estado do Rn. 16 (dezesesseis) anos após sua primeira conquista (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

No mesmo ano, Fátima Bezerra elegeu-se deputada federal¹⁰ com 161 mil votos, uma das votações mais expressivas para o cargo até a época, e posteriormente, em 2010, obteve a quinta melhor votação proporcional do país, além de ter alcançado a maior votação que um deputado já recebeu no Rio Grande do Norte. Já em 2006, cerca de quatro anos após o pioneirismo de Wilma de Farias, Rosalba Ciarline chegou ao Parlamento como a primeira Senadora do estado.

Fátima Bezerra, em 2010, ao eleger-se deputada federal, obteve a quinta melhor votação proporcional do país e alcançou o maior índice de votação que um deputado já recebeu em toda a história norte-rio-grandense. Posteriormente, em 2011, Marcia Maia tornou-se a primeira mulher a assumir a presidência da Assembleia Legislativa (AL) do RN, em que, das 60 (sessenta) cadeiras ocupadas na AL, 59 (cinquenta e nove) pertenceram a homens (RIO GRANDE DO NORTE, 2016). Em 2018, Fátima Bezerra foi eleita no Rio Grande do Norte a governadora do Brasil com 57,6% dos votos, sendo a única mulher eleita em todo o país para o referido cargo (LEITE; OLIVEIRA; CUNHA, 2019).

Atualmente, as redes sociais têm sido uma das principais ferramentas utilizadas pelas mulheres candidatas e eleitas a cargos na política institucional no

¹⁰ Eleita representando o Partido dos Trabalhadores – PT (BRASIL, 2022).

RN, conforme mostra pesquisa intitulada “Mulheres, Política e Comunicação: as redes sociais como palanque de candidatas potiguares” (LEITE; OLIVEIRA; BELÉM, 2022). Segundo a pesquisa, o ambiente das redes sociais se apresenta como possibilidade de visibilidade para essas mulheres, que encontram diversos empecilhos ao tentar adentrar no espaço político-institucional.

Através dos dados apresentados é concebível considerar que, apesar da ausência de eletividade das potiguares durante anos nos espaços institucionalizados da política, a representatividade de uma mulher ocupando um cargo político-partidário consegue intensificar a luta de outras mulheres por espaço. Segundo a vereadora M. E., “*a gente serve de exemplo, eu dentro da minha própria comunidade*” (M. E., vereadora). A representatividade é um fator essencial, não só para incentivar o interesse e atuação das demais potiguares, mas também por possuir relação direta com as políticas públicas que beneficiam, cuidam e dão suporte às cidadãs do estado.

“Leis que garantem o direito pleno das mulheres, aumentam o despertar das mulheres. Onze anos de lei maria da penha vem encorajando as mulheres não só a denunciarem agressão, mas tornarem-se protagonistas de suas próprias vidas” (A. J., vereadora).

“Realizei um trabalho voltado para as políticas públicas fundamentado nas ciências sociais. Esse trabalho que fiz acredito que por ser mulher enquanto a Governadora da época era mulher, deu todo o apoio” (M. M., deputada estadual).

Além de haver representatividade, é necessário que haja militância, pois “a participação da mulher deve ser mais assertiva” (C. K., vereadora). As potiguares ocupando cadeiras na política institucional precisam estar cientes de seus papéis enquanto representantes, não só de toda a população do estado, mas de 52% especificamente que não estão em situações igualitárias. Apesar da tímida participação feminina, há a demonstração de uma latente retomada da política partidária pelas mãos das norte-rio-grandenses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a relação entre representatividade, políticas públicas e participação ativa se constrói de forma dialética, sendo possível identificar que o aumento de mulheres na política institucional e, em específico, no legislativo

municipal do Rio Grande do Norte impactou em um maior índice de políticas públicas voltadas para as mulheres nas pautas legislativas, votadas e aprovadas.

A partir da análise dos dados foi possível identificar a relação direta entre o baixo índice de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres no estado do RN com as relações hierárquicas de gênero que permeiam as estruturas sociais, sejam elas no âmbito público e/ou privado, bem como sua direta relação com as estruturas patriarcais e racistas. Portanto, além da necessidade de assegurar a inserção das mulheres, é extremamente urgente repensar o espaço político institucional e partidário, para que seja um ambiente que assegure às parlamentares eleitas o direito pleno de efetivar seu exercício político, falar e representar a população. A luta não se esgotou na conquista do direito ao voto, ao passo que não se esgota com eleição das mulheres, visto que elas continuam sendo alvo de violências e relações desiguais, mesmo durante o exercício do mandato.

Tornou-se evidente que não é possível pautar a atuação e a inserção de mulheres na política sem atuar no enfrentamento dessas estruturas. Nessa perspectiva, entende-se que há limitações nas representações de mulheres na política institucional de forma geral, levando em consideração que não se pode afirmar que todas as eleitas, apesar de estarem comprometidas e cientes das dificuldades vivenciadas por serem mulheres, reconhecem que a subjugação que podem vivenciar é provocada por uma relação indissociável entre patriarcado-capitalismo-racismo.

Diante de tal configuração, afirma-se que é imprescindível o questionamento crítico perante as marcas patriarcais que se condensam nas desigualdades provocadas pelo modo de produção capitalista, para uma luta contínua por emancipação feminina. Considera-se que apenas dessa forma será possível superar o quadro insuficiente de representação feminina na política institucional brasileira e potiguar.

Abre-se a possibilidade de gancho para pesquisas futuras buscando solucionar essa pergunta. No que diz respeito às respostas encontradas, faz-se extremamente necessário afirmar que em uma luta diária e histórica, as mulheres potiguares marcham em busca de participação ativa na sociedade, clamando por inclusão, especialmente na construção das leis e efetividade da democracia.

6 REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres: SOS Corpo instituto Feminista para a Democracia*. Recife: Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos, 2014.
- BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoria genero: una introduccion teorico-metodologica. *Debates em Sociologia*, São Paulo, n. 18, p. 145–169, 1993.
- BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda, ARGOLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador, BA: EDUFBA, 2018.
- BRASIL. *Mais mulheres na política*. Senado Federal. Procuradoria Especial da Mulher, Secretaria da Mulher. Ed. 2. Brasília, 2015.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Fátima Bezerra: biografia*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74037/biografia>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- COSTA, Almir Nogueira. *Mossoró: nossa terra*. v. 2, Mossoró: Editora Sesc, 2012.
- DILMA Rousseff é a primeira mulher eleita presidente do Brasil. In: G1. Brasília; São Paulo, 31 out. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. José Silveira Paes. 3. ed. Global: São Paulo, 1984.
- FERNANDES, Maria Rizoleta. *A história oficial omite, eu conto: mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000*. EDUFRN: Natal, 2004. p. 458.

- FERREIRA, Fernando Guimarães. A dialética hegeliana: uma tentativa de compreensão. *Revista Estudos Legislativos*, Porto Alegre, n. 7, p. 167–184, 2013.
- FONSECA, Claudia. Pais e filhos na família popular. In: D'INCAO, Maria Angela. (org.) *Amor e família no Brasil*. Contexto: São Paulo, 1989. p. 95–128.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. Círculo do Livro: São Paulo, 1986.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 22, n. 2, p. 201–210, 2006.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.
- KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. Trad. Alain François. *Pro-posições*, v. 13, n. 1, p. 37, 2002.
- LEITE, Maria Laís S.; OLIVEIRA, Helena G. N.; BELÉM, Emanoella C. Mulheres, política e comunicação: as redes sociais como palanque de candidatas potiguares. In: GUILHERME, Willian Douglas. (org.). *Política em foco: debates e embates*. 1. ed. Curitiba-PR: Editora Bagai, 2022. p. 9–32.
- LEITE, Maria Laís S.; OLIVEIRA, Helena G. N.; CUNHA, Rocelly D. T. Mulher e política partidária no nordeste brasileiro: uma revisão integrativa. In: COLÓQUIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL E SENSIBILIDADES, 9., 2019, Caicó-RN. *Sertões: poder e representações*. Caicó: UFRn. 2019.

- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU: São Paulo, 1986.
- MATTOS, Pedro Lincoln. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *Revista de Administração Pública – RAP*, p. 823–846, 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORIN, Tania Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa-1789–1795*. 2009. 275 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.
- MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. v. 1. São Paulo, Cortez Editora, 2006.
- OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. *O público e o privado*, v. 10, n. 19, p. 101–121, 2012.
- PAU DOS FERROS. Câmara Municipal. *Edital de 17 de outubro de 1928*. Reconhecimento de Intendentes Municipais no Triênio de 1929 a 1931. Natal, RN: ADCON. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000112004.PDF. Acesso em: 12 jan. 2022.
- PEREZ, Maurício Azevedo Hernandes. Hannah Arendt e a dicotomia entre o público e o privado. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, VIII, n. 21, maio 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

- PIRES, Marília Freitas de Campos. Education and the historical and dialectical materialism. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 1, n. 1, 1997.
- RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal Regional Eleitoral do RN. *Biblioteca*. Natal-RN: TRE-Rn. 2017.
- RIO GRANDE DO NORTE. Assembleia Legislativa. *Resolução 055/2009*. Natal-RN: ALRn. 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e violência masculina contra mulheres*. Brasil: FLACSO, 2009. (Série Estudos e Ensaios, Ciências Sociais).
- THALHEIMER, August. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora do IFRn. 2010.
- ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 109–124, jun. 2013.

AS EXPRESSIVIDADES TRANSEXUAL E TRAVESTI NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 E OS SEUS IMPACTOS NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA BRASILEIRA

3

Lucas Lira de Menezes (lucas_lira_menezes@hotmail.com)¹

Maiko Jhonata A. Gomes (maikojhonata@hotmail.com)²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo geral abordar os resultados históricos das eleições municipais brasileiras em 2020, a respeito do grande número de candidatos travestis e transexuais eleitos e dos seus impactos para o movimento LGBTI+, dentro do aspecto da democracia representativa. A pesquisa se divide em duas partes, objetivando: contextualizar as candidaturas de travestis e transexuais nas eleições municipais de 2020 e a sua repercussão na democracia representativa brasileira. Dessa forma, busca responder a problemática “quais os impactos positivos da expressividade travesti e transexual nos resultados das eleições municipais de 2020?”. A hipótese do artigo é a de que a eleição cada vez mais abrangente de membros da comunidade travesti e transexual, dentro da democracia brasileira, expressa uma maior participação, reivindicação e necessidade de representação desse grupo social dentro da esfera política. A metodologia é do tipo qualitativa, utilizando notícias recentes a respeito das eleições municipais de 2020, dados factuais sobre a classe estudada, além de obras de teóricos que estudam a democracia representativa e a pluralidade política.

Palavras-chave: democracia representativa; eleições municipais; travestis e transexuais.

TRANSSEXUAL AND TRANVESTITE EXPRESSIONS IN THE 2020 MUNICIPAL ELECTIONS AND THEIR IMPACTS ON BRAZILIAN REPRESENTATIVE DEMOCRACY

Abstract: The present article has as a general objective to approach the historical results of the Brazilian municipal elections in 2020, regarding the great number of elected transvestite and transsexual candidates, and their impacts for the LGBTI+ movement, within the aspect of representative democracy. The research is divided into two parts, aiming to: contextualize the candidacies of transvestites and transsexuals in the 2020's municipal elections and their impacts on Brazilian representative democracy. Thus, seeking to answer the question “What are the positive impacts of transvestite and transsexual expressiveness on the results of the 2020's municipal elections?”, the hypothesis of the article is that the increasingly comprehensive election of members of the transvestite and transsexual community, in the Brazilian democracy, expresses a greater participation, demand and need for representation of this class in the political sphere. Therefore, the article has as a qualitative methodology, using recent news about the 2020's municipal elections, factual data about the studied class, in addition to researches by theorists who study representative democracy and political plurality.

Keywords: representative democracy; municipal elections; transvestites and transsexuals.

¹ Mestre em Ciência Política pela UFPI e Bacharel em Relações Internacionais pela UEPB.

² Mestre e Bacharel em Relações Internacionais pela UEPB.

1 INTRODUÇÃO

A comunidade LGBTI+¹, apesar de estar ganhando cada vez mais visibilidade e reconhecimento dos seus direitos enquanto cidadãos, ainda faz parte da minoria política e social e sofre o preconceito estrutural por fugir dos padrões de gênero e sexualidade impostos pela sociedade. Isso posto, os transexuais, travestis — representados pela letra “T” na sigla — e outras expressões de gênero fora da dicotomia de homem cisgênero² masculino e mulher cisgênero feminina são os que mais sofrem perseguição e exclusão pela sociedade, restando à margem desta.

De acordo com um levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), citado por Cintra (2020), o Brasil é o país que mais assassina travestis e transexuais no mundo, apenas por serem quem são. Chega ao número de 124 casos registrados apenas em 2019. Ainda, Cunha (2016) afirma que o mercado de trabalho rejeita essas pessoas, fazendo com que 90% delas busquem a prostituição como fonte de renda, uma profissão que as colocam em situações de vulnerabilidade, reforçando um ciclo existente de causa e consequência a respeito do índice de assassinatos citado anteriormente.

Portanto há necessidade de pessoas que se importem efetivamente com essa parcela da população e que façam com que essa se sinta representada dentro da esfera política do país. Isso acontece, uma vez que a democracia moderna (e pós-moderna também), segundo Zazurca (2013), é representativa. Ou seja, os cidadãos elegem, através do voto popular, pessoas que os representem, que possuam as mesmas reivindicações, ou similares, e que lutem pelos seus direitos e interesses perante a sociedade.

Dessa forma, tendo conhecimento que travestis e transexuais se elegem no Brasil desde 1992, com a conquista de Katia Tapety (PPS) para vereadora de Colônia do Piauí/PI, a pesquisa visa a analisar os impactos dentro da democracia representativa brasileira, causados pelo aumento significativo de membros

¹ O artigo utiliza o termo “LGBTI+” de acordo com o Manual de Comunicação LGBTI+ de 2018 da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABLGBT).

² “O termo cisgeneridade indica uma pessoa que tem anatomia, sexo e biologia alinhados com o gênero ao qual se identifica” (MINUANO, 2020).

da comunidade travesti e transexual que se candidataram e se elegeram para as Câmaras Municipais em 2020. Desse modo, a pesquisa busca responder a seguinte pergunta-problema: quais os impactos positivos da expressividade travesti e transexual nos resultados das eleições municipais de 2020?

Com o intuito de solucionar essa problemática, o artigo analisa como objetivo geral os resultados históricos das eleições municipais brasileiras em 2020, a respeito do grande número de candidatos transexuais e travestis eleitos, procurando analisar as causas e os seus impactos para o movimento LGBTI+, dentro do aspecto da democracia representativa.

Para alcançar o objetivo supracitado, o artigo se divide em duas partes. A primeira parte busca contextualizar as candidaturas travestis e transexuais nas eleições municipais de 2020. Através de pesquisas, levantamento de dados e fazendo uso de mapeamento de informações viabilizadas pela ANTRA, são abordados nessa etapa: o número de candidaturas; quantos se elegeram; por quais partidos; quais os lados desses partidos dentro de uma análise de conjuntura da dicotomia partidária existente, escolhido pela ANTRA; e quais recordes foram quebrados por essas pessoas, dentro do âmbito político brasileiro.

A segunda etapa buscará analisar a importância desses resultados históricos e os impactos dentro da democracia representativa brasileira. Para isso, será primeiro exposto um breve contexto sobre o que é democracia representativa. Em seguida será explanado sobre o porquê de haver tantas candidaturas desse grupo nesse ano de 2020 e o porquê de ser tão importante essa representatividade, através de citações de dados e notícias que comprovem a marginalização dessa parcela da população perante a sociedade, dentro das esferas econômicas, sociais e políticas.

Portanto, possuindo uma metodologia qualitativa, fazendo uso de um arcabouço teórico bibliográfico, através da utilização de artigos e notícias atuais e relevantes para o estudo do tema, a atualidade destaca-se no tema proposto, uma vez que aborda o aumento da inserção de pessoas travestis e transexuais, um grupo marginalizado historicamente pela sociedade, dentro da esfera política brasileira. No mais, o presente trabalho diferencia-se das outras pesquisas com o mesmo objeto de estudo, uma vez que este busca explicar a importância

dos fatos através da ótica da democracia representativa, fazendo uma coleta de notícias e levantamento de dados que explicam a necessidade dessa representatividade e os impactos positivos para essa minoria em questão.

Dessa forma, devido a importância do tema trabalhado na pesquisa, esta poderá contribuir para o âmbito acadêmico de diversas áreas, tais quais a Ciência Política, o Serviço Social, os Direitos Humanos, a Sociologia, as Políticas Públicas, bem como as outras diversas áreas de atuação que abordem estudos de gênero e sexualidades aplicados. Assim, o trabalho objetiva emanar informações, além de buscar uma ampliação da consciência coletiva sobre a comunidade estudada, e o reforço da necessidade de representatividades de minorias dentro da esfera política.

2 CONTEXTO DAS CANDIDATURAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

As eleições municipais do Brasil em 2020 foram marcadas por vários acontecimentos históricos. Além de acontecer em um período de pandemia mundial, ocasionado pelo vírus COVID-19, esse período eleitoral também ficou marcado na história por permitir, pela primeira vez, o uso do nome social³ entre os candidatos que se identificam enquanto pessoas transexuais (trans) e travestis (JUSTO, 2020).

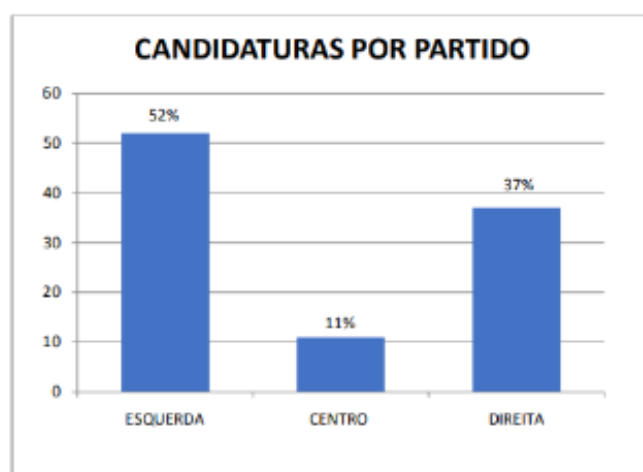
Através dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 15 de novembro de 2020, afirma-se que houve mais de 556 mil candidatos disputando os votos do eleitorado por toda a nação. Dentre estes, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) observou, através de mapeamento, 294 pessoas que se identificam enquanto trans e travestis, disputando um cargo nas Câmaras Municipais. Destas, sendo 30 candidaturas coletivas, 2 para prefeitura e 1 para vice-prefeitura, 263 mulheres transexuais e travestis, bem como 19 homens trans e 12 que se identificam com outras expressões de gênero que se adequam dentro desse aspecto (BENEVIDES; SIMPSON, 2020).

³ “O nome social é definido como a adoção/ adequação do senso de identificação do sujeito referenciando o nome que o representa, evitando a exposição desnecessária do indivíduo, o constrangimento de ser tratado de uma forma que não condiz com sua condição humana, psicológica, moral, intelectual, emocional e que não o representa” (EESC/USP, 2019).

Assim, houve um aumento de 275% dessa representatividade na concorrência das eleições municipais brasileiras, desde 2016, onde foi registrado 89 candidaturas referentes a essa parcela da população. Das citadas, que concorreram em 2016, 8 foram eleitas. Já em 2020, pode-se comprovar a eleição de pelo menos 30 membros pertencentes a essa categoria (BENEVIDES; SIMPSON, 2020).

Levando em consideração a classificação dos partidos políticos entre direita, centro e esquerda, feita pelo site Congresso em Foco da UOL (2019), a presidenta do Conselho LGBTI+ de Niterói, Bruna Benevides (2020), listou, para o ANTRA, os partidos referentes as candidaturas das pessoas trans nas eleições municipais de 2020. Destes, 153 estão no espectro da esquerda, sendo: 46 do PT, 31 do PSOL, 23 do PDT, 21 do PCdoB, 6 do CIDADANIA, 1 do PCB, 2 do PMN, 1 do PRTB, 13 do PSB, 5 do PV e 1 do UNIDADE POPULAR; 31 estão nos designados como centro político, sendo 5 do AVANTE, 2 do PROS, 17 do PSDB e 7 do SOLIDARIEDADE; e por fim, 110 no âmbito da direita, 3 do DC, 11 do DEM, 15 do MDB, 5 do PATRIOTA, 12 do PL, 4 do PMB, 7 do PODEMOS, 11 do PP, 3 do PROGRESSISTA, 5 do PSC, 14 do PSD, 7 do PSL, 7 do PTB, 2 do PTC e 4 do REPUBLICANOS. Isto posto, estatisticamente, 52% das candidaturas voltadas para a esquerda, 11% para o centro e 37% para a direita, como explanado na tabela a seguir:

FIGURA 1 Candidaturas por partido



Fonte: Benevides (2020)

Dentre os 30 candidatos eleitos, 16 são de partidos classificados como de esquerda (PSOL, PT, PDT, PV e PSB), 11 de centro (AV, DEM, MDB, PODE, PROS, PTB e PSDB) e 3 de direita (DC, PL e REP). Destes, 2 eleitos se identificam como homens transexuais, enquanto 28 se encaixam na categoria de travestis e mulheres trans. (BENEVIDES; SIMPSON, 2020).

Ainda, além de serem eleitos, alguns destes candidatos fizeram história entrando nos rankings de melhores votações das suas respectivas cidades ou como sendo as primeiras travestis e transexuais eleitas pelos seus municípios. Por exemplo, São Paulo, a maior metrópole do Brasil, elegeu dois transexuais entre os dez mais votados: Erika Hilton (PSOL) e Thammy Miranda (PL). Erika (PSOL) recebeu 50.477 votos, ficando em sexto lugar no ranking de vereadores mais votados, além de ser a primeira mulher trans e negra a ocupar esse cargo, na história da cidade de São Paulo. Já o Thammy (PL) recebeu 43.297 votos, e ocupou o título de nona melhor votação para vereador da metrópole em questão (WERNECK, 2020).

Outra conquista para essa classe, foi em Belo Horizonte, onde Duda Salabert (PDT) entrou para a história por ser a candidata mais votada, dentre todos que concorreram para ocupar um cargo de vereador na Câmara Municipal da cidade. Tendo concorrido, sem obter sucesso, em 2018, para uma vaga no Senado Federal, Duda (PDT) foi eleita vereadora de Belo Horizonte com um total de 37.613 votos, em 2020 (WERNECK, 2020).

Em Aracaju, capital de Sergipe, Linda Brasil (PSOL) foi a mulher mais votada, sendo a primeira transexual e negra eleita. Além de Duda (PDT) e Linda (PSOL), outros cinco ainda atingiram a marca de candidatos que receberam mais votos em suas respectivas cidades, sendo estes: Tietá Melo (MDB) em São Joaquim da Barra/SP, Lorim de Valéria (PDT) de Pontal/SP, Dandara (MDB) do Patrocínio Paulista/SP, Titia Chiba (PSB) de Pompeu/MG e Paulette Blue (PSDB) de Bom Repouso/MG (BENEVIDES; SIMPSON, 2020).

Além dos supracitados, vale ressaltar o nome de todos os outros que também fizeram parte desse momento histórico para a classe LGBTI+ brasileira: Thabatta Pimenta (PROS) de Canaúba do Dantas/RN, Maria Regina (PT) do Rio Grande/RS, Lins Roballo (PT) de São Borja/RS, Benny Briolly (PSOL) de Niterói/RJ, Gilvan Masferre (DC) de Uberlândia/MG, Carolina Iara (PSOL)

de São Paulo/SP, Kará (PDT) de Natividade/RJ, Filipa Brunelli (PT) de Araquara/SP, Isabelly Carvalho (PT) de Limeira/SP, Anabella Pavão (PSOL) de Batatais/SP, Regininha Lourenço (AVANTE) de Araçatuba/SP, Paulinha da Saude (MDB) de Eldorado dos Carajás/PQ, Rebecca Barbosa (PDT) de Salesópolis/SP, Samara Santana (PSOL) de São Paulo/SP, Brenda Ferrari (PV) da Lapa/PR, Yasmin Prestes (MDB) de Ijuis/RS, Myrella Soares (DEM) de Bariri/SP, Lari Camponesa (REP) de Rio Novo do Sul/ES, Heitor Gabriel (PODE) de Araçatuba/SP, Rafa Bertolucci (PODE) de Araçatuba/SP e Fernanda Carrara (PTB) de Piraju/SP (BENEVIDES; SIMPSON, 2020).

Assim, partindo de uma ideia de pluralidade política, onde, por mais que todos os estudados se enquadrem no aspecto travesti e transexual do acrônimo LGBTI+, não há como negar que os seus partidos possuem interesses distintos. Porém, muitas pautas se destacam e convergem no âmbito dos direitos humanos, independente da classificação política do partido em que estão inseridos. Por exemplo, a vereadora eleita Lins Robalo (PT) do município de São Borja/RS teve a sua campanha baseada em cinco pilares: periferias, trabalhadores, igualdade racial, diversidade e mulheres, priorizando o debate sobre gênero, raça e território. Já a Yasmim Prestes (MDB), fundadora do projeto Solidários em Ação e Brechó Solidário, de Ijuis/RS, afirmou que também pretende representar e fortalecer a causa LGBTI+, além de continuar trabalhando junto e para a comunidade, na busca de recursos com o município e o estado do RS (REINHOLZ, 2020).

Dessa forma, o artigo ressalta que, independentemente do lado da dicotomia política em que estão inseridos, permanece, em sua maioria, os debates e a representatividade a respeito da causa transexual e travesti, além da preocupação com outras pautas dos direitos humanos, especialmente relacionadas as pessoas que vivem em maior situação de vulnerabilidade. Portanto, por fazerem parte de uma parcela da população que historicamente foi excluída dos processos políticos, vivendo à margem da sociedade, suas vozes possuem uma extrema importância dentro da democracia representativa brasileira.

3 OS IMPACTOS DAS ELEIÇÕES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE 2020 NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA BRASILEIRA

Zazurca (2013) afirma em sua obra “*Sobre la democracia representativa: Un análisis de sus capacidades e insuficiencias*” que falar de democracia nos di-

as de hoje, é debater especificamente sobre a democracia representativa. Essa afirmação ocorre porque, segundo o autor, a partir da tradição jurídica liberal, com seus catálogos de direitos e influências republicanas, moldou-se uma percepção específica de um cidadão, que hoje é detentor da democracia. Assim, tendo em vista que a democracia implica em reconhecer as pluralidades de pensamentos, opiniões, convicções e visões do mundo, como afirma Zuleta (1995), ela acaba sendo sinônimo de representação, e por isso elas são retratadas no mesmo compartimento.

Portanto, nos dias atuais, segundo Zazurca (2013), não há como pensar na democracia sem que ela seja através da ótica da representação política, sendo esta, o exercício da participação política dos seus cidadãos, através do voto popular. Ou seja, os membros de uma determinada sociedade, elegem outros indivíduos como seus representantes políticos, que possuem as mesmas pautas e interesses que as deles, ou similares, para as expressarem e reivindicarem perante a sociedade. Dessa forma, o marco histórico referente a eleição de 30 travestis e transexuais em 2020, por todo o Brasil, para exercerem cargos políticos nas suas respectivas Câmaras Municipais, possui um grande impacto no aspecto da democracia representativa do país.

Apesar de não ser novidade a participação de travestis e transexuais na política brasileira, fato esse que ocorre desde 1992, quando Kátia Tapety (PPS) foi eleita a primeira travesti vereadora do Brasil, pelo município de Colônia do Piauí/PI, é fato que nunca havia ocorrido na mesma intensidade que em 2020. Em um país como o Brasil que, segundo o Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras, disponibilizado pelo ANTRA em 2019, exposto por Cintra (2020), é o Estado que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo, se faz necessária uma maior participação de pessoas que visem com que essa parcela da população marginalizada, se sinta representada perante a democracia brasileira.

Ainda, segundo Garcia (2020), o grande número de candidatos travestis e transexuais nas eleições de 2020 não se deve apenas a possibilidade de adesão do nome social nas urnas, como também é uma resposta aos ataques do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) contra a comunidade em questão. Essa afirmação se dá através das muitas falas polêmicas do presidente contra a população LGBTI+, direcionando algumas especificamente às pessoas trans. Por exemplo, em março de 2020, Bolsonaro (sem partido) publicou na sua

conta da rede social Twitter um texto em que tratava a transexual Suzi, no pronome masculino, criticando uma matéria apresentada pela Rede Globo, em que denunciava os casos de mulheres trans presidiárias que cumpriam pena em centros de detenção masculinos (FERNANDEZ, 2020). Dentre vários outros exemplos, também pode ser citado o ocorrido em maio, em que o mesmo compartilhou um vídeo com os seus seguidores, em que o seu intitulado “guru”, Olavo de Carvalho, se negava a reconhecer as mulheres trans enquanto mulheres (DIAS, 2020) perante a sociedade, além do caso ocorrido em janeiro, também desse ano, em que ele levantou questionamentos a respeito da participação de mulheres trans em esportes femininos (BOLSONARO..., 2020).

Todos esses atos são considerados transfóbicos⁴ pela comunidade LGBTI+. Ademais, visto que, segundo Justo (2020), a ascensão das minorias tinha sido posta em cheque pela eleição de Bolsonaro (sem partido) em 2018, que já possuía discursos contra as minorias sociais desde antes da sua eleição (ARAÚJO, 2020), agora em 2020 acabou por sofrer um revés nas urnas. Assim, afirmando ser uma forma de resistência, esse número elevado de representatividade trans nas Câmaras Municipais, Erika Hilton (PSOL) aponta que o próprio discurso conservador bolsonarista fez com que o eleitorado das minorias crescesse, uma vez que surge a urgência de votar para representantes que busquem políticas mais inclusivas que sejam contra a micropolítica do presidente, responsável por inflar uma onda de temor e ódio às minorias.

Ainda, outro obstáculo que essa classe enfrenta perante a sociedade, e que deve ser mencionado, é a rejeição pelo mercado de trabalho. Por se identificarem com gêneros que, historicamente não foram aceitos pela sociedade brasileira, muitos transexuais, especialmente as mulheres trans, são expulsas dos seus lares e não são contratadas por empresas para o exercício de trabalhos formais. Possuindo raras oportunidades de emprego, a maioria (cerca de 90%) acaba tendo que se sujeitar ao trabalho sexual como meio de sobrevivência. Assim, cria-se um ciclo vicioso de não aceitação dessa parcela da população perante a sociedade, pois: não há espaço para elas no mercado de trabalho; elas se sujeitam a prostituição; não possuem um amparo político nem seguro para

⁴ Rejeição contra transexuais e travestis.

exercerem essa função; acabam restando em um ambiente em que ficam sujeitas a todo tipo de violência, como o assassinato citado anteriormente (CUNHA, 2016).

Portanto, esses são apenas alguns dos exemplos do porquê se faz necessária a participação de pessoas que representem essa parcela da população dentro da esfera política, na democracia brasileira, uma vez que se espera que estas dêem andamento aos seus planos políticos, econômicos e sociais para a maior inserção dos seus representados na sociedade. Em suma, a necessidade da participação de cada vez mais membros dessa classe no âmbito da política é explicada pela vereadora Maria Regina (PT), do Rio Grande/RS, quando afirmou, ao ser eleita, que os mandatos transexuais e travestis estão aí para romper com a cisnormatividade⁵ dentro de um espaço antes ocupado, na maioria das vezes, por homens brancos e heterossexuais de classe média alta, entendendo-se, dentro do aspecto da democracia representativa, que estes visam atender as necessidades dessa parcela em comum, restando as minorias à margem (REINHOLZ, 2020).

Assim, com essas conquistas políticas para a classe “T” do acrônimo LGBTI+, se espera cada vez mais o empoderamento dessa minoria, para que elas possam se sentir representadas, visando inspirar gradualmente outras travestis e transexuais para as próximas eleições, a fim de lutar por um Brasil mais justo, inclusivo e progressista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando elucidar sobre o acontecimento histórico da eleição de 30 travestis e transexuais em 2020, o artigo possui a hipótese de que estas ocorreram como uma forma de resposta, expressando uma maior participação, reivindicação e necessidade de representação dessa classe dentro da esfera política. Essa resposta se dá devido ao crescimento do conservadorismo em 2018, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e vários dos governadores e senadores que o apoiavam.

⁵ A cisnormatividade atua inscrevendo como pré-discursivas as características físicas relacionadas ao “sexo biológico”, tornando-as como critérios naturais e objetivos para a definição do gênero (PONTES; SILVA, 2017).

Assim, o intuito do artigo é o de informar os eleitores a respeito do ocorrido em 2020, e a sua importância para a representatividade dentro da democracia brasileira, tanto para os LGBTI+ como para as outras minorias, reforçando o poder do voto popular. Ainda, analisando os dados propostos, a pesquisa possui uma expectativa de surgimento de políticas e pautas progressistas, advindas dessa eleição, além da luta contra as pautas conservadoras e retrógradas presente nos dias atuais e reproduzidas pelo presidente.

Porém, ainda que possua expectativas positivas a respeito das pautas progressistas, por meio de um viés de representatividade, a população não pode se acomodar, e deve continuar cobrando resultados de todos os políticos, inclusive dos recém-eleitos. Por fim, o artigo reforça a ideia de que as minorias devem continuar a se emponderar e adentrar cada vez mais o meio político, a fim de mudar essa estrutura política enraizada, composta majoritariamente por homens brancos, heterossexuais, cisgêneros e de classe média alta.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Pedro Z. “Ou as minorias se adequam ou desaparecem”: o VÍDEO profético de Bolsonaro anunciando o caos. *In*: DIÁRIO do Centro do Mundo. São Paulo-SP: DCM, 2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/ou-as-minorias-se-adequam-ou-desaparecem-o-video-profetico-de-bolsonaro-anunciando-o-caos/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BENEVIDES, Bruna. Em 1992, Kátia Tapety foi a primeira travesti eleita na política do Brasil. *Revista Híbrida*, Rio de Janeiro, 4 set. 2020. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2020/09/04/em-1992-katia-tapety-foi-a-primeira-travesti-eleita-na-politica-do-brasil/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keila. *Eleições 2020*. Salvador, BA: AN-TRA, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BENEVIDES, Bruna; SIMPSON, Keila. *Mapeamento de candidaturas de travestis, mulheres transexuais, homens trans e demais pessoas trans*

em 2020. Salvador, BA: ANTRA, 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/lista-final-15nov2020-1.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

BOLSONARO questiona usuários sobre mulheres trans em esportes femininos. *In*: CONGRESSO em Foco. Brasília-DF, 13 jan. 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/esporte/bolsonaro-questiona-usuarios-sobre-mulheres-trans-em-esportes-femininos/>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Censo da democracia*: Brasil tem 147,9 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2020. Brasília: TSE, 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/brasil-tem-147-9-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2020>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Eleições 2020*: presidente do TSE agradece aos milhões de eleitores que compareceram às urnas. Brasília: TSE, 2020. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/eleicoes-2020-presidente-do-tse-agradece-aos-milhoes-de-eleitores-que-compareceram-as-urnas>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

CINTRA, Giselle. Brasil continua sendo o país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo, alerta relatório da sociedade civil. *In*: UNFPA Brasil. Brasília-DF, 31 jan. 2020. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-continua-sendo-o-país-que-mais-mata-travestis-e-pessoas-trans-no-mundo-alerta-relatório>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CUNHA, Thaís. Transexuais são excluídos do mercado de trabalho: com raras oportunidades de emprego, cerca de 90% das pessoas trans no Brasil acabam recorrendo à prostituição. *Correio Braziliense*, 2020. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

DIAS, Sureña. Bolsonaro posta vídeo com fala polêmica sobre transexuais; assista. *In*: OBSERVATÓRIO G. São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/bolsonaro-posta-video-com-fala-polemica-sobre-transexuais-assista>). Acesso em: 20 mar. 2023.

ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS (EESC). Universidade de São Paulo (USP). *Nome Social para estudante de graduação*. São Carlos-SP: USP, 2019. <https://www.eesc.usp.br/intranet/posts.php?id=18209>). Acesso em: 18 jun. 2023.

FERNANDEZ, Melissa. Bolsonaro ataca globo por reportagem com presidiária transgênero. *In: PODER 360*. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/bolsonaro-ataca-globo-por-reportagem-com-presidiaria-transgenero/>). Acesso em: 12 jan. 2023.

GARCIA, Gabryella. Com recorde de candidaturas, 25 transexuais e travestis se elegem no Brasil. Eleições 2020. *In: UOL*. São Paulo-SP, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/16/com-recorde-de-candidaturas-16-transexuais-e-travestis-se-elegem-no-brasil.htm>). Acesso em: 18 jun. 2023.

JUSTO, Gabriel. Diversidade: eleição de transexuais cresce 225% em 2020. *Exame*, São Paulo-SP, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/eleicao-de-transexuais-cresce-225-em-2020/>). Acesso em: 12 jun. 2023.

MINUANO, Carlos. O que é uma pessoa cisgênero? *In: UNIVERSA Diversidade*. UOL, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/01/12/o-que-e-uma-pessoa-cisgenero.htm>). Acesso em: 12 jun. 2023.

PONTES, Júlia; SILVA, Cristiane. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Periódicus*, n. 8, v. 1, p. 396–417, abr. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/download/23211/15536>). Acesso em: 14 jun. 2023.

REINHOLZ, Fabiana. Vereadoras trans eleitas no RS defendem que resultados das eleições quebram tabus. *In: BRASIL de Fato*. Porto Alegre, 23

nov. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/23/vereadoras-trans-eleitas-no-rs-defendem-que-resultados-das-eleicoes-quebram-tabus>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

REIS, Toni. (org.). *Manual de Comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018. Disponível em: <<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SARDINHA, Edson; COSTA, Sylvio. Direita cresce e engole o centro no Congresso mais fragmentado da história. *In: CONGRESSO em Foco*. Brasília-DF, 01 fev. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/direita-cresce-e-engole-o-centro-no-congresso-mais-fragmentado-da-historia/>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

WERNECK, Natasha. Candidatos transexuais alcançam resultado histórico nas eleições municipais. *Estado de Minas*, 16 nov. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/11/16/interna_politica,1205624/transexuais-alcancam-resultado-historico-nas-eleicoes-municipais.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ZAZURCA, Enrique C. *Sobre la democracia representativa: un análisis de sus capacidades e insuficiencias*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WR9ios3xth4C&oi=fnd&pg=PA13&dq=democracia+representativa&ots=5LDGcwl-WL&sig=PA1Qc6CZpnj31eMhOnS_CAZxaq4##v=onepage&q=democracia+representativa&f=false>. Acesso em: 29 mar. 2023.

ZULETA, Estanislao. *Educación y Democracia: un campo de combate*. Bogotá: Corporación Tercer Milenio; Fundación Estanislao Zuleta, 1995. Acesso em: 20 mar. 2023.

O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DA MULHER ENQUANTO SUJEITO POLÍTICO NOS CONTEXTOS RURAIS: CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EMANCIPATÓRIAS

4

Bruna Marques da Costa (bruna_cmarques12@hotmail.com)¹

Conrado Pável de Oliveira (conradopavel@yahoo.com.br)²

Resumo: As comunidades rurais possuem uma longa trajetória de resistência e luta pela conquista de seus direitos políticos e sociais. Ao se analisarem, de modo mais específico, as questões de gênero, percebe-se que esse cenário de exclusão acentua as desigualdades vivenciadas pelas mulheres camponesas. Diante disso, objetivou-se analisar o percurso socio-histórico da emancipação feminina nas realidades rurais, evidenciando as lacunas existentes, as contribuições das políticas públicas e as possibilidades das práticas psicológicas emancipatórias. O presente artigo trata de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico e de revisão narrativa. Busca discutir sobre o processo de reconhecimento da mulher camponesa enquanto portadora de direitos e pertencente à esfera produtiva, apesar de serem reconhecidos os limites das políticas sociais na sociedade capitalista. Nesse sentido, a construção das políticas públicas de gênero mostrou-se essencial para o alcance da visibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar e nas lutas pela terra. Outrossim, ficou evidente a urgência e a importância da aproximação da Psicologia nos meios rurais com o intuito de fortalecer a abertura de espaços de discussão sobre as questões de gênero, bem como contribuir para exercícios de autonomia e emancipação.

Palavras-chave: mulheres camponesas; emancipação feminina; Psicologia e contextos rurais; políticas públicas.

THE PROCESS OF RECOGNITION OF WOMEN AS A POLITICAL SUBJECT IN RURAL CONTEXTS: CONTRIBUTIONS OF PUBLIC POLICIES AND POSSIBILITIES OF EMANCIPATORY PSYCHOLOGICAL PRACTICES

Abstract: Rural communities have a long history of resistance and struggle to gain their political and social rights. When analyzing gender issues more specifically, it becomes clear that this exclusion scenario accentuates the inequalities experienced by rural women. Given this, the objective was to analyze the socio-historical path of female emancipation in rural realities, highlighting the existing gaps, the contributions of public policies and the possibilities of emancipatory psychological practices. This article is an exploratory study, with a qualitative approach, bibliographical and narrative review. It is considered valid to point out that the limits of social policies in capitalist society are recognized, however, an attempt was made to discuss the process of recognition of peasant women as bearers of rights and belonging to the productive sphere. In this sense, discuss the construction of

¹ Bacharela e licenciada em Psicologia pelo Centro Universitário Academia (UniAcademia).

² Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro Universitário Academia (UniAcademia).

gender public policies proved to be essential for the visibility of women's work in family farming and in struggles for land. In addition, the urgency and importance of bringing Psychology closer to the rural environment was evident, with the aim of strengthening the opening of spaces for discussion on gender issues, as well as contributing to exercises of autonomy and emancipation.

Keywords: peasant women; female emancipation; Psychology and rural contexts; public policies.

1 INTRODUÇÃO

Os impactos do sistema capitalista – que se relacionam com apropriação, dominação, retrocessos acerca dos direitos adquiridos e dos territórios conquistados – atingem, principalmente, os proletários do campo e da cidade, tendo em vista a ausência de autonomia de tais populações quanto ao processo produtivo e aos meios de produção. Nesse sentido, a precarização da vida se manifesta nas camadas mais populares, atingindo os grupos marginalizados historicamente, devido ao lugar de submissão e exploração que lhes foram impostos (SEIBERT; GUEDES; MAFORT, 2021). Nos meios rurais, os povos indígenas, quilombolas, povos da floresta, ribeirinhos, camponeses e camponesas concentram suas forças nas lutas pelos direitos sociais, políticos e territoriais que lhes foram negados (RAPOZO, 2019). Ao se analisarem de modo mais específico as questões de gênero, percebe-se que esse cenário de exclusão acentua as desigualdades vivenciadas pelas mulheres camponesas.

Progressivamente, o acesso aos direitos básicos foi conquistado pelas mulheres através das reivindicações dos movimentos sociais feministas, retratando décadas de lutas, com o intuito de se obterem garantias igualitárias, tais como o direito ao voto, acesso à educação básica e à propriedade privada, autonomia sobre seus corpos, direitos trabalhistas básicos, dentre outros (TOALDO, 2021). Contudo, ainda hoje, percebem-se vestígios da desigualdade de gênero nos diversos meios sociais, uma vez que é naturalmente aceito que as mulheres estejam voltadas à esfera privada, em posições de subordinação, realizando tarefas domésticas e exercendo papéis de cuidado em relação aos outros, ao passo que a esfera pública ainda é predominantemente ocupada por homens – o que caracteriza uma marcante divisão sexual do trabalho (COSTA; NUNES, 2014).

Tal divisão sexual reflete-se nas diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo, na dificuldade de acesso a determinadas profissões tidas como masculinas pela sociedade e na dupla jornada de trabalho feminino, já que, além das responsabilidades acerca de sua jornada produtiva, a mulher acaba assumindo, concomitantemente, as responsabilidades do lar e do cuidado com os filhos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), as mulheres dedicam cerca de 21,4 horas semanais aos afazeres domésticos e de cuidado, enquanto os homens dedicam, aproximadamente, 11,0 horas semanais em relação às mesmas funções. O somatório das horas dedicadas à ocupação profissional e às atividades domésticas ultrapassa 54 horas semanais para as mulheres.

O cenário descrito se estende aos contextos rurais de forma mais agravante, considerando a luta histórica pela garantia dos direitos básicos. Desse modo, na divisão sexual do trabalho, é reservado às mulheres do campo espaço na esfera privada, sendo elas responsabilizadas pelas tarefas de cuidado no que se refere ao trabalho doméstico, à criação de pequenos animais, à plantação de hortaliças em hortas para consumo familiar, além do envolvimento nas atividades agrícolas. Entretanto vale mencionar que, em tal conjuntura, o papel da mulher na atividade produtiva torna-se invisível, uma vez que as incumbências realizadas por elas não são reconhecidas como trabalho pelo fato de não possuírem retorno financeiro e, conseqüentemente, não contabilizarem na renda familiar. As atividades praticadas são consideradas uma extensão das tarefas domésticas, o que evidencia uma intensa e exaustiva jornada de trabalho (COSTA; NUNES, 2014).

O papel de cuidado atribuído à mulher é tão reforçado culturalmente que reverbera no não reconhecimento, por parte das próprias mulheres camponesas, acerca de suas atividades agrícolas enquanto profissão, posto que, ao serem questionadas sobre seus afazeres, mencionam apenas que são “do lar” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Esse dado permite ser ainda mais notória a questão da invisibilidade do trabalho das mulheres nos meios rurais e aponta para a necessidade de se buscar a emancipação feminina, visto que o ideal familiar presente nesses contextos remete ao modelo de família nuclear em que se centraliza a figura do homem como provedor da família. Além disso, as mulheres estão sujeitas a uma repressão de gênero que não é identificada

conscientemente, pois, para elas, é natural que sejam valorizadas pela sua capacidade reprodutiva e que suas atividades sejam as domésticas, mesmo diante da excessiva carga de trabalho (MEDEIROS, 2008).

Diante dos desafios ainda existentes, discutir sobre as questões de gênero no campo se concebe fundamental para que as lutas das mulheres camponesas conquistem maior visibilidade e legitimação. O presente artigo trata de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico e de revisão narrativa. O levantamento bibliográfico se deu a partir dos artigos encontrados no repositório Google Acadêmico, que contempla diversas bases de dados, incluindo a Scielo (*Scientific Electronic Library On-line*), PePsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), BVS-PSI (Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia), entre outras. Objetivou-se analisar o percurso socio-histórico da emancipação feminina nos contextos rurais, trilhado pelas mulheres camponesas na luta pelos seus direitos, evidenciando as lacunas existentes e as contribuições das políticas públicas, além de discutir sobre as possibilidades das práticas psicológicas emancipatórias nessa conjuntura. É válido salientar que se reconhecem os limites das políticas sociais na sociedade capitalista, contudo se buscou discutir sobre o processo do reconhecimento da mulher camponesa enquanto sujeito político e pertencente à esfera produtiva.

2 BREVE PANORAMA HISTÓRICO: CONTEXTOS RURAIS E NOVAS CONFIGURAÇÕES DE RURALIDADES

Desde os primórdios, observa-se, no Brasil, uma marcante disputa pela terra, tendo em vista a construção da história social, política, econômica e cultural enquanto nação. Pode-se dizer que isso ocorre em prol da manutenção de privilégios dos grupos de poder, bem como em função dos modos de resistência de parte da população a respeito de tal exercício de dominação. Devido a isso, um pequeno grupo social possui a propriedade da terra, as decisões públicas, a riqueza produzida, dentre outros privilégios, enquanto a maioria da população carece de condições adequadas para sobrevivência – o que demarca uma produção significativa de desigualdade social, em que a precariedade de grande parte da população é condição para a sustentação dos diversos tipos de privilégios mencionados (CFP, 2019).

No campo, a disputa pela terra se instaurou com a resistência indígena, sendo continuada pela população negra, trazidos à força pelo tráfico da escravidão, em combate a mesma e, posteriormente, por parte da população rural na busca pela garantia dos direitos básicos para sobrevivência com dignidade. Em tal conjuntura, emerge-se a necessidade de um conjunto de políticas que visassem à democratização do acesso à terra e à minimização das desigualdades de direitos enfrentadas pela população rural. Desse modo, entre 1970 e 1980, a luta pela reforma agrária é potencializada no país pelos movimentos sociais, em especial pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Através das reivindicações, objetiva-se a transformação do lugar de submissão e desqualificação destinado à população rural em condições legítimas de cidadania em exercício pleno de direitos e deveres (CFP, 2019).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é responsável por conduzir a efetivação das políticas do governo federal que se relacionam ao desenvolvimento dos assentamentos rurais nas áreas de reforma agrária¹. Tais assentamentos representam pequenas comunidades rurais de produção agrícola que buscam a redistribuição do uso da terra e a possibilidade de moradia e trabalho para trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Geralmente, as produções agrícolas dedicam-se à agricultura familiar, visto que o uso e/ou propriedade da terra, bem como o trabalho produtivo vinculam-se à família. Esse cenário possibilita um resgate do saber camponês e de sua cultura, posto que esses são marginalizados diante das relações de poder, propiciando qualificação enquanto sujeitos autônomos (CFP, 2019).

A respeito das desigualdades sociais vivenciadas no campo, pode-se dizer que atravessam e aprofundam as discriminações específicas que atingem as mulheres, isso porque, historicamente, a população urbana obteve melhores condições de acesso aos direitos básicos e às políticas públicas (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). A exemplo disso se tem a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social, que ocorreu cerca de trinta anos após a legislação trabalhista urbana. Dessa forma, somente no ano de 1972 os trabalhadores rurais

¹ Considera-se relevante mencionar que em mais de 2 anos e meio do governo Bolsonaro foram criados apenas 11 assentamentos, sendo, em média, 1 assentamento a cada 3 meses, ou seja, menos de 4 assentamentos por ano, distribuídos por 7 unidades de federação (ALENTEJANO, 2022). Esse dado aponta para uma lacuna na relação entre o instituto e a Reforma Agrária, já que representa um retrocesso na dimensão da garantia do direito de acesso à terra.

passaram a ter acesso aos direitos trabalhistas, por meio da regulamentação do Plano de Assistência ao Trabalhador Rural–Prorural. A universalização dessa política se deu ainda mais tardiamente, conforme será mencionado *a posteriori* (BRUMER, 2004).

Apesar dos percalços, as discussões de gênero nos meios rurais necessitam de um olhar para as novas ruralidades, tendo em vista o surgimento da globalização e das tecnologias, as modificações nas formas de trabalho potencializadas pela pluriatividade, bem como as transformações culturais. Nesse sentido, diversas áreas do conhecimento buscaram difundir informações a respeito dos contextos rurais², ampliando a compreensão sobre identidades, modos de vida, territorialidades, campos de disputa política e econômica, assim como diversificadas atividades produtivas que constituem tais contextos (SILVA; MACEDO, 2017). Todavia os estudos iniciais apontavam para uma visão dualista entre o rural e o urbano, uma vez que o meio rural era definido como um lugar distante, paradisíaco e sinônimo de atraso, enquanto a concepção de urbano relacionava-se à modernização (GOMES; NOGUEIRA; TONELI, 2016).

Entre os anos de 1920 e 1930, por meio das produções da sociologia rural norte-americana, o rural tornou-se objeto de investigação e pesquisa no campo das Ciências Sociais. Alguns anos seguintes, por volta da década de 1950, passou-se a associar o rural como sinônimo de agrícola, devido ao seu modelo produtivo. Em consequência disso, a partir de 1970, os estudos rurais foram substituídos pelos da agricultura, em que o objeto de pesquisa obteve enfoque nas relações sociais que envolvem a atividade agrícola. A partir das discussões promovidas pela sociologia da agricultura – que assim ficou conhecida –, houve uma expansão na compreensão do rural para além da agricultura e, desse modo, pelo viés de uma análise pluralista, observaram-se transformações no meio agrário que ocasionaram uma diversificação de sentidos daquilo que se constitui rural (BLUME, 2004).

Nesse cenário, as relações entre campo e cidade passam por reformulações e ressignificações, e o termo ruralidades emerge como uma multiplicidade de modos de viver pertinentes ao mundo rural e, portanto, constitui-se de forma singular, a partir de características específicas que diferem do modo de

² Destaca-se, atualmente, as contribuições da Red Latinoamericana de Psicología Rural, tendo em vista a busca pela consolidação dos estudos acerca das ruralidades e sua aproximação com a Psicologia. Para aprofundar conhecimentos, consultar Redpsirural (2023).

viver urbano. Surgem novas identificações e novos sentidos. O rural não se limita mais a uma concepção de lugar paisagístico, de uso dos bens naturais, oposto ao urbano em termos de desenvolvimento, uma vez que há uma expansão a respeito de suas potencialidades enquanto território social, cultural e econômico, para além de um espaço físico marcado pelas atividades agrícolas (KARAM, 2004). Somado a isso, necessita-se também ressignificar a idealização das composições familiares, pois ainda persistem traços patriarcais, que se relacionam diretamente com o endereçamento do papel da mulher em tais contextos (TOALDO, 2021).

3 DESAFIOS DE GÊNERO NO CAMPO E AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES CAMPONESAS

As manifestações do movimento feminista representam muitas das conquistas alcançadas a respeito dos direitos das mulheres, entretanto o feminismo hegemônico não é capaz de abarcar todas as necessidades que surgem de contextos distintos, tais como os âmbitos populares urbanos e a esfera rural. Devido à não representatividade dos anseios decorrentes dessas outras realidades, emergiu-se a necessidade de se construírem debates sobre as questões de gênero pautadas nas demandas específicas dos contextos rurais. Nesse sentido, “considerar a mulher como uma categoria universal, típico de algumas vertentes do feminismo, silencia mulheres que não correspondem a um padrão eurocêntrico e ignora outros tipos de opressão” (CHEHAB; CARVALHO, 2020, p. 169).

A lógica hegemônica se sustenta na dominação das forças do trabalho, contudo, o patriarcado e o racismo também representam pilares de sustentação na sociedade de classes. Desse modo, os movimentos feministas e antirracistas assumem um papel fundamental na desconstrução das bases que sustentam uma sociedade de desigualdades e explorações. Nos contextos rurais, também há distinção a respeito das realidades das mulheres, considerando os aspectos de classe e raça, mas o objetivo em comum que as unem é o de confrontação da opressão de gênero, que se origina através da perpetuação do patriarcado na sociedade de classes, ocasionando a divisão sexual do trabalho por meio dos diferentes modos de produção e formas de dominação (SEIBERT; GUEDES; MAFORT, 2021).

Tendo em vista a invisibilidade da participação feminina nos movimentos sociais rurais, a abertura de um espaço que protagonizasse a luta das mulheres camponesas se fez indispensável. Sendo assim, na década de 80, as mulheres camponesas se reuniram em organizações autônomas com o intuito de discutirem suas pautas e de reivindicarem seus direitos. Nos anos de 1986 e 1989, criou-se a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural, vinculada ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), respectivamente (AGUIAR, 2016). Consoante a isso, cabe mencionar alguns nomes de mulheres camponesas que lutaram contra os fazendeiros e latifundiários, na busca pela garantia dos direitos à Reforma Agrária, a sindicalização para mulheres e contra os diversos tipos de violência no campo, sendo elas Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Maria da Penha, entre outras (RAPOZO, 2019).

Em 2000, ocorreu a primeira Marcha das Margaridas, que se refere a uma mobilização nacional, organizada pelos movimentos de mulheres e sociais, com o objetivo de reivindicar pautas coletivas durante a caminhada, que acontece a cada quatro anos, em Brasília. As realizações das Marchas abriram caminhos para negociações com o governo federal a respeito das demandas advindas do campo, tais como a superação da pobreza e da violência, desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, soberania alimentar e igualdade para mulheres, promovendo conquistas nas agendas dos programas e das políticas públicas (RAPOZO, 2019).

No ano de 2004, fundou-se o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), de caráter nacional e autônomo, que integrou os pequenos movimentos existentes nos diferentes estados. O MMC propõe a construção conjunta de um feminismo contextualizado, que baseie suas reivindicações na realidade cotidiana das mulheres do campo, o qual se dá o nome de feminismo popular e camponês. Essa proposta advém das lutas de camponesas, indígenas e negras e está relacionada à necessidade de se compreender a diversidade existente dentro do próprio movimento feminista e a um olhar interseccional para o contexto de desigualdades vivenciadas pelas mulheres rurais, que se estende a outras esferas, para além da opressão de gênero evidenciada. Assim sendo, o feminismo camponês e popular configura-se um instrumento político comprometido com a emancipação das mulheres camponesas enquanto sujeitos coletivos, e não

somente com a busca de seus direitos individuais (CHEHAB; CARVALHO, 2020).

De acordo com a cartilha do MMC (2018), o feminismo popular e camponês é construído a partir do enfrentamento das opressões procedentes do sistema de ordem capitalista, patriarcal e racista, colocando-se em oposição aos latifundiários e às empresas do agronegócio. Perante o exposto, o Movimento de Mulheres Camponesas caracteriza-se como autônomo, visto que as mulheres possuem autonomia na escolha de sua agenda de reivindicações; de base, pois a organização provém dos grupos formados nos contextos rurais; de classe, uma vez que o movimento advém da classe trabalhadora; feminista, pois concentra forças na luta pelo fim da desigualdade de gênero; camponês, pelo fato de ser formado por mulheres camponesas e por basear-se em suas reivindicações; e popular, porque tem em vista a construção de um projeto popular de país, fundamentado no socialismo (MMC, 2018).

Dentre as frentes de lutas que o Movimento defende têm-se, de forma resumida: o Projeto Popular de Agricultura Camponesa, que busca a garantia de políticas públicas para a agricultura, a fim de que seja possível a permanência no campo; a Ampliação dos Direitos Sociais, que objetiva a garantia do direito previdenciário e da documentação básica, do direito à saúde pública e à educação pública de qualidade, bem como a viabilização de políticas públicas de combate à violência contra mulher; o Projeto Popular para o Brasil, que possui como escopo principal a luta pela soberania nacional, proteção e conservação da biodiversidade; e a Participação Política da Mulher na sociedade, em busca da valorização da mulher em todos os espaços de decisão, destinada à emancipação feminina no campesinato (MMC BRASIL, 2010).

Considera-se relevante mencionar a significativa relação entre as mulheres camponesas e a agroecologia, visto que o seu surgimento se dá a partir das necessidades locais, referente aos modos de vida no campo, que foram transmitidos de geração em geração, majoritariamente por mulheres. A agroecologia, enquanto ciência e movimento, origina-se do enfrentamento ao modelo devastador da vida natural e social ocasionado pela Revolução Verde – são as mulheres camponesas, indígenas e negras as primeiras a compreenderem a necessidade da reorganização da vida no campo, e, nesse cenário, o trabalho desempenhado por elas se destaca, tendo em vista o fortalecimento da autonomia, soberania

camponesa e alimentar, defesa dos territórios e preservação da natureza (SEIBERT; GUEDES; MAFORT, 2021). Nesse plano, Maria Laís Leite e Jáder Leite (2022) mencionam a relevância do investimento nas políticas públicas relativas à agricultura familiar, uma vez que as produções agrícolas familiares representam muitos dos alimentos consumidos pela população e contribuem de forma significativa para a segurança alimentar no país.

Assim sendo, o feminismo popular e camponês luta pela visibilidade e valorização do trabalho feminino no campo, já que, a partir dele, suas identidades são resgatadas por meio da agroecologia. Além disso, simboliza a contribuição das mulheres camponesas na luta pela soberania dos povos sobre seus territórios, em que exista o protagonismo da classe trabalhadora, que inclui as mulheres em tal processo de libertação. Desse modo, objetiva-se a transformação nas relações sociais e culturais no campo, a fim de que não se perpetuem as práticas patriarcais, de discriminação, violência e inferiorização das mulheres (SEIBERT; GUEDES; MAFORT, 2021).

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O FUNDAMENTAL RECORTE DE GÊNERO

O avanço do movimento feminista no Brasil, na década de 1970, potencializou os estudos de gênero no país. Desse modo, a partir de 1980 ocorreu a implementação das primeiras políticas públicas voltadas para esse viés. Destaca-se a construção do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina no ano de 1983, bem como a criação da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher no ano de 1985. As políticas públicas de gênero podem ser definidas como aquelas que visam à implementação de ações díspares para mulheres, com o intuito de minimizar a desigualdade de gênero. Sendo assim, consideram-se tanto as políticas que se direcionam de forma direta à população feminina, baseadas nas demandas deste público-alvo, quanto os projetos lançados para um público mais amplo, porém que possuem ações específicas para mulheres (FARAH, 2004).

A formulação de políticas públicas com recorte de gênero objetiva transformação nos padrões patriarcais, que revelam uma desigualdade de poder reforçada nos meios sociais pela imposição do lugar de submissão destinado às mulheres (COSTA; NUNES, 2014). Nesse sentido, pode-se afirmar que

é responsabilidade do Estado construir políticas públicas orientadas para a minimização da exclusão de gênero, tendo em vista seus consequentes desfavoráveis ao público feminino, tal como a pauperização feminina – isto é, as mulheres sofrem em maior escala com a desigualdade social, uma vez que elas se encontram em condições subordinadas na sociedade (SILVEIRA, 2004).

A inclusão é fator fundamental em um cenário excludente, contudo não se deve recobrir políticas compensatórias neoliberais, uma vez que essas não se articulam com a universalidade das políticas públicas e com uma prática de cidadania que compreende os diferentes sujeitos sociais, dentre os quais se incluem as mulheres. De tal maneira, reconhecer as mulheres como sujeitos das políticas demanda a construção de meios de debates com vistas a estabelecer prioridades e estratégias, tendo como fito a transformação dos governos democráticos nos níveis federal, estadual e municipal em mediadores capazes de construir pautas políticas que articulem com as políticas públicas prioritárias. Não há neutralidade na constituição de políticas públicas. Sendo assim, torna-se fundamental questionar a quem beneficiam e qual a lógica do Estado que se volta à fragmentação das ações (SILVEIRA, 2004).

Por conseguinte, faz-se necessário um olhar inclusivo na construção de quaisquer políticas públicas e integração diante de uma ação, pois sua execução de forma isolada impossibilita sua eficácia – a título de exemplificação, as ações voltadas às mulheres vítimas de violência doméstica devem seguir a lógica da integralidade, já que, após o atendimento emergencial, deve-se buscar formas de viabilizar autonomia para essa vítima, seja através da inserção ou reinserção no mercado de trabalho, bem como pelas vias da assistência social. Dessa forma, pode-se dizer que a questão de gênero perpassa diversas áreas profissionais e setores públicos, não sendo um assunto limitado a um único órgão (FARAH, 2004).

À vista disso, Maria Lúcia da Silveira (2004) aduz que a elaboração de políticas de igualdade deve possuir como critérios os princípios feministas, dentre os quais se destaca a autonomia pessoal e coletiva. Portanto a formulação das políticas públicas deve (1) assegurar a saúde integral das mulheres, dando-lhes a possibilidade de controle sobre seus corpos e de realizar livremente suas escolhas sexuais e reprodutivas; (2) garantir prevenção e atendimentos às diferentes situações de violências vivenciadas pelas mulheres, sendo as principais a doméstica e a sexual; (3) propiciar condições de independência financeira por

meio de programas que incentivem a geração de emprego e viabilizem suporte social através da ampliação da rede de creches e outros equipamentos públicos; (4) promover a redivisão das tarefas de cuidado, tendo em vista a marcante divisão sexual do trabalho, que impõe à mulher a responsabilidade total pelas tarefas domésticas e de cuidados com os filhos; (5) fortalecer a participação feminina nos espaços de decisão das políticas prioritárias.

A respeito do último tópico citado, faz-se fundamental haver uma interlocução democrática entre os organismos responsáveis por promover políticas públicas e os movimentos de mulheres, com o intuito de estabelecer vínculos permanentes, uma vez que a participação social das mulheres pode influenciar nas prioridades das demandas das agendas e na consolidação de políticas públicas duradouras acerca das questões de gênero. A construção das agendas políticas deve respeitar a autonomia dos diversos sujeitos sociais, independente da lógica governamental, a fim de que, a partir das conquistas nos espaços sociais, suas demandas sejam legitimadas e traduzidas em pautas políticas dos governos, que compreendem ações democráticas a respeito da dimensão de gênero e da cidadania das mulheres (SILVEIRA, 2004).

5 O ACESSO GRADATIVO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NOS CONTEXTOS RURAIS

De acordo com Adriane Toaldo (2021), os maiores entraves para a emancipação feminina nos contextos rurais se dão pela carência de oportunidades que permitam que as mulheres tenham renda própria e desvinculada dos seus maridos, assim como a dificuldade de acesso à informação, uma vez que é necessário que as mulheres reconheçam a dominação masculina e os padrões patriarcais aos quais estão submetidas. Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão (2006) apontam que os principais debates levantados pelos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais voltam-se ao reconhecimento de suas atividades agrícolas enquanto profissão; direito à posse e/ou titulação da terra também no nome da mulher – e não apenas do homem, no caso de pessoas casadas – ou em nome da mulher chefe de família; questões acerca da saúde da mulher e aos direitos sociais como aposentadoria; salário maternidade e à sindicalização.

Em virtude de tais reivindicações, em 2003 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Mulher, que proporcionou às mulheres trabalhadoras rurais acesso a créditos para financiamentos direcionados a atividades agrícolas ou não agrícolas, como a criação de animais ou a produção de alimentos processados – precedentemente, as mulheres obtinham apenas 12% dos créditos e a disponibilidade se dava a apenas um membro da família, sendo preferencialmente o homem. Com isso, as lutas dos movimentos de mulheres alcançaram um reconhecimento por parte das políticas públicas a respeito do envolvimento das mulheres nas atividades econômicas agrícolas (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Em consonância, Marli Costa e Josiane Nunes (2014) ponderam que a portaria nº 981/2003 também representou uma importante política pública de gênero para que as mulheres adquirissem o direito de acesso à terra, na medida em que se determinou a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra nos assentamentos compartilhados por casais, a fim de que as mulheres se beneficiassem da renda e dos benefícios sociais, além de garantir a elas a titulação da terra também nos casos de divórcio, desde que obtivessem a guarda da prole.

No ano de 2004, o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, associado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) fundou, a partir das lutas das mulheres e dos movimentos sociais do campo, o Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (PNDTR), que pretendeu conceder o acesso gratuito à documentação civil básica para mulheres trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas. A iniciativa se deu a partir dos dados coletados pelo IBGE que, em tal conjuntura, apontaram que 40% da população rural brasileira não possuíam documentos, sendo que 60% eram mulheres. Diante disso, as mulheres eram impossibilitadas de obter acesso a diversas políticas públicas, tais como ao Pronaf Mulher, aos benefícios previdenciários, à titularidade conjunta da terra, ao Programa Bolsa Família, entre outros (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). O PNDTR alcançou cerca de 2.368 municípios rurais entre os anos de 2004 e 2009, realizando a emissão de mais de 1,22 milhão de documentos, que beneficiaram aproximadamente 550 mil mulheres trabalhadoras rurais (BRASIL, 2019).

A respeito das políticas públicas previdenciárias, destaca-se a inclusão social das mulheres trabalhadoras rurais a partir da Constituição Federal de 1988, que propiciou a igualdade de direitos previdenciários entre mulheres e

homens trabalhadores rurais. Sendo assim, as mulheres do campo deixaram de ser consideradas dependentes de seus cônjuges e passaram a ter direito à aposentadoria e à ampliação do piso para um salário mínimo nacional, enquanto beneficiárias da previdência social. Houve também uma modificação nas condições para aposentadoria rural por idade, firmando-se em 55 anos de idade para mulheres e em 60 anos para homens (COSTA; NUNES, 2014).

É válido salientar que, somente em 1991, por meio das Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, é que se efetivaram os benefícios previdenciários mencionados – com ressalva do benefício do salário-maternidade no valor de um salário-mínimo para a segurada especial, que foi implementado somente em 1994, a partir da Lei nº 8.861. A universalização da Previdência Rural promoveu o reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora rural, o que representa uma marcante conquista frente à invisibilidade do trabalho feminino nos meios rurais, assegurando a elas emancipação social, bem como um espaço na esfera produtiva (MARIN, 2022).

Anita Brumer (2004) aponta que, mesmo após a universalização da previdência rural, as mulheres ainda enfrentavam desafios na conquista efetiva dos benefícios, tais como a legitimação de suas atividades através de documentos – já que muitas utilizavam os documentos dos cônjuges por não possuírem os próprios, o que implicava dificuldades ainda maiores nos casos de divórcio, considerando que a titulação da documentação estava no nome do homem e este não permitia que a mulher fizesse uso para solicitar sua aposentadoria. Apesar disso, a autora ressalta o valor simbólico da conquista previdenciária para emancipação das mulheres no núcleo familiar, na medida em que elas não possuíam qualquer retorno financeiro sobre suas atribuições.

De tal maneira, o benefício aquisitivo oportunizou a elas poder de decisão. Nos dias atuais, os movimentos sociais, como o MMC, as mulheres que integram o MST e a Marcha das Margaridas, sustentam a luta pela manutenção dos direitos já conquistados acerca da previdência e pela expansão dos direitos sociais das mulheres trabalhadoras rurais. Isso se faz necessário devido às tentativas políticas de desmontes das garantias de direitos, como as discussões a respeito da reforma da previdência, no ano de 2019, em que se cogitaram modificações no que tange à aposentadoria dos trabalhadores rurais, principalmente nas condições concernentes aos segurados especiais. Em função disso,

houve mobilizações por parte dos movimentos sociais com o intuito de impedir retrocessos (MARIN, 2022).

Nos anos do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), especificamente entre 2003 e 2015, as pautas das mulheres ganharam espaço nas agendas políticas, tendo em vista a elaboração de políticas públicas de gênero pela via da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres Rurais (DPMR) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a finalidade de se promoverem a participação política e a inclusão social acerca dos direitos e recursos econômicos para as mulheres do campo. Todavia se deve mencionar que, apesar das conquistas estratégicas oportunizadas pelo diálogo entre os movimentos das mulheres camponesas, a DPMR e o MDA, ambos foram extintos após o golpe parlamentar, em 2016, o que representou um desmonte nas políticas públicas concernentes à agricultura familiar e uma ameaça aos direitos conquistados (RAPOZO, 2019).

A aquisição de recursos financeiros através das políticas públicas de assistência social também pode ser vista como um avanço na autonomia feminina no campo, uma vez que a titularidade dos cartões de benefícios qualifica a mulher. Ainda assim se faz relevante problematizar a insuficiência de tais políticas quando exercidas de forma isolada, uma vez que a prestação de serviços da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 não se relaciona apenas com a dimensão socioassistencial, mas também abrange os aspectos socioeducativos e ideopolíticos que, por vezes, são negligenciados. Dessa forma, as políticas de assistência devem ser concebidas de forma redistributiva, para oportunizar alcance aos direitos sociais e modificações nas estruturas societárias patriarcais que perpetuam a dominação de gênero. A garantia de acesso e de gestão sobre uma pequena fonte de renda não anulam a importância da construção da autonomia e da emancipação política das mulheres, desmistificando a lógica da implementação de políticas compensatórias da pobreza (LUSA, 2012).

Outrossim, Adriane Toaldo (2021) alude que os contextos rurais devem acompanhar a gradativa evolução da sociedade, em que se busca a colaboração entre homens e mulheres a respeito da divisão das tarefas domésticas para que as mulheres também se dediquem às suas atividades profissionais fora do núcleo familiar. É imprescindível que as novas maneiras de configuração familiar, para além dos paradigmas patriarcais que centralizam a figura da mulher enquanto coadjuvante e dependente, estendam-se aos meios rurais.

Sendo assim, a busca pela igualdade de gênero no campo deriva não apenas da identificação das próprias mulheres acerca de sua condição feminina e da necessidade de sua emancipação, mas ainda da posição dos homens em repensarem seus privilégios, incentivando a inserção das mulheres nas atividades que geram renda ou em movimentos que visem à luta pela autonomia feminina.

6 A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NOS CONTEXTOS RURAIS E AS POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS PSICOLÓGICAS EMANCIPATÓRIAS

Realizando um breve resgate histórico, as práticas em Psicologia e em Psiquiatria, por volta do século XX, difundiram uma visão eugenista a respeito do tratamento dos povos. Sendo assim, o movimento higienista considerava que os problemas sociais advindos da colonização possuíam causalidade hereditária e pressupunha que o branqueamento da população seria a solução para o progresso do país, tendo em vista a concepção deturpada da existência de raças inferiores e superiores, em que se acreditava que a miscigenação degenerava as raças e suscitava a loucura. Nesse cenário, a Psicologia se insere com o intuito de compreender as razões pelas quais os sujeitos considerados desajustados sociais não se adaptavam. Dentre os grupos considerados como degenerados, estavam englobados os movimentos sociais rurais que, por esse motivo, tiveram suas razões de existência política questionadas (CFP, 2019).

No Brasil, especificamente em Minas Gerais, Helena Antipoff publicou, em 1940, os primeiros trabalhos concernentes aos meios rurais, que versavam sobre educação com crianças no campo. Entre 1970 e 1980, surgem os trabalhos no campo da Psicologia Social Comunitária, que se iniciam na região Sudeste do país e, posteriormente, na região Nordeste. Tais produções tratavam-se de pesquisas e intervenções, através de programas de extensão universitária em comunidades rurais, assentamentos sem-terra, cooperativas rurais e tribos indígenas. Apesar dessas primeiras inserções da profissão em contextos rurais, a formação e a atuação dos psicólogos, por um longo período, estiveram centralizadas nos centros urbanos. Observa-se, principalmente na última década, porém, o processo de interiorização da profissão, que começa a ocorrer devido à inclusão de psicólogos em campos não tradicionais e em função da ampliação do sistema de ensino superior para as cidades de pequeno e médio porte (LEITE *et al.*, 2013).

Segundo Jäder Leite *et al.* (2013), os campos não tradicionais se referem à construção de uma rede de serviços associada ao setor de bem-estar social, advinda da municipalização das políticas de saúde e assistência social. Nesse sentido, a atuação das(os) psicólogas(os) aproximou-se das políticas públicas por volta de 1990, o que representou uma diversificação nos espaços de exercício de suas práticas. Contudo os autores apontam para a importância da atuação profissional respaldada em uma postura ético-política, para que as ações se relacionem à garantia de direitos e cidadania, não se conformando com a lógica neoliberal, que impõe o gerenciamento da pobreza e das comunidades como solução para a questão social do Brasil, haja vista que as políticas públicas objetivam a construção de cidadania e a constituição de sujeitos políticos com fulcro em seu princípio fundante de fortalecimento das instâncias de participação, movimento popular e controle social.

As práticas em Psicologia direcionadas efetivamente aos contextos rurais passam por transformações a partir da década de 1960, no momento em que a Psicologia Social Comunitária e a Educação Popular juntam-se aos movimentos sociais de luta pela terra, objetivando uma compreensão historicizada e crítica acerca dos atravessamentos sociais. A Psicologia passa a contribuir com a educação popular e com a conscientização da população, a partir de um diálogo interdisciplinar, que incluía a participação comunitária na produção do conhecimento (CFP, 2019). Ana Bock (2003) aponta que a atuação da Psicologia no Brasil, historicamente associada às elites, favoreceu a disseminação de preconceitos à classe trabalhadora por um longo período. Não obstante, a aproximação com as questões da terra a partir das práticas e saberes da Psicologia Comunitária representou um movimento de busca pelo comprometimento com as classes menos privilegiadas, em que as atuações passaram a buscar a deselitização da profissão e transformações sociais (FREITAS, 1996).

Outros marcos importantes no que diz respeito à aproximação da Psicologia e aos meios rurais foram o Seminário Nacional “A questão da terra: desafios para Psicologia”, realizado em 2006, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), a publicação do Caderno de Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) em questões relativas à terra, também pelo CFP, no ano de 2013 e, posteriormente, em 2019, assim como a publicação da coletânea “Psicologia e contextos rurais” (2013), sistematizada por Jäder Leite e Magna Dimenstein (SILVA; MACEDO, 2017).

A inserção e a atuação das(os) psicólogas(os) nos contextos rurais apontam para o compromisso com as esferas historicamente marginalizadas e sujeitas à invisibilidade social, bem como para a necessidade de uma compreensão histórica e dialética, que reconhece a legitimidade da luta dos trabalhadores rurais (CFP, 2019). Nesse sentido, as possibilidades de práticas emancipatórias correspondem a campos de atuação na Política de Saúde, referindo-se à efetivação de serviços da atenção primária e saúde mental, sendo os equipamentos institucionais as Unidades Básicas de Saúde (UBS), os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), assim como a Política de Assistência Social, com os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) (LEITE *et al.*, 2013). A atuação nesse contexto ainda inclui “os espaços de conflitos de terra, os acampamentos rurais, as comunidades tradicionais vítimas de grilagens de terra, as comunidades remanescentes de quilombos e as aldeias indígenas em busca do reconhecimento de seus territórios” (CFP, 2019, p. 64). Nesses espaços, há um agravante quanto aos problemas sociais básicos, uma vez que há dificuldades no acesso aos serviços de saúde e educação, exploração de mão de obra, violação de direitos, situações de conflitos e violências contra a ocupação e posse de terras, despejos e expulsões, dentre outras (LEITE *et al.*, 2013). Desse modo, as práticas nesses contextos devem proporcionar debate sobre o processo de luta, com o objetivo de resgatar a história e a memória que transpassam a identidade do grupo; escuta qualificada e observações participantes dos sujeitos e suas famílias; apoio psicossocial e encaminhamentos necessários nos casos de violação de direitos; ações educativas acerca dos direitos humanos e das instâncias de defesa; identificação e discussão de temáticas veladas, como situações de dependência química, violência doméstica e saúde mental; assim como formação de grupos de interesse (CFP, 2019).

A respeito dos trabalhos em grupos, pode-se realizar oficinas que almejam a abertura de um espaço para diálogos acerca das questões que perpassam o cotidiano, além do intuito terapêutico (CFP, 2019), tal como a formação dos chamados grupos de interesse, que possibilitam a jovens e mulheres participarem das decisões nos assentamentos, visto que a predominância no espaço de assembleia da associação é masculina (IENO NETO, 2007).

Como exemplo da formação de grupos e da realização de oficinas, pode-se citar uma vivência sistematizada por Gislayne Vasquez (2009) com grupos de

mulheres dos assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo. Objetivou-se elaborar questões subjetivas a partir de uma atividade concreta que levasse em consideração o saber das mulheres. Sendo assim, mediante um movimento participativo, as participantes elegeram como atividade ensinar umas às outras trabalhos manuais como costura, pintura em tecido, entre outros. Dessa forma, emergiram-se nos diálogos conteúdos subjetivos e questões cotidianas relativas a gênero, cuidados com os filhos, violência doméstica, serviços públicos de atenção à mulher e à família que, conjuntamente, eram discutidos e ressignificados. Como resultados obtidos dessa experiência, foram observadas melhorias na autoestima, na autonomia, na solidariedade entre as assentadas, nos cuidados com a saúde, bem como um maior envolvimento por parte delas nas reivindicações de seus direitos (VASQUEZ, 2009).

A autora também salienta alguns desafios para atuação da Psicologia dentro dos assentamentos. Percebe-se certa dificuldade para a construção de um olhar apontado para as questões sociais e subjetivas no contexto do trabalho multidisciplinar, já que os demais profissionais voltam seus olhares para a produtividade, fazendo com que o surgimento das questões sociais se faça por um viés assistencialista. Outro desafio apontado é um desconhecimento, por parte da equipe e da população atendida, das funções do psicólogo social que, por vezes, são limitadas aos atendimentos clínicos ou confundidas com o trabalho dos assistentes sociais. Sendo assim, há um longo caminho a ser percorrido para a garantia de melhor qualidade de vida das mulheres nessa conjuntura, sendo imprescindível a realização de ações para o empoderamento feminino, principalmente pelas vias das políticas públicas, a fim de que possibilitem maior participação e valorização do papel da mulher na agricultura familiar (VASQUEZ, 2009).

A formação em Psicologia ainda se direciona, predominantemente, aos centros urbanos, o que indica uma fragilidade na compreensão dos sujeitos que se constituem nos meios rurais. Fazem-se necessárias a incorporação de discussões interdisciplinares nos cursos de graduação que abordem temáticas sobre ruralidades, cidadania, cultura, territorialidade, correlacionando-as com a relevância na constituição das identidades e subjetividades, assim como a abertura de campos de estágio, projetos de pesquisa e extensão nos meios rurais, objetivando o contato direto com as realidades rurais e com os sujeitos que as integram. Isso em razão de o trabalho do psicólogo nos contextos rurais possuir

algumas particularidades perante a carência de equipamentos públicos e de locais usuais para intervenções, que podem acontecer embaixo de uma árvore ou em um galpão de armazenamento da safra, por exemplo (SILVA; MACEDO, 2017; VASQUEZ, 2009).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fizeram-se necessárias muitas resistências e reivindicações na luta pela conquista dos direitos políticos e sociais das mulheres camponesas. Entretanto ficou evidente que esse processo se faz inacabado, uma vez que há muitos avanços a serem alcançados a fim de que a população feminina do campo obtenha possibilidades efetivas e igualitárias para autonomia econômica, social, política e territorial diante das desigualdades de gênero vivenciadas cotidianamente. Não obstante, o acesso aos direitos reivindicados promoveu, ainda que minimamente, legitimidade para a luta feminista e para melhorias nas condições de vida nos meios rurais – o reconhecimento da profissão de agricultoras, o direito à sindicalização, aos benefícios previdenciários, como aposentadoria e salário-maternidade, à documentação civil básica, o acesso ao crédito rural e à Reforma Agrária representam um progresso significativo.

Diante disso, pode-se dizer que a construção de políticas públicas de gênero foi essencial para o alcance da visibilidade do trabalho feminino na agricultura familiar e nas lutas pela terra. Todavia é indispensável salientar a importância da universalidade de tais políticas e da busca por uma prática de cidadania que conceba as mulheres enquanto sujeitos políticos, portadoras de voz e de direitos. Nesse sentido, a efetivação das políticas públicas não deve seguir a lógica neoliberal compensatória, mas deve viabilizar reflexões sobre a marcante divisão sexual do trabalho e as demais discriminações de gênero perpetuadas na sociedade patriarcal, abrindo espaço para a participação das mulheres camponesas nos espaços de decisão.

As lutas das comunidades rurais possuem uma longa história, nas quais emergiram novas formas de ser no mundo, sendo atravessadas pela diversidade social e cultural. À vista disso, o fazer da Psicologia nos meios rurais mostrou-se fundamental e urgente. A respeito dessa inserção, demanda-se uma compreensão das ruralidades enquanto lugares de transformação, não limitando-as a cenários paisagísticos, bem como uma atuação interdisciplinar, no sentido de

conceber novas possibilidades que atendam à diversidade desses contextos por meio dos saberes das diferentes áreas do conhecimento. As práticas psicológicas devem se relacionar a construções dialógicas a fim de fortalecer a abertura dos espaços de discussão sobre as questões de gênero no campo, atendo-se às necessidades coletivas concretas, e contribuindo, assim, para exercícios de autonomia e emancipação, para a democratização do Estado, bem como para formulação de políticas públicas articuladas aos territórios e culturas relativos às realidades do campo.

Através desse estudo, ficou notória a necessidade de aprofundamento das discussões acadêmicas no tocante às questões de gênero no campo e às possibilidades de atuação da Psicologia nesses contextos. Diante do baixo número de pesquisas recentes, é relevante a construção de estudos empíricos qualitativos, com o objetivo de investigar as contribuições efetivas das políticas públicas que alcançaram as mulheres rurais e as lacunas que ainda persistem. Somado a isso, estudos longitudinais sobre as possibilidades das práticas profissionais em Psicologia nos contextos rurais são considerados pertinentes, visto que a elaboração de novos trabalhos pode fomentar o interesse de profissionais e, principalmente, de estudantes de Psicologia, favorecendo a aproximação das práticas psicológicas nesses contextos desde o período da graduação. Além disso, contribuem para maior visibilidade a respeito dos anseios das mulheres do campo, apresentando dados que podem ser importantes para a elaboração de novas agendas de políticas públicas de gênero.

8 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 15, p. 261–295, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804>. Acesso em: 06 set. 2022.

ALENTEJANO, Paulo. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. *Trabalho necessário*, Niterói, v. 20, n. 41, p. 1–30, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52451>. Acesso em: 05 out. 2022.

- BLUME, Roni. *Território e ruralidade: a desmitificação do fim do rural*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 9–28.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/mulheres-rurais/area-rural/programa-nacional-de-documentacao-da-trabalhadora-rural>. Acesso em: 06 set. 2022.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205–227, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- CHEHAB, Isabelle M. C. V.; CARVALHO, Giovana N. Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo. *Revista Ártemis*, Paraíba, v. 29, n. 1, p. 157–171, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos3.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/52385>. Acesso em: 10 maio 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em questões relativas à terra*. Brasília, DF: CFP, 2019. 92 p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-dasos-psicologasos-em-questoes-relativas-a-terra-2/>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- COSTA, Marli Marlene Moraes da; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. Políticas Públicas de Gênero voltadas à mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania. In: Seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, 11., 2014, Santa Cruz do Sul. *Anais* [...]. Santa Cruz do Sul: Universidade de

Santa Cruz do Sul, 2014. Não paginado. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11768>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47–71, jan./abr. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/?lang=pt>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia na comunidade, Psicologia da comunidade e Psicologia (social) comunitária: práticas da Psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 115–124, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/pqP4MDkBx4VLR5Lqf5DLHys/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 maio 2022.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, v. 9, n. 8, p. 1–28, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

- IENO NETO, Genaro. A reforma agrária como alternativa à violência. In: GRANDESSO, Marilene; BARRETO, Miriam Rivalta. *Terapia comunitária: tecendo redes para a transformação social – saúde, educação e políticas públicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 47–54.
- KARAM, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303–320, jan./abr. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/TtGn767X6Cky3NJqBgxThbT/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 maio 2022.
- LEITE, Jáder Ferreira *et al.* A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. *Psicologia e contextos rurais*. Natal: EDUFRN, 2013. p. 27–55.
- LEITE, Maria Laís dos Santos; LEITE, Jáder Ferreira. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 528–538, set./dez. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/698n8Mxc9nM7ghB4TSd5bPm/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05 out. 2022.
- LUSA, Mailiz Garibotti. Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais. *Revista Gênero*, Niterói, v. 13, n. 1, p. 93–107, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31179>>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- MARIN, Júlia Wicher. A luta das mulheres trabalhadoras rurais no contexto da Previdência Social. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 12., 2022, Curitiba. *Anais* [. . .] Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2022. Não paginado. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/12snsep/480016-a-luta-das-mulheres-trabalhadoras-rurais-no-contexto-da-previdencia-social/>>. Acesso em: 05 out. 2022.

- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. *In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea. Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. p. 7–18.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC BRASIL). *Movimento de Mulheres Camponesas*. Passo Fundo, RS: MDA, 2010. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/>. Acesso em: 10 maio 2022.
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). *Feminismo Camponês e Popular*. Passo Fundo: Associação Nacional de Mulheres Camponesas, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1aadhk_1WqxuLqh8CO9-xliN57hQVqF_3o/view. Acesso em: 10 maio 2022.
- RAPOZO, Bruna Maria da Silva. Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural: Desafios para a superação das desigualdades de gênero no campo brasileiro. *In: Encontro Nacional Da Anpege*, 13., 2019, São Paulo. *Anais* [. . .]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2019, não paginado. Disponível em: http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1561918223_ARQUIVO_ArtigoCompleto-enanpeg2019-BRUNARAPOZO-UFPE-PPGEO.pdf. Acesso em: 05 out. 2022.
- RED LATINOAMERICANA DE PSICOLOGÍA RURAL (REDPSIRURAL). Perspectiva y objetivos de la Red Latinoamericana de Psicología Rural. *In: REDPSIRURAL*. Bogotá, Colombia, 2019. Disponível em: <https://sites.google.com/view/redpsirural/inicio?authuser=0>. Acesso em: 17 set. 2022.
- SEIBERT, Iridiani Graciele; GUEDES, Lizandra; MAFORT, Kelli. Feminismo Camponês e Popular. *In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. Dicionário de Agroecologia e Educação*. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 409–417.
- SILVA, Kátya de Brito e; MACEDO, João Paulo. Psicologia e ruralidades no Brasil: contribuições para o debate. *Psicologia Ciência e Profissão*,

v. 37, n.3, p. 815–830, jul./set. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=254939&pid=S1809-5267201900020001200027&lng=pt). Acesso em: 17 set. 2022.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. *Políticas públicas e igualdade de gênero*. 8. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p.

TOALDO, Adriane Medianeira. A emancipação das mulheres no meio rural: ambiente em que o discurso de gênero ainda procura seu espaço. *Revista Videre*, Dourados, v. 13, n. 26, p. 256–281, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/13149/7818>). Acesso em: 29 mar. 2022.

VASQUEZ, Gislayne Cristina Figueiredo. A Psicologia na área rural: os assentamentos da reforma agrária e as mulheres assentadas. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 29, n. 4, p. 856–867, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DyLWkSTfq44RzwKDCLVhZ3n/abstract/?lang=pt>). Acesso em: 06 set. 2022.

GÊNERO E SOBERANIA ALIMENTAR: REFLEXÕES ACERCA DA ATUAÇÃO DA MULHER RURAL NA CONSTRUÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

5

Maria Alane Pereira de Brito (alanebrito95@gmail.com)¹

Maria Laís dos Santos Leite (mlaisleite@gmail.com)²

Suely Salgueiro Chacon (suelyphchacon@gmail.com)³

Resumo: O objetivo do artigo é refletir sobre a atuação das mulheres rurais no contexto da Soberania Alimentar e da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, observando os desafios e os avanços de suas práticas na sociedade contemporânea. Para isso, a pesquisa traz uma abordagem qualitativa, bem como refere-se a uma pesquisa teórica, em que se utilizaram, para sua realização, os métodos de pesquisa documental e bibliográfico. O estudo mostrou que a igualdade de gênero no campo é fundamental para alcançar a Segurança Alimentar e Nutricional, sendo então necessário fortalecer a organização das mulheres rurais e criar políticas públicas que garantam o acesso igualitário a recursos e serviços, incentivando sua participação política e social. Além disso, concluiu que reconhecer e valorizar o papel das mulheres como guardiãs do conhecimento tradicional, promovendo a troca de experiências e o resgate de práticas ancestrais de manejo dos recursos naturais, é essencial para a construção de sistemas alimentares sustentáveis e justos, nos quais se pode avançar em direção a um país mais justo, saudável e livre da fome.

Palavras-chave: gênero; soberania alimentar; segurança alimentar e nutricional.

GENDER AND FOOD SOVEREIGNTY: REFLECTIONS ON THE PERFORMANCE OF RURAL WOMEN IN THE CONSTRUCTION OF FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN BRAZIL

Abstract: The objective of the article was to reflect on the performance of rural women in the context of Food Sovereignty and Food and Nutritional Security in Brazil, observing the challenges and advances of their practices in contemporary society. In consequence, the research brings a qualitative approach, as well as, it refers to a theoretical research, where it was used for its accomplishment, the methods of documental and bibliographical research. The study highlights that gender equality in the countryside is fundamental to achieving Food and Nutritional Security, therefore, it is necessary to strengthen the organization of rural women

¹ Mestranda e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri (UFCA).

² Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Residência Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

³ Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Estágio pós-doutoral em Economia do Desenvolvimento na Universidad Autónoma de Madrid. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Mestrado em Economia Rural pela UFC. Graduação em Ciências Econômicas pela UFC.

and create public policies that guarantee equal access to resources and services, encouraging their political and social participation. In addition, it is concluded that recognizing and valuing the role of women as guardians of traditional knowledge, promoting the exchange of experiences and the rescue of ancestral practices in the management of natural resources, is essential for the construction of sustainable and fair food systems, where progress can be made towards a country that is fairer, healthier and free from hunger.

Keywords: gender; food sovereignty; food and nutrition security.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que ainda há pouca visibilidade e valor dado ao trabalho das mulheres nas áreas rurais, enquanto, em grande parte do contexto rural brasileiro, são elas que cuidam não só de hortas domésticas através dos quintais produtivos, mas também trabalham na roça, cuidam da alimentação familiar e da manutenção de práticas e saberes ancestrais, além de vender e/ou trocarem seus produtos, movimentando a economia local.

A desigualdade de gênero dentro desse sistema estrutural de dominação, muitas vezes amparada pelos poderes institucionais, traz um determinismo ideológico de divisão sexual do trabalho, em que a produção, a atividade “braçal” e o espaço público são impostos ao masculino e a reprodução, o cuidado e o lar são impostos ao feminino.

E, ao tratar-se dos sistemas alimentares, ou seja, das atividades que englobam toda a trajetória do alimento, desde sua produção até o consumo final, esse modelo social designa a importância da atuação das mulheres nos ambientes alimentares domésticos, por estarem associadas diretamente às práticas de cuidado com a alimentação familiar. De acordo com Silva e Recine (2023), estas se traduzem cotidianamente em aspectos como a tomada de decisão sobre as escolhas alimentares, os processos de aquisição dos alimentos, o preparo por meio da culinária, a partilha e a diversificação das refeições.

Nesse sentido, a agricultura familiar e as práticas de agricultura sustentável, a participação das mulheres rurais, a soberania e a segurança alimentar e nutricional são conceitos que mantêm uma profunda relação. Assim este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a atuação das mulheres rurais no contexto da soberania alimentar e da segurança alimentar e nutricional no Brasil, observando os desafios e os avanços de suas práticas na sociedade contemporânea.

Para isso, destacamos os espaços ocupados pelas mulheres na produção agrícola e seus reflexos na construção da soberania alimentar, onde suas lutas pelo reconhecimento social e político são intrínsecas ao seu importante papel para o desenvolvimento da segurança alimentar. Nesse teor, trata-se de uma pesquisa qualitativa por conduzir investigações, através da utilização de uma ampla gama de metodologias, interessadas em descrever, interpretar, ou compreender situações sociais consideradas problemáticas pelos atores sociais que são seus protagonistas ou que, por alguma razão, têm interesse em abordar tais situações num sentido investigativo (GONZÁLEZ, 2020).

Refere-se também a uma pesquisa teórica, pois busca reconstruir teorias, conceitos, e ideias, tendo em vista aprimorar fundamentos teóricos (DEMO, 2000). Portanto fundamenta-se em pesquisa documental, em que há a utilização de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, “fontes primárias”, e em pesquisa bibliográfica, em que os conteúdos já receberam contribuições de diferentes autores sobre determinado tema, as “fontes secundárias”, como artigos, livros e periódicos (OLIVEIRA, 2007). As informações obtidas no texto dizem respeito ao processo de escrita da Dissertação da autora, cujo título é “Mãos de quem planta, colhe e entrega: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Barbalha-CE”, do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC), que tem como mote os temas da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a Soberania Alimentar são propostas que se conectam em sua essência. De acordo com Guerra, Cervato-Mancuso e Bezerra (2019), SAN é o direito de todo ser humano ter uma alimentação adequada e saudável, do ponto de vista da saúde, respeitando a cultura alimentar, a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, a disponibilidade e o acesso permanente aos alimentos de qualidade, sem comprometer outras necessidades inerentes a uma vida digna. A soberania Alimentar, por conseguinte, é concretizada quando os povos têm a liberdade de definir o que, como e para quem produzir, uma vez que a soberania passa, essencialmente, pela capacidade de cada nação de produzir seu alimento (SILVA, 2020).

A soberania alimentar, assim como a segurança alimentar e nutricional, dependem profundamente do fortalecimento da agricultura familiar, logo propor alternativas de combater a desigualdade de gênero e promover o protagonismo

das mulheres rurais são de suma importância para manter a agricultura familiar de pé. E, não só isso, manter um modelo de agricultura sustentável, baseado nos princípios do cuidado com o outro, com a natureza, de abundância e de compartilhamento.

Para alcançar o que se propõe, este artigo está estruturado em quatro partes, incluindo esta introdução. A segunda diz respeito à atuação das mulheres rurais no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, trazendo um pouco da trajetória de luta e execução de seu trabalho no campo, mostrando, através de seus espaços, os desafios e as conquistas. A terceira parte aprofunda os conceitos de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional e seus desdobramentos, a partir da discussão da fome e da alimentação como substância política. A última parte traz as considerações finais, ressaltando pontos importantes sobre a contribuição das mulheres rurais na construção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil.

2 A ATUAÇÃO DAS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: AVANÇOS E DESAFIOS

O consumo de alimentos saudáveis, assim como diversas experiências de agricultura sustentável no Brasil estão baseados em conhecimentos ancestrais, tradicionais, sobre a produção agrícola sustentável e a relação harmônica com a natureza. As mulheres rurais, nesse sentido, possuem uma influente relevância, devido a sua condição de responsabilidade pelo cuidado com a família, incluindo a alimentação, em que detêm diversos tipos de informações sobre todo o sistema alimentar, desde a produção, o preparo e o descarte.

A relação da mulher com a natureza, com a agricultura familiar e com esses saberes tradicionais pode ser observada tanto como um produto do sistema patriarcal de dominação, que determinou espaços divergentes baseados no sexo (divisão sexual do trabalho), quanto um espaço de luta e resistência que, ao longo dos anos, expandiu-se através da voz e da afirmação de outros espaços. Olhar para a realidade diferenciada vivida por mulheres e homens no contexto rural revela as dificuldades enfrentadas pelas agricultoras em ser visibilizadas como protagonistas e em romper os determinismos.

A categoria de gênero no contexto da segurança alimentar e nutricional pode ser observada de duas formas discrepantes: 1. O papel e o lugar da mulher na

construção da soberania alimentar, enquanto garantia de segurança alimentar e do direito de definir com autonomia o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir; 2. O espaço de vulnerabilidade da mulher, visto nos índices de alta prevalência de insegurança alimentar nas famílias chefiadas pelas mesmas, resultantes da desigualdade do acesso e de outros condicionantes. É a partir desses pontos que vamos refletir.

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2022, traz dados alarmantes da realidade social do país no que se refere à Segurança Alimentar (SA), evidenciando o agravamento em alguns segmentos sociais, recortados por gênero, raça/cor, escolaridade e local de moradia.

De acordo com a Rede PENSSAN (2022, p. 50), “mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de Insegurança Alimentar (IA)”. Além disso, o estudo mostrou que a condição alimentar dos moradores em áreas rurais do país foi pior, comparado aos de áreas urbanas, com a IA atingindo mais de 60% dos domicílios, e com prevalências mais elevadas nas suas formas mais severas, com IA moderada e IA grave em 16,9% e 18,6%, respectivamente (REDE PENSSAN, 2022). Esses indicadores demonstram que a desigualdade de gênero se revela nas questões de segurança alimentar e nutricional (SAN) como um dos resultantes da desigualdade do acesso e controle dos recursos financeiros, de acordo com Campos *et al.* (2020).

Além disso, a pandemia da Covid-19 sob o governo do ex-presidente Bolsonaro, intensificou os desafios relativos à segurança alimentar e nutricional vivenciados pelas mulheres rurais. O enfraquecimento de programas de apoio à agricultura familiar e a falta de políticas específicas voltadas para as necessidades das mulheres rurais exacerbaram ainda mais a vulnerabilidade desses sujeitos durante o período de crise (LEITE; LEITE, 2022). A ausência de ações governamentais efetivas para garantir a segurança alimentar no contexto da pandemia tem consequências graves para a saúde e bem-estar dessas mulheres e suas famílias, fato visto na volta do Brasil ao Mapa da Fome da ONU (OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES, 2022).

Siliprandi (2006) atribui a vulnerabilidade da mulher no contexto da SAN à distribuição desigual de alimentos dentro da família e ao excesso de trabalho, que usualmente recai sobre as mulheres. Nesses termos, a autora ressalta a atuação de algumas políticas públicas como fomentadoras do discurso do não reconhecimento das mulheres enquanto produtoras de alimentos, descrevendo-as, sim, como instrumentos para alcançar a SA das famílias.

A reflexão que a autora traz é de suma importância para observar os espaços predeterminados da mulher na sociedade e como, até os dias atuais, há inúmeras dificuldades em romper com essas barreiras nos espaços políticos, culturais e sociais. Apesar de ter-se alcançado uma certa visibilidade da contribuição das mulheres, seus espaços ainda são tidos como os mesmos, como ressalta Siliprandi (2006, p. 1418) ao dizer que “o papel que usualmente cabe às mulheres, nestes campos, é o de guardiã do bem-estar dos demais membros da família”.

Nessa linha, Seibert *et al.* (2019) salientam que as mulheres nas áreas rurais enfrentam discriminação de gênero e uma série de restrições sociais, legais e culturais, as quais têm um acesso mais limitado do que os homens à terra, recursos produtivos e financeiros, educação, saúde, extensão rural, mercados, iniciativas de adaptação ao clima, oportunidades de emprego e, ainda, estão sujeitas à exclusão social no processo de tomada de decisões e dos mercados de trabalho, bem como à exploração sexual e à violência doméstica.

Essa discriminação gera vulnerabilidade e representa uma violação dos direitos humanos das mulheres, impossibilitando-as de exercer plenamente sua cidadania e seu direito mais básico: a vida. É por isso que romper com a divisão sexual do trabalho e fomentar o desenvolvimento de práticas e políticas públicas que deem visibilidade ao trabalho da mulher do campo é fundamental para a saída desse espaço de restrição de seus direitos essenciais. Sair desse espaço é a sua principal luta, luta vista na forte atuação da mulher rural na produção agrícola, nos sindicatos rurais e diversas outras práticas.

Esmeraldo (2021) mostra algumas experiências de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência, que expressam espaços de vida e de trabalho com significados introduzidos por meio de quintais produtivos, casas de sementes, tecnologias sociais, feiras agroecológicas e redes de agricultores(as) agroecológicos(as). Além disso, a autora destaca também que

O cenário de mudanças no sistema agroalimentar mundial, determinado pelo modelo agrícola denominado de agronegócio, avança e amplia seus domínios sobre as terras agricultáveis, os recursos ambientais e hídricos da região Nordeste, trazendo um padrão global de trabalho e de relações humanas que atinge de forma perversa a vida cotidiana e as condições de reprodução das famílias agricultoras, com destaque para as mulheres, diretamente responsabilizadas pela reprodução familiar. As transformações no modo de vida e a fragilização das famílias agricultoras em relação ao acesso à terra e à segurança alimentar e nutricional são sentidas, de forma especial, por mulheres agricultoras que atuam na base da agricultura familiar, produzindo de forma diversificada, com pouco ou nenhum uso de agrotóxicos, e destinando, basicamente, a produção para garantir a reprodução familiar e a economia local (ESMERALDO, 2021, p. 39–40).

Tais mudanças são fruto de uma cadeia de eventos de ordem social, política, econômica e ambiental, provocadas, especialmente pela modernização da agricultura, que cada vez mais tem fortalecido o sistema hegemônico de produção. As mulheres, através de suas experiências, infringem a ordem social e econômica dominante. Esmeraldo (2021) traz relatos de mulheres, através de inúmeras histórias: o debate e a luta sobre o direito da mulher à terra; o direito e o acesso à água; a implementação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido; experiências de organização de casas de sementes, a produção agroecológica em quintais produtivos e o escoamento em feiras livres.

Diversos estudos também compartilham experiências das mulheres rurais em suas comunidades espalhadas por todo o país, lutando pela segurança alimentar e nutricional. Zarzar, Aubin e Cavalcanti (2020) mostram a atuação de diversas organizações não governamentais, sindicatos, secretarias e grupos de agricultoras e agricultores do território do Agreste pernambucano, onde a participação das mulheres fazem os movimentos de preservação da agrobiodiversidade. Barbosa (2021) apresenta a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC), na busca pela (re)construção e valorização da agricultura camponesa, cuja região é marcada pela modernização da agricultura e de integração dos(as) agricultores(as) às agroindústrias.

Brito, Leite e Cunha (2021, p. 176–177), por sua vez, expõem a experiência de agricultoras familiares da zona rural do município de Jardim, Ceará,

participantes do PAA, cuja discussão gira em torno da participação das mulheres rurais nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Com base no estudo de caso, as autoras apontam como resultados os benefícios que o PAA proporcionou para “a melhoria da qualidade de vida das agricultoras, as quais relatavam, em suas falas e gestos, a alegria em poder participar de uma política pública que reconheça e valorize seu trabalho, bem como fomenta seu desenvolvimento humano”.

Essas experiências mostram a potência do trabalho desenvolvido pelas agricultoras, que, apesar das inúmeras dificuldades impostas, trazem para nossa compreensão a força de um universo de práticas e de resgate de memórias e saberes que asseguram a vivência de uma experiência coletiva transformadora. Mostram ainda sua indubitável contribuição na construção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil, através de práticas comprometidas com a sustentabilidade, a agroecologia, a justiça social, a igualdade e a solidariedade.

O Estado é o agente responsável por proporcionar a SAN nos territórios brasileiros, e a participação social é o principal mecanismo de diálogo, de reivindicação e construção de políticas públicas que refletem as necessidades sociais. A luta das mulheres do campo, nesse contexto, reforça o comprometimento pela transformação social. Um exemplo disso é a colaboração dos movimentos de mulheres rurais na construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Nessa perspectiva, Brito, Freitas e Chacon (2022) mostram a relação direta entre movimentos de mulheres do campo e a construção dessa política, através das pautas de reivindicação da Marcha das Margaridas – principal movimento de mulheres rurais do Brasil –, que, desde 2003, tem focado na agroecologia e também na forte relação entre o trabalho das mulheres e o desenvolvimento da agroecologia no país.

A forma de produção saudável e adequada compõe uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), em que a agricultura familiar exerce um papel decisório no combate à fome e na construção da segurança alimentar. Conseqüentemente, a atuação das mulheres no campo no fortalecimento da agricultura familiar e na busca por uma melhor relação com a natureza é incontestável para avançarmos na discussão sobre soberania alimentar e sairmos da situação de fome e miséria que a Pandemia da Covid-19 e os modelos neoliberais de governo intensificaram nos últimos anos.

Ademais, diante do cenário de desmonte de políticas públicas vivenciado no Brasil, Leite, Chacon e Cunha (2022) ressaltam a necessidade de apresentar os impactos dessas ações governamentais, antes proeminentes, para a melhoria da qualidade de vida de famílias agricultoras e da relevância da oferta de alimentos para entidades governamentais e sociais que buscam contribuir com a segurança alimentar e nutricional de pessoas em vulnerabilidade. Outrossim, para reforçar o papel da agricultura familiar, é necessário o apoio do governo através de políticas públicas e a construção de um pacto social amplo que escolha as(os) agricultores(as) familiares como protagonistas de um processo de desenvolvimento rural (LEITE, 2022).

3 SOBERANIA ALIMENTAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SEUS DES-DOBRAMENTOS

Os alimentos contam sua história, carregam sentidos e símbolos das culturas de diferentes povos, trazem memórias, conectam saberes entre gerações, fomentam a vida. Por outro lado, a fome também conta sua história, de restrições, de falta de acesso e, por que não, de crueldade. A fome atravessa gerações, tem cor, tem gênero, tem classe.

A fome é um problema social atemporal, que vem sendo discutido e compreendido sob diversos aspectos ao longo de décadas e combatido por diferentes entidades: poder público, sociedade civil, através de ONGs, associações, coletivos, igreja etc. De acordo com Peixinho (2013), foi no ano de 1930 que se desenvolveram vários fenômenos importantes relacionados ao tema da alimentação: os avanços científicos que concebem e analisam o problema da desnutrição, permitindo uma tomada de consciência do fenômeno e reconhecendo como um problema de saúde pública; e as primeiras ações governamentais direcionadas à alimentação e nutrição no Brasil.

No entanto, Burity *et al.* (2010) destacam que o conceito de segurança alimentar passou a ser utilizado na Europa durante a Primeira Guerra Mundial, estando relacionado com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação. Já no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o termo foi hegemonicamente tratado como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos. Foi a partir dessa visão que os Estados Unidos lançaram uma experiência para aumentar a produtividade de alimentos, associando o uso

de agrotóxicos, variedades genéticas de sementes, fertilizantes químicos etc., a chamada Revolução Verde.

A Revolução Verde trouxe inúmeras consequências ambientais, econômicas e sociais, como a redução da biodiversidade, a intensificação do êxodo rural pela desmobilização e tomada de espaço dos agricultores familiares/tradicionais, a contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos. Esse modelo agrícola mostrou-se cada vez mais insustentável em consequência dos evidentes danos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos. Porém é um campo produtivo altamente hegemônico, disseminado como projeto modernizante da agricultura.

Posteriormente, viu-se que o problema não era somente a insuficiência da produção de alimentos, mas também o abastecimento. Burity *et al.* (2010) ressaltam que o enfoque, nessa época, ainda estava predominantemente no produto, e não no ser humano, de modo que a dimensão do direito humano ficava em segundo plano. O número de pessoas em situação de fome só aumentava, apesar dos ganhos contínuos de produtividade na agricultura, da geração de excedentes de produção e do aumento de estoques. Então reconheceu-se que uma das principais causas da insegurança alimentar da população era a falta de garantia de acesso físico e econômico aos alimentos, em decorrência da pobreza e da falta de acesso aos recursos necessários para a aquisição de alimentos (BURITY *et al.*, 2010). Foi no final da década de 80 e início de 90 que

O conceito de segurança alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitáveis e também incorporando a ideia de acesso à informação. Agrega-se definitivamente o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (BURITY *et al.*, 2010, p. 12).

Logo, ao afirmar que determinado grupo ou indivíduo está em estado de Segurança Alimentar e Nutricional, considera-se que esse tenha acesso à alimentação e à nutrição adequadas e em plenas condições de serem aproveitados, em termos fisiológicos, os alimentos ingeridos (BURITY *et al.*, 2010). A partir dessa afirmação, podemos fazer os seguintes questionamentos: como ter acesso à alimentação no Brasil, se as taxas de desemprego sobem circunstancialmente

e, conseqüentemente, falta recurso financeiro para comprar alimentos? Como ter condições plenas de aproveitar os nutrientes de alimentos, se os alimentos mais acessíveis no mercado (para quem não tem renda mínima) são alimentos ultraprocessados¹? Como ser uma pessoa saudável e viver em um ambiente saudável, quando falta alimentação adequada, direito à saúde, a saneamento básico, à educação, a lazer e à cultura?

Refletir sobre esses pontos é compreender que a Segurança Alimentar e Nutricional não se trata somente de combater a fome, mas pensar em todas as dimensões que se relacionam e interferem nesse estado de privação. Nesse sentido, a partir do conceito de SAN, várias outras dimensões foram pensadas e agregadas, e a soberania alimentar é uma delas, pois se considera que os países devam ser soberanos, ou seja, autônomos, para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, respeitando suas características culturais, manifestadas no ato de se alimentar.

A Soberania Alimentar foi formalizada em 1996 pela Via Campesina Internacional, e pode ser entendida enquanto direito e como um conceito multidimensional que se caracteriza, essencialmente, como proposta contra-hegemônica, questionando o sistema do “alimento-mercadoria” (GUERRA, 2020). Refere-se a mais uma resposta dos movimentos sociais do campo ao considerar a fome como uma questão social. A Via Campesina Internacional é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, trabalhadores sem-terra, indígenas, pastores, pescadores, trabalhadores agrícolas migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses de todo o mundo. Foi fundado em 1993 para defender a agricultura camponesa para a Soberania Alimentar (VIA CAMPESINA, 2022).

Scarabeli e Mançano (2020, p. 38) ressaltam que

O conceito de soberania alimentar e a construção de políticas públicas com base nessa concepção entendem que o povo em qualquer parte do mundo tem potencial de decidir o que produzir, como produzir e para quem produzir os alimentos. Nessa perspectiva, as ações do estado e da sociedade civil devem ser a de viabilizar os meios necessários para o alcance das ações dessa natureza. Para viabilizar a soberania alimentar é necessário ampliar uma nova matriz de produção agropecuária

1

que estimule a produção e a produtividade de alimentos de maneira sustentável.

Produzir alimentos básicos para o povo, respeitar a diversidade produtiva e cultural são o que inúmeros agricultores e agricultoras, indígenas, povos das florestas, dos rios, dos mares e do sertão vêm fazendo há muitos anos, preservando o meio em que vivem, retirando somente o necessário da natureza, guardando e trocando sementes, estimulando a diversificação produtiva e manutenção das espécies, plantando e colhendo alimentos saudáveis, sem uso de pesticidas, passando os saberes de geração em geração. A soberania alimentar é um conceito que abarca essas características e necessita de políticas públicas potentes para realmente ser, pois depende de um esforço global, de rever o sistema econômico vigente que globaliza a fome e a pobreza no mundo e destrói a capacidade produtiva local e as sociedades rurais.

Para avançarmos na busca pela soberania alimentar, é importante pensarmos sobre os chamados “impérios alimentares”. De acordo com Sousa e Silva (2020), esses impérios são um modo de ordenamento novo e poderoso que reorganiza progressivamente grandes domínios do mundo social e do mundo natural, sujeitando-os a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva. Assim exercem um controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e o consumo de alimentos, materializando-se em cadeias globais de valor que desconectam quem produz de quem consome, desconectam a atividade agrícola do agroecossistema local (NIEDERLE, 2008).

Desse modo, o consumidor torna-se cada vez mais distante e inconsciente do que é aquele alimento, de onde vem, como é produzido, fazendo com o que o consumo de certos tipos de alimentos – os processados e os ultraprocessados – sejam mais disponíveis e mais consumíveis. Tais sistemas afetam também os agricultores(as) de base, que se tornam cada vez mais sufocados pela falta de condições de produzir da sua forma tradicional.

A soberania alimentar é um passo valioso na possibilidade de que todas as pessoas do mundo possam ter acesso à alimentação saudável, adequada culturalmente e em qualidade, quantidade e regularidade, como propõe a segurança alimentar e nutricional. As autoras Seibert, Calaça e Krefta (2021) ressaltam que o acesso a um alimento de qualidade e nutricional também é fundamento para a promoção da saúde humana e também da natureza, pois a manifestação ou ausência de doenças está ligada ao modo de produção no

campo, a uma produção sustentável, agroecológica ou ao uso de agrotóxicos, de transgênicos, ao acesso das pessoas a alimentos saudáveis e nutritivos, ao acesso à terra, água potável e tratada, ao acesso e ao uso das sementes para a produção diversificada de alimentos.

Todos esses fatores têm efeitos sobre condição de saúde da vida humana. É de suma importância o fortalecimento da agricultura familiar, das mulheres camponesas, da sustentabilidade, da agroecologia, do cuidado com os povos originários e suas tradições, especialmente através da luta e da construção de políticas públicas que tomem tais questões em seu cerne.

O combate à fome e à insegurança alimentar e nutricional estão diretamente relacionados a decisões políticas e econômicas, em que

a soberania alimentar antecede a segurança alimentar, na medida que apenas em um país onde camponesas e camponeses, com apoio de políticas de Estado, tenham autonomia e capacidade produtiva de abastecimento e distribuição do alimento que produz, é possível pensar em alimento para todos (SEIBERT; CALAÇA; KREFTA, 2021, p. 52).

Portanto, parafraseando Herbert de Souza, o Betinho, “a alma da fome é política”, e é preciso buscar, cada vez mais, construir políticas públicas qualificadas para atender às necessidades humanas, para além do alimento em si. É preciso criar economias rurais baseadas no respeito por nós mesmos e pela terra, na Soberania Alimentar e no comércio justo. Necessita-se alimentar o povo com alimentos saudáveis, sustentáveis, conectados com o equilíbrio natural. A segurança alimentar e nutricional só serão alcançadas com muita luta e com vontade e força política para implementar alternativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste artigo evidenciam a importância crucial do papel desempenhado pelas mulheres rurais no contexto da segurança alimentar e nutricional do país. A análise abordou aspectos fundamentais relacionados à participação das mulheres no sistema alimentar, reconhecendo suas contribuições significativas, desafios enfrentados e a necessidade de se promoverem políticas mais inclusivas e igualitárias.

Ao longo da análise, ficou evidente que as mulheres rurais têm sido agentes fundamentais na produção de alimentos, bem como na preservação de práticas

tradicionais de agricultura sustentável e conhecimentos ancestrais relacionados à alimentação. Seus esforços têm desempenhado um papel vital para a segurança alimentar e nutricional das comunidades rurais e urbanas.

As mulheres desempenham um papel central na Soberania Alimentar do lar e da comunidade, portanto têm direito de acesso a recursos para produção de alimentos, à terra, a crédito, a capital, à tecnologia, à educação e a serviços sociais, e uma oportunidade igual para desenvolver e usar suas habilidades.

Contudo também se destacou que as mulheres rurais enfrentam inúmeros obstáculos, tais como acesso limitado a recursos produtivos, à educação, a crédito e a tecnologias agrícolas. Além disso, o trabalho não remunerado, muitas vezes invisibilizado, realizado por essas mulheres nas atividades agrícolas e domésticas também representa uma barreira à sua plena participação e desenvolvimento.

A soberania alimentar revelou-se como uma perspectiva promissora para garantir que as mulheres rurais tenham voz e participação ativa nas decisões relacionadas à produção e ao consumo de alimentos. O fortalecimento da autonomia dessas mulheres é essencial para a construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e inclusivos, capazes de enfrentar os desafios emergentes, como as mudanças climáticas e a crescente demanda por alimentos.

Ademais evidencia-se também a necessidade de políticas públicas que reconheçam e valorizem o papel das mulheres rurais, proporcionando-lhes acesso aos recursos necessários para permanecerem no campo e fazerem seu trabalho. Programas que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são fundamentais para que elas possam desenvolver todo o seu potencial como agentes transformadoras na construção de uma soberania alimentar e o desenvolvimento da segurança alimentar e nutricional.

Conclui-se, portanto, que a atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil é de extrema relevância, e a promoção da igualdade de gênero e a garantia de seus direitos são passos imprescindíveis para alcançarem uma sociedade mais justa, equitativa e resiliente do ponto de vista alimentar. As reflexões apresentadas neste artigo oferecem subsídios importantes para a formulação de políticas e ações concretas que fortaleçam a participação e a liderança das mulheres rurais, contribuindo para um futuro mais sustentável e com alimentos acessíveis a todos os brasileiros.

5 REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Yamira R. S. Semeando agroecologia e soberania alimentar: a experiência do Movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina. *In*: MOTA, Dalva M.; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria E. L. *Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero*. v. 5. Brasília: Embrapa, 2021.
- BRITO, Maria Alane P.; FREITAS, Antônio A.; CHACON, Suely S. Agroecologia e desenvolvimento sustentável: um olhar sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 3., 2022, Marechal Cândido Rondon-PR *Anais eletrônicos* [...]. Marechal Cândido Rondon-PR: UNIOESTE, 2022.
- BRITO, Maria Alane P.; LEITE, Maria Laís S.; CUNHA, Eduardo V. Mulheres da Terra: um olhar sobre o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na vida das Agricultoras Beneficiárias do município de Jardim – CE. *In*: LEITE, Maria L. S. *Políticas públicas, agricultura familiar e sustentabilidade*. 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAEC e-Books, 2021. Disponível em: <https://claec.org/editora/wp-content/uploads/sites/3/2021/02/Políticas-públicas-agricultura-familiar-e-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- BURITY, Valéria *et al.* 2010. *Direito Humano à alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.
- CAMPOS, Jussara M. *et al.* Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1529–1537, 2020.
- DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

- ESMERALDO, Gema G. S. L. Onde a vida pode florescer: experiências de mulheres agricultoras no Semiárido do Nordeste do Brasil em torno da produção da existência. *In*: MOTA, Dalva M.; SILIPRANDI, Emma; PACHECO, Maria E. L. *Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero*. v. 5. Brasília: Embrapa, 2021.
- GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 155–183, 2020.
- GUERRA, Clarissa S. *Soberania alimentar no Brasil: limites econômicos (geo-) políticos e jurídicos nos marcos do capitalismo periférico*. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, UFSM-RS, Santa Maria, RS, 2020.
- GUERRA, Lúcia D. S.; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; BEZERRA, Aída C. D. Alimentação: um direito humano em disputa: focos temáticos para compreensão e atuação em segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3369–3394, 2019.
- LEITE, Maria Laís S. *Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE*. 2022. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49548>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- LEITE, Maria Laís S.; CHACON, Suely. S.; CUNHA, Eduardo Vivian da. Uma avaliação de percepção do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA num município do semiárido nordestino. *In*: LEITE, Maria Laís dos Santos; TORRES, Geovane Gesteira Sales. (org.). *Políticas Públicas na América Latina: conceitos e práticas*. 1. ed. Maringá-PR: UNIEDUSUL, 2022, p. 64–84. Disponível em: <https://www.uniedusul.com.br/wp-content/uploads/2022/10/E-BOOK-POLITICA-PUBLICA-NA-AMERICA-LATIRA.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

- LEITE, Maria Laís S.; LEITE, Jáder F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. *Revista Katálysis*, v. 25, n. 3, p. 528–538, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86341>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- NIEDERLE, Paulo A. A coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora, v. 2, n. 5, p. 319–325, 2008.
- OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES. *Máquina do tempo: o Brasil de volta ao Mapa da Fome*. Boletim nº 14. Belo Horizonte - MG: FJP; Campos dos Goytacazes - RJ: UENF, 2022.
- OLIVEIRA, Maria M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PEIXINHO, Albaneide. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4, p. 909–916, 2013.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- SCARABELI, Vanderly; MANÇANO, Bernardo F. O debate paradigmático em torno da insegurança alimentar com base nos conceitos de Segurança Alimentar, Soberania Alimentar e Agroecologia. *Geografia: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES*, v. 3, n. 1, p. 35–52, 2020.
- SEIBERT, Iridiani G. SAYEED, Azra T.; GEORGIEVA, Zdravka; GUERRA, Alberta. 2019. Sem feminismo, não há agroecologia. In: OBSERVATÓRIO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO. *O poder das mulheres na luta por soberania alimentar*. 11. ed. Alemanha:

Brot für die Welt; FIAN Internacional, 2019. Disponível em: <https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rtn-watch11-2019_por_b.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SEIBERT, Iridiani; CALAÇA, Michela; KREFTA, Noemi. Soberania alimentar. In: PACHECO, Maria E.; SANTOS, Maureen. Fome, pobreza e os caminhos para a Soberania Alimentar. *Revista Proposta – Fase*, n. 130, Rio de Janeiro, 2021.

SILIPRANDI, Emma. Políticas de Segurança Alimentar e papéis de gênero: desafios para a mudança de modelos de produção e consumo. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1417–1421, 2006.

SILVA, Gabriela B. L.; RECINE, Elisabetta. Implicações das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos saudáveis. *Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1–12, 2023.

SILVA, Maria Zênia T. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. *Configurações - Revista Ciências Sociais*, Portugal, v. 25, p. 97–111, 2020.

SILVEIRA, Maria Helena; MARTINS FILHO, Protásio Dutra. O engenheiro: professor diante da educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA (COBENGE), 36., 2008, São Paulo. *Anais eletrônicos* [...]. São Paulo: Instituto Mauá de Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://www.cobenge2008.com.br/trabalhos/trabalhos/999.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SOUSA, Adriana D.; SILVA, Valcilene R. Impérios alimentares e segurança alimentar: as contradições da relação produção-consumo na Comunidade Morrinhos, Santa Luz-PI. *Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability*, Pernambuco, n. 1, p. 45–65, 2020.

VIA CAMPESINA. *La Vía Campesina: um movimento de movimentos e a voz global dos camponeses que alimentam o mundo*. Bagnolet, França,

01 mar. 2022. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2022/01/LVC-ES-Brochure-20211.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ZARZAR, Andrea B.; AUBIN, Ludovic; CAVALCANTI, Josefa S. B. Soberania Alimentar, Agroecologia e Gênero: contribuições com base em pesquisa realizada no Agreste de Pernambuco. *Cadernos de Agroecologia*, Pernambuco, v. 15, n. 3, p. 01–14, 2020.

MULHERES ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO E BARRAGENS: IMPACTOS E RESISTÊNCIAS

6

Camilla Veras Pessoa Silva (camillavpessoa@gmail.com)¹

Resumo: À luz do arcabouço teórico da Psicologia Socio-histórica e do Feminismo comunitário latino-americano, o presente estudo visou a compreender os impactos psicossociais vivenciados pelas mulheres atingidas pela mineração e barragens e as estratégias de mobilização e resistências territoriais adotadas. Através da metodologia de pesquisa bibliográfica foi realizada uma revisão da literatura pré-existente em que se pode observar que nos territórios onde ocorre exploração mineral as mulheres conformam o grupo social mais vulnerável aos múltiplos impactos psicossociais, socioeconômicos e ambientais. As mulheres negras, indígenas, quilombolas, pescadoras e camponesas estão mais suscetíveis à perda de soberania alimentar, tendo em vista a contaminação do solo e das águas por resíduos tóxicos; à perda de trabalho e renda, e conseqüente empobrecimento; à alteração do seu modo de vida, deslocamento compulsório e enfraquecimento dos laços comunitários, além do aumento da sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados com os membros da família, exposição a problemas de saúde típicos de territórios atingidos por megaprojetos e as violências patriarcais, com destaque para a violência doméstica, violência sexual, prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes. As mulheres protagonizam ainda os processos de resistência e as lutas ambientais em suas comunidades de origem, criam estratégias de mobilização comunitária e se posicionam contra o modelo de desenvolvimento econômico capitalista baseado na espoliação e mercantilização da natureza.

Palavras-chave: neoextrativismo mineral; conflitos socioambientais; violências patriarcais; mulheres; lutas ambientais.

WOMEN AFFECTED BY MINING AND DAMS: IMPACTS AND RESISTANCE

Abstract: In the light of the theoretical framework of Socio-historical Psychology and Latin American Community Feminism, this study aimed to understand the psychosocial impacts experienced by women affected by mining and dams and the strategies of mobilization and territorial resistance adopted. Through the methodology of bibliographical research, this paper focus on a review of the pre-existing literature was carried out, in which it can be observed that in territories where mineral exploration takes place, women form the most vulnerable social group to multiple psychosocial, socioeconomic and environmental impacts. Black people, indigenous, quilombola, fishermen and peasant women are more susceptible to the loss of food sovereignty, with soil and water contamination by toxic waste; loss of work and income, and consequent impoverishment; change in their way of life, compulsory displacement and weakening of community ties. In addition to the increased burden of domestic work and care for family members, exposure to health problems typical of territories affected by megaprojects and patriarchal violence, with emphasis on domestic violence, sexual violence, prostitution and sexual exploitation of children and adolescents. Women are protagonists in resistance processes and environmental struggles in their communities of origin, make community mobilization strategies and take a stand against the capitalist economic development model based on the spoliation and commodification of nature.

¹ Psicóloga. Mestre e doutora em Psicologia Social (PUC-SP).

Keywords: mineral neoextractivism; socio-environmental conflicts; patriarchal violence; women; environmental struggles.

1 INTRODUÇÃO

O extrativismo mineral localiza-se na gênese da exploração colonial e capitalista que ocorrem nos territórios alocados na periferia global. De acordo com Ulloa (2016), o continente latino-americano é cenário de apropriação e espoliação dos bens comuns para sustentação do modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração em grande escala, baixa diversidade produtiva e exportação de matéria-prima para o fornecimento do mercado global (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2019).

Svampa (2019) pontua as diferenças entre o extrativismo tradicional e o neoextrativismo. O neoextrativismo pode ser significado como uma categoria analítica, um conceito político para compreender a atualização do modelo extrativista através do protagonismo do Estado na captação e distribuição do excedente da produção, o que para os autores possui um caráter mais progressista e com alguma legitimidade social, mesmo com diversos impactos socioambientais negativos associados.

O modelo extrativista reflete ainda a hierarquia entre as nações, subdivididas em nações desenvolvidas, compreendidas como “metrópoles imperiais” e nações subdesenvolvidas, os “territórios coloniais” apropriados no contexto das relações de poder estabelecidas na economia global capitalista. Define-se como um modelo de acumulação datado no início da colonização e que se perpetua até a atualidade através da determinação das demandas dos países centrais às economias dos países periféricos (GUDYNAS, 2009; ACOSTA, 2012; SVAMPA, 2019; MACHADO ARÁOZ, 2020).

De acordo com Gudynas (2009), o neoextrativismo caracteriza-se pela intensa exploração dos bens da natureza transformados em commodities para exportação. O mercado global controla e influencia a intensidade da produção e extração dos recursos, tendo em vista a amplitude da flutuação dos preços, além do fomento das relações de dependência entre as nações produtoras e consumidoras. Os megaprojetos extrativistas estão geralmente associados à exploração mineral, petrolífera e ao agronegócio.

A mineração em larga escala é uma forma extrema de extrativismo, pois aprofunda desigualdades sociais, econômicas, ambientais e de gênero, gera destruição e impactos drásticos no meio ambiente e nas comunidades próximas aos empreendimentos (ULLOA, 2016). Machado Aráoz (2020) significa o modelo de exploração mineral como um modelo de “saqueio devastador”, a construção civilizatória e seus ideais de progresso e desenvolvimento foram frutos “do horror” em que “a cobiça que se faz passar por prosperidade, o bem-estar que se confunde com consumo” (MACHADO ARÁOZ, 2020, p. 19).

A exploração ostensiva de minérios na América Latina, com destaque ao ouro, prata, cobre, minério de ferro, chumbo e urânio é crucial para a contaminação e o esgotamento dos bens comuns, promove mudanças irreversíveis nas estruturas geológicas e no clima que ameaçam a sobrevivência da humanidade e de milhares de seres vivos que compõem a nossa biodiversidade (MACHADO ARÁOZ, 2020).

As operações ocasionam desmatamento de áreas de floresta, erosão, desertificação, assoreamento dos rios, contaminação do solo, dos corpos d'água, solo e do ar através dos resíduos tóxicos, metais pesados e poeira de rejeitos, o que compromete outras possibilidades de subsistência presentes nos territórios como a produção agrícola, pecuária e pescaria artesanal (MILANEZ *et al.*, 2013).

A presença da atividade mineral ostensiva ocasiona a destruição dos patrimônios culturais, arqueológicos e naturais, deslocamento compulsório e massivo da população local, especulação imobiliária e aumento dos valores dos imóveis, inchaço das cidades devido à imigração de trabalhadores de outros territórios, cooptação dos agentes e do poder público para defesa dos interesses empresariais, sobrecarga dos equipamentos públicos e dependência econômica da mineração em detrimento de outros modelos de subsistência (VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018; MACHADO ARÁOZ, 2020).

Acarreta a destruição dos espaços de sociabilidade da comunidade, sobretudo das áreas naturais, como rios, cachoeiras e bosques, a degradação de estradas e habitações atingidas por rachaduras decorrentes das explosões das minas e transporte de cargas e caminhões, além da poeira que afeta a qualidade de vida das populações que convivem próximas aos empreendimentos extrativos (COELHO, 2015; MACHADO ARÁOZ, 2020; ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

As atividades de mineração, como parte do extrativismo na América Latina e Caribe, além de renovar e reproduzir as relações de dependência, geram consequências negativas em diferentes âmbitos, já que representam um impacto direto na realidade socioeconômica, na saúde e no espaço ambiental das comunidades atingidas. Com a contaminação dos recursos naturais, as comunidades de atingidos/as são privadas das condições mínimas de subsistência e, muitas vezes, como no caso de indígenas e afrodescendentes quilombolas, são expulsos dos seus territórios tradicionais, em aberta violação aos seus direitos de propriedade coletiva reconhecidos por instrumentos internacionais. A saída forçada das comunidades atingidas é também resultado de fatores como a ocupação ilegal ou a compra de terras em grande escala, os despejos, a limitação das liberdades e a criminalização dos protestos, assim como ações contra os projetos extrativistas que incluem diversas formas de ameaça, perseguição e violência psicológica e física, inclusive assassinatos. A importância dos deslocamentos forçados reside no fato destes irem além de um inconveniente de realocação, mas significam também a destruição de práticas e epistemologias tradicionais, eliminando, portanto, diversos modos de ver e interpretar o mundo. (VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018, p. 7).

De acordo com Cabnal (2010), os principais impactos sociais, econômicos e ambientais da espoliação e extrativismo mineral nos territórios atingem de forma particular as mulheres, tendo em vista o contexto patriarcal, a divisão sexual do trabalho, a violência e o racismo ambiental. São as mulheres as mais impactadas pela pobreza, pela dissolução dos laços comunitários, desterritorialização, remoção compulsória e perda do modo de vida e saúde (CARVAJAL, 2016).

Através da metodologia da pesquisa bibliográfica, este estudo visou a compreender os impactos psicossociais vivenciados pelas mulheres atingidas pela mineração e barragens e as estratégias de resistências territoriais adotadas. As mulheres dependem diretamente do acesso aos recursos comunitários para garantia da soberania alimentar, trabalho e renda, e são as mais atingidas com a privatização dos bens comuns. Dessa forma, figuram também como as principais protagonistas das lutas populares e ambientais em defesa dos seus territórios frente à mercantilização da natureza (FEDERICI, 2018).

2 OS IMPACTOS NA VIDA E NO CORPO DAS MULHERES ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO E BARRAGENS

Nos territórios explorados pelas grandes empresas transnacionais, a natureza é compreendida como um recurso inesgotável, explorado e subjugado aos interesses capitalistas. O tempo, o corpo e o trabalho realizado pelas mulheres também são compreendidos como inesgotáveis e submetidos à exploração (PULEO, 2012; GUILLAUMIN, 2014; SOF, 2015; BARROSO, 2017; FEDERICI, 2018).

As mulheres estão mais vulneráveis à perda de renda, trabalho, autonomia financeira e soberania alimentar, devido à interrupção dos seus modos de vida e contaminação do solo e das águas pelos resíduos tóxicos despejados pelos empreendimentos. A intensificação da divisão sexual do trabalho que destina as mulheres ao trabalho reprodutivo influencia também na sobrecarga do trabalho doméstico vivenciada nesses territórios. Com a impossibilidade do trabalho agrícola ou da pesca, as mulheres são deslocadas para trabalhos informais e precários. Elas também estão mais suscetíveis às enfermidades típicas dos territórios extrativistas, como problemas respiratórios, dermatológicos, além de maior exposição à gravidez de risco, gravidez não planejada, abortos espontâneos e inseguros e infecções sexualmente transmissíveis (CARVAJAL, 2016).

As atividades extrativistas geram uma desarticulação das economias locais e a ruptura de “formas anteriores de reprodução social da vida, que são reorientadas em função da presença central das empresas. Esse processo instala uma economia produtiva altamente masculinizada nas comunidades, acentuando a divisão sexual do trabalho” (Gartor, 2014), o que gera uma desvalorização do trabalho de cuidado historicamente realizado pelas mulheres. A privatização da água e de outros bens comuns – seja pela limitação de acesso ou pela contaminação das fontes disponíveis – gera uma sobrecarga no trabalho realizado pelas mulheres (por exemplo, elas devem percorrer distâncias maiores para ter acesso à água) e as expõe para a deterioração de sua saúde. Além disso, as mulheres devem cuidar das pessoas que adoecem devido à contaminação

ambiental, sem receber qualquer compensação e sem se libertar das demais cargas de trabalho habituais. (CARVAJAL, 2016, p. 32, tradução nossa).

De acordo com García-Torres *et al.* (2020), os territórios espoliados produzem uma “nova ordem patriarcal”, em que as desigualdades de gênero prévias, expressas nas relações entre homens e mulheres, são intensificadas e atualizadas em práticas violentas e machistas. Segundo as autoras, a repatriarcalização dos territórios conforma-se através do entrelaçamento de múltiplas violências patriarcais, decorrente do modelo de exploração e apropriação extrativista, além de uma resposta às estratégias de resistência e organização das mulheres frente aos empreendimentos. As inúmeras violências atingem as mulheres através das dimensões econômicas, ecológica, política, culturais e corporais (GARCÍA-TORRES *et al.*, 2020).

1) a dimensão política, referente aos processos de tomada de decisões para a implantação de grandes projetos extrativos nos territórios; 2) a dimensão econômica, referente à conformação de estruturas econômicas patriarcais que submetem economias comunitárias e de cuidados e práticas de reprodução da vida, mediante assalariamento masculinizado e expropriação de terras comuns e bens naturais; 3) a dimensão ecológica, que corresponde à interrupção dos ciclos de reprodução da vida, resultando em uma maior feminização da responsabilidade em garantir condições de reprodução social, cuidados com a saúde coletiva e enfrentamento da insegurança alimentar diante da perda de agrobiodiversidade; 4) a dimensão cultural, mediante aprofundamento ou alteração das representações e estereótipos sexistas no plano simbólico e dos imaginários; e 5) a dimensão corporal, que reflete a intensificação dos modos de disciplinamento, controle social e violência machista sobre corpos sexuados e racializados (SEABRA, 2021, p. 44–45).

Os impactos e as violências patriarcais acentuam-se, sobretudo sobre os corpos-territórios das mulheres negras, mestiças, indígenas, quilombolas, camponesas, das periferias das cidades e das lideranças comunitárias que protagonizam ações e se posicionam contra a espoliação dos bens comuns. Essas ativistas lutam em defesa das suas comunidades de origem e estão no centro da resistência dos conflitos socioambientais nos territórios atingidos. Nesses

territórios, a violência política e policial fazem-se presentes no cotidiano comunitário através de perseguições, ameaças, atentados, difamação, agressões de ordem verbal, física, moral, patrimonial, psicológica, sexual, além dos estupros e feminicídios territoriais exercidos com métodos coloniais que atualizam cenários de guerra (ULLOA, 2016; VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018; GAGO, 2020; SEABRA, 2021; FONTES, 2021).

No bojo da exploração mineral, vale ressaltar ainda a construção das barragens¹ como um fator de impacto relevante para as comunidades. Os empreendimentos de energia e mineração requerem a construção desses extensos reservatórios de água e rejeitos de minérios, que se configuram como grandes estruturas de engenharia pouco fiscalizadas e monitoradas (VIDAL, 2012; POEMAS, 2015).

O Relatório de Segurança de Barragens produzido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) apresentou os seguintes dados: foram cadastradas 21.953 barragens em todo território nacional e, desse contingente, 122 estruturas estão em situação crítica, de acordo com a sua classificação (ANA, 2021). No ano de 2019, ocorrem no país 58 incidentes e 12 acidentes envolvendo barragens. No ano de 2020, ocorreram 95 incidentes e 44 acidentes com barragens, um aumento expressivo que impacta diretamente as populações que vivem abaixo das estruturas. O estado de Minas Gerais concentrou 40% das ocorrências envolvendo barragens em estado crítico (ANA, 2020; 2021).

A construção das barragens envolve diversos impactos socioambientais, desde o seu anúncio, com a sua construção, operação e, no caso extremo, com seu rompimento e conseqüente desastre sociotécnico. Construir uma barragem envolve alagamentos e inundações de grandes áreas, deslocamento compulsório de comunidades, construção de uma infraestrutura de suporte como estradas, desmatamento de áreas florestais e avanço em Áreas de Preservação Permanente (APP), contaminação do solo e corpos de água, além do risco eminente de crimes socioambientais, como aconteceu no contexto dos rompimentos das

¹ Uma barragem de rejeito é uma estrutura de terra construída para armazenar resíduos de mineração, os quais são definidos como a fração estéril produzida pelo beneficiamento de minérios, em um processo mecânico e/ou químico que divide o mineral bruto em concentrado e rejeito. O rejeito é um material que não possui maior valor econômico, mas para salvaguardas ambientais deve ser devidamente armazenado (MATURANO; HERBERT, 2012, p. 22).

barragens na bacia do rio Doce e na bacia de Paraopeba em Minas Gerais (ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

De acordo com o relatório elaborado pela Comissão Especial “Atingido por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2010), o modelo implantação das barragens no Brasil “tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (CDDPH, 2010, p. 13).

Para cada um desses momentos, as repercussões negativas às populações atingidas são muito marcantes. - Danos desde o anúncio: desmobilização de políticas públicas (saúde, infraestrutura, educação), doenças psicossociais, desmobilização e êxodo rural (especialmente dos mais jovens), desvalorização dos bens (móveis e imóveis) atingidos; - Danos durante as obras: paralisia da produção, conflitos entre vizinhos e empresa, perturbação pelo uso intensivo de máquinas e detonações, assédio de agentes externos (imobiliárias e escritórios de advocacia), pressão sobre as mulheres (assédio), aumento do tráfico de drogas, prostituição e violência doméstica, atuação de forças de repressão (polícia, segurança e milícias) e do judiciário; - Danos de operação – montante e jusante: preocupação já existente sobre a segurança das populações que vivem próximas. Em relação à montante, preocupação com alagamentos, poluição, zoonoses e infestação de mosquitos, destruição dos sistemas de abastecimento e saneamento devido à elevação do lençol freático, perturbação da pesca e do pescado, desmoronamento das margens e afogamento devido à mudança da profundidade do rio para o lago da barragem. E quanto à jusante, perda da capacidade produtiva do rio (pesca e navegação) e de suas margens (ciclo natural de cheias – terras de vazantes), desmoronamentos das margens e diques e o próprio rompimento de barragens. (ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020, p. 22).

Queiroz e Praça (2021) salientam ainda o fenômeno da masculinização da mão de obra, tendo em vista que os processos de contratação para os empregos no setor produtivo priorizam a mão de obra masculina em detrimento da mão de obra feminina. Os empreendimentos possuem pouca infraestrutura e segurança no trabalho para as mulheres e os postos são ocupados majoritariamente por homens. As trabalhadoras costumam ocupar funções terceirizadas,

informais ou relacionadas ao trabalho de limpeza e serviços gerais, o que as coloca em maior exposição a resíduos tóxicos e contaminação.

Quando removidas ou deslocadas para as áreas urbanas, as mulheres ocupam postos com menores salários e realizam duplas e triplas jornadas laborais. De acordo com as autoras, nos territórios em que o trabalho produtivo é preponderante, há uma intensificação da divisão sexual do trabalho, em que elas assumem majoritariamente o trabalho reprodutivo (ROSA, 2019; ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020; QUEIROZ; PRAÇA, 2021).

O processo de construção das barragens implica remoção e desterritorialização, o que contribui para o enfraquecimento e dissolução dos laços de vizinhança estabelecidos e intensifica a sobrecarga de trabalho doméstico das mulheres, pois sua rede de apoio torna-se fragilizada. No caso das trabalhadoras informais e autônomas, a quebra desses vínculos afeta diretamente sua dinâmica laboral com a perda de clientela (ROSA, 2019; ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

O trabalho feminino informal ou agrícola costumeiramente é desconsiderado e não reconhecido no pagamento das indenizações e auxílios financeiros emergenciais. De acordo com Rosa (2019), nesses contextos, o trabalho das mulheres é compreendido como secundário e complementar ao orçamento familiar. Elas também figuram como minoria nos registros oficiais de propriedade de terra e, por isso, são comumente desconsideradas dos programas de reparação econômica. Tal fato contribui para a perpetuação da dependência financeira dos maridos e familiares (ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

De acordo com Carvajal (2016), o ciclo de dependência econômica torna as mulheres mais vulneráveis a contextos de violência doméstica e intrafamiliar intensificadas nesses territórios devido à precarização das economias familiares, desorganização dos modos de vida, alargamento da hierarquia entre os gêneros, divergências nas perspectivas sobre a atividade mineral e uso abusivo de substâncias psicoativas, com destaque ao uso abusivo de álcool, recorrente nas áreas extrativas e nos contextos de violência doméstica e intrafamiliar.

O agravamento da dependência econômica da mulher, que acontece nos contextos de megaprojetos porque, para além do cenário de salários desiguais que encontramos no mercado de trabalho como um todo, a constante masculinização da mão-obra (sic) diminui a possibilidade de

inclusão das mulheres e reforça sua dependência financeira em relação aos maridos, pais e outros familiares. O reconhecimento só do homem como responsável da casa, o que impõem realidades onde (sic) existem casos onde (sic) só eles são oficialmente reconhecidos como atingidos e recebem indenizações, o que atinge a autonomia das mulheres. Por vezes o valor acaba não sendo gasto com as despesas de reprodução da casa e da família, reforçando um ciclo de violência de gênero e de invisibilidade do trabalho reprodutivo da mulher. (QUEIROZ; PRAÇA, 2021, p. 17).

O aumento expressivo da presença de trabalhadores homens nos territórios onde se localizam os empreendimentos extrativos amplia a demanda para o mercado sexual, prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes. Os canteiros de obras contam ao seu redor com casas de prostituição e equipamentos de lazer que buscam satisfazer o desejo sexual masculino e suas necessidades de diversão, alívio do estresse e solidão acometida pelas amplas jornadas laborais.

O trabalho sexual exercido pelas mulheres figura como uma das estratégias de compensação e controle dessa mão de obra masculina. A prostituição e exploração sexual ocorrem de forma socialmente naturalizada e com a conivência do Estado e das empresas (CARVAJAL, 2016; BARROSO, 2017; ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020; GAGO, 2020). A apropriação, dominação e exploração do corpo das mulheres e meninas são exercidas ainda por agentes do poder público, da segurança privada e militar. As mulheres que habitam e migram para os territórios extrativistas tornam-se mais vulneráveis a contextos de violência sexual, assédios, aliciamentos e estupros (PEDUZZI, 2012; FALQUET, 2014; BARROSO, 2017).

A causa de fatores como a militarização dos territórios, a contaminação dos recursos naturais e a desarticulação das economias locais, o extrativismo afeta as vidas, os corpos e os territórios das mulheres. Os projetos extrativistas estão também associados ao aumento de fenômenos como a prostituição, o estupro, problemas de saúde, restrição da liberdade e deslocamentos forçados. Reforçando a cultura patriarcal existente na América Latina e Caribe, o extrativismo contribui também para consolidar papéis tradicionais de gênero e o modelo de masculinidade hegemônica. Diante deste fenômeno, a mobilização, resistência e

luta das mulheres é permanente. Elas estão em primeira linha na luta pela terra e na defesa dos recursos naturais e são protagonistas de inúmeras mobilizações [...]. Seu papel é fundamental como lideranças nos protestos e ocupações, mas também na proteção e na manutenção da vida. Apesar disso, elas enfrentam a invisibilização do seu papel e marginalização social. Contra elas se praticam também formas de criminalização específicas e, com frequência, são excluídas da propriedade da terra e na hora de negociar ou tomar decisões que afetam diretamente suas vidas. (VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018, p. 8).

No que se refere aos impactos na dimensão da saúde coletiva, a degradação ambiental e o desmatamento decorrentes da construção dos reservatórios e diques provocam alteração do ecossistema local, o que causa desequilíbrio e aumento da transmissão de doenças relacionadas às arboviroses e ataques de animais peçonhentos. O impacto causado pela contaminação dos rios e solo também afeta diretamente a segurança alimentar das famílias, o que gera o problema da fome, nutrição inadequada, e o contato com metais pesados causa de diversos problemas de saúde, como problemas gástricos, intestinais, dermatológicos e respiratórios (ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

Além dos impactos na saúde física, são diversas as influências das transformações ambientais na condição de saúde mental dos sujeitos. A alteração do modo de subsistência, ruptura com a ordem cotidiana, as perdas econômicas, a precarização das condições de vida, os conflitos domésticos e comunitários, o adoecimento dos membros da família são alguns fatores que podem contribuir para o surgimento e agravamento de quadros de sofrimento psíquico intenso, como transtornos depressivos e ansiosos, expressivos em territórios atingidos pela mineração e barragens.

Tais impactos psicossociais, econômicos e ambientais apontados no presente artigo são intensificados em contextos de desastres tecnológicos, cuja ação criminosa está diretamente relacionada à negligência das empresas e do poder público, a ausência de segurança, monitoramento e fiscalização das estruturas de barragens. São diversos os registros de incidentes e rompimentos de barragens no Brasil, com destaque aos rompimentos da barragem de Fundão no ano de 2015, na bacia do rio Doce, atingindo diversos municípios e comunidades dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia; e o rompimento da

barragem B1 da Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho-MG, que atingiu a bacia do rio Paraopeba e levou a óbito 272 pessoas no ano de 2019.

Infelizmente, a insegurança e o risco iminente de crimes socioambientais envolvendo barragens tornaram-se uma realidade cotidiana para as comunidades vizinhas desses megaprojetos extrativistas. Esses territórios e populações convivem com um contexto de incertezas permeado por diversas violações de direitos, alterações nos seus modos de vida e intensificação do sofrimento.

3 A RESISTÊNCIA DAS MULHERES ATINGIDAS NOS SEUS TERRITÓRIOS

Nos territórios espoliados pelos megaprojetos extrativistas, vale ressaltar o protagonismo e a centralidade da resistência feminina frente às empresas transacionais. Elas se posicionam contra a mercantilização da natureza e na defesa dos bens comuns e dos seus territórios (FEDERICI, 2018; FEDERICI; VALIO, 2020; SEABRA, 2021).

O papel histórico destinado às mulheres no trabalho reprodutivo as coloca em maior exposição aos impactos da degradação, a exemplo da impossibilidade do uso de água contaminada para realização das atividades domésticas e preparação dos alimentos, e também a maior sobrecarga em relação ao cuidado com os membros da família, principalmente crianças e idosos adoecidos pelo contato com as substâncias tóxicas e outras condições de saúde (FEDERICI; VALIO, 2020; FONTES, 2021).

A presença intensa de trabalhadores homens, o aumento das violências patriarcais e a intensificação da desigualdade de gênero denominada por García-Torres *et al.* (2020) como repatriarcalização dos territórios também se constituem fatores que contribuem para a mobilização comunitária das mulheres, sobretudo mulheres agricultoras, pescadoras, garimpeiras artesanais, indígenas, quilombolas e pertencentes a comunidades tradicionais que buscam defender os modelos de vida ancorados em valores comunitários, em contraponto à ordem social estabelecida nos territórios espoliados pelos megaprojetos (GARTOR, 2014; CRUZ, 2017; HAESBAERT, 2020).

As lutas femininas contra o modelo extrativista nos territórios latino-americanos ganharam maior destaque a partir da década de 70 com o desenvolvimento do capitalismo e o avanço da agenda neoliberal e globalização em todo o mundo. Após a queda do muro de Berlim, no ano de 1989, com a derrocada

do bloco socialista, o modo de produção capitalista avança para territórios estratégicos e comunidades tradicionais junto ao modelo de desenvolvimento e crescimento econômicos baseados na exploração de matérias-primas e commodities para exportação e abastecimento do mercado mundial (GARTOR, 2014; FEDERICI; VALIO, 2020; FONTES, 2021). Nos países da América Latina, são diversos os contextos em que as mulheres camponesas, quilombolas e indígenas realizaram a defesa ativa das suas comunidades e, em alguns casos, expulsão de empresas dos seus territórios. Como destaca Gartor (2014),

Quando a empresa Yanacocha adquiriu o projeto de mineração Conga, em 2001, nunca imaginou que uma só mulher poria em risco suas aspirações. Máxima Acuña enfrenta com firmeza um dos gigantes da mineração. Nega-se a entregar suas terras, situadas em frente à Laguna Azul, na região peruana de Cajamarca, a uma companhia que já foi denunciada várias vezes pela aquisição irregular de terrenos privados. Desde o ano de 2011, Máxima e sua família têm sido vítimas de tentativas violentas de despejo por parte de funcionários da mineradora e da polícia estatal. Entre ameaças, intimidações e hostilidades, resiste a um processo judicial instaurado com irregularidades pela Yanacocha, com o intuito de usurpar terras. Em junho de 2008, Gregoria Crisanta Pérez e outras sete mulheres da comunidade de Agel, em San Miguel Ixtahuacán, na Guatemala, sabotaram o painel elétrico, interrompendo o abastecimento da mineradora Montana Exploradora, subsidiária da canadense Goldcorp Inc. Durante quatro anos, houve uma ordem de captura das mulheres por sabotagem do funcionamento da mina. Finalmente, em maio de 2012, os indiciamentos penais foram levantados e elas conseguiram recuperar parte das terras de Gregoria, que vinham sendo utilizadas irregularmente pela empresa. As mulheres do povoado de Sarayaku, na Amazônia Equatoriana, encabeçaram a resistência contra a petroleira argentina Compañia General de Combustibles (CGC), e conseguiram expulsá-la de suas terras em 2004. O Estado equatoriano havia feito uma concessão de 60% do território para a empresa, sem realizar nenhum processo informativo ou de consulta prévia. Foram as mulheres, desde o princípio, que tomaram a iniciativa. Quando o exército fez uma incursão em seu território, militarizando a área em favor da petroleira, elas roubaram seu armamento. O exército quis negociar a

devolução das armas de forma secreta. O vilarejo de Sarayaku, empurrado pelas mulheres, convocou toda a imprensa do Equador pra trazer o caso à luz pública. No ano de 2012, depois de uma década de litígios, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos declarou o Estado equatoriano responsável pela violação dos direitos humanos do povo de Sarayaku. Estes e outros casos ilustram o panorama antiextrativista latino-americano no qual mulheres sobressaem como protagonistas da resistência, incorporando novos mecanismos de luta e reivindicando seu próprio espaço. Em seu comunicado, as mulheres amazônicas, que em outubro de 2013 caminharam por mais de 200 quilômetros contra a XI Ronda Petroleira no Equador, proclamaram: “defendemos o direito das mulheres de defender a vida, nossos territórios, e falar com nossa própria voz”.

A luta histórica das mulheres nos seus territórios, sobretudo localizados no Sul Global, representa o vínculo e a preocupação das mulheres com as condições de vida e sobrevivência da vida humana, biodiversidade e com a destruição da natureza (PRIETO, 2017). Elas denunciam o modelo de produção capitalista e questionam o cerne da exploração racista e patriarcal nos seus territórios, através do fomento da resistência comunitária e solidariedade. Como afirmam Federici e Valio (2020, p. 3), as mulheres estão “transformando o trabalho cotidiano, social e reprodutivo em ação coletiva que converte os bairros em comunidades de resistência à exploração capitalista”.

No Brasil, a luta socioambiental também é extensa, histórica, possui diversos atores que conformam um grande espectro entre organizações sociais, organizações políticas, movimentos populares, organizações não governamentais, resistências comunitárias e religiosas, movimentos indígenas e quilombolas, partidos políticos, setores e órgãos do Estado, universidades, associações da sociedade civil, entre outros.

A participação feminina nas revoltas, revoluções e lutas sociais é datada desde a resistência frente à colonização ibérica e enfrentamento à escravidão no continente latino-americano. No Brasil, as mulheres estiveram junto com os homens na linha de frente dos processos de resistência anticoloniais, na luta pela independência, abolição da escravatura, nas fileiras das organizações políticas e movimentos populares, no enfrentamento das ditaduras cíveis militares e na luta pela anistia e democracia. As mulheres foram protagonistas dos

movimentos de bairros, nos grupos de mães, nas organizações comunitárias e também dos movimentos camponeses (GIULIANI, 2015; GONZALEZ, 2020; FONTES, 2021).

As mulheres do campo e da cidade sempre estiveram presentes no cenário de luta por direitos, por melhores condições de trabalho e cidadania. De acordo com Giuliani (2015), no final dos anos de 1960, as mulheres protagonizaram diversas iniciativas reivindicatórias, com destaque, nos centros urbanos, ao Movimento Nacional contra a Carestia; o Movimento de Luta por Creches; O Movimento Brasileiro pela Anistia; e na conformação de Grupos Feministas e Centro de Mulheres. No meio rural, destaca-se a participação das mulheres nos movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Pastorais da Terra. Estes espaços de organização permitiam que as mulheres refletissem a respeito do seu papel social enquanto esposa, dona de casa e mãe, além das reivindicações dos movimentos. Giuliani (2015) destaca ainda a resistência das mulheres camponesas organizadas nos movimentos de ocupação de terra. Segundo a autora, no contexto rural, as mulheres assumem diversas tarefas que envolvem desde os cuidados domésticos, à mobilização ativa em resistência à violência e a organização e manutenção do espaço comunitário dos acampamentos e assentamentos. (SILVA; EUGENIO, 2020, p. 276).

Rosa (2019) reafirma que a participação das mulheres atingidas pela mineração e barragens nos contextos de lutas territoriais antiextrativistas ancora-se no histórico processo de luta popular dos trabalhadores rurais, do movimento negro, indígena e dos trabalhadores na reivindicação por direitos sociais. Não é uma luta isolada, específica ou apenas de caráter econômico, pois ultrapassa a defesa dos seus territórios de origem; é, sobretudo, uma luta que possui caráter emancipatório e que coloca no cerne o questionamento do modo de produção capitalista de destruição da vida e da natureza. As mulheres rejeitam a lógica mercantilista e propõem a ruptura e a transformação da realidade através de alternativas sistêmicas e econômicas baseadas na solidariedade, sustentabilidade e respeito a todas as formas de vida (FEDERICI; VALIO, 2020).

As mulheres, assim como os afrodescendentes, camponeses e indígenas, além de se oporem aos projetos extrativistas, defenderem os direitos da

natureza e da Pacha Mama e questionarem o modelo de desenvolvimento hegemônico atual, constroem alternativas ao sistema, como o Sumak Kawsay ou Bem Viver, que recuperam valores e saberes tradicionais e permitem a emergência de formas de vida sustentáveis que coloquem no centro das discussões as pessoas, seus interesses e seu bem-estar (VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018). Isso pode ser exemplificado na frase proferida pela liderança mapuche Moira Millán na assembleia feminista da cidade de El Bolsón, na Patagônia argentina: “Não estamos pedindo a propriedade da terra, estamos propondo outra arte de habitar a terra”. (FONTES, 2021, p. 8).

A participação política das mulheres nos territórios atingidos perpassa ainda pelo controle das empresas transacionais, que utilizam de diversas estratégias de desmobilização dos processos de reivindicação da comunidade. Cooptação de moradores e do poder público, fomento de conflitos intracomunitários, perseguição de lideranças, criminalização das manifestações e ações políticas são alguns dos exemplos das estratégias de controle utilizadas pelas empresas nos territórios extrativistas (ULLOA, 2016; VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018; ROSA, 2019).

Cruz (2020) salienta as inúmeras estratégias adotadas pelas empresas em articulação com o Estado que objetivam reprimir as vozes das mulheres nos processos de luta. As vozes dissidentes e contrárias ao modelo de exploração são transformadas em vozes ilegais. As lideranças comunitárias estão expostas e vivenciam processos judiciais acusatórios, ameaças policiais, atentados, difamações, perseguições e, nos casos mais extremos, violências físicas, sexuais, ameaças de morte e feminicídios. A luta política e ambiental é criminalizada e a violência política ocorre de forma específica quando é destinada às mulheres, pois se direciona aos seus corpos também através das inúmeras violências de gênero sentidas e experimentadas por esse grupo social (CRUZ, 2020; SEABRA; 2021).

Apesar da diversidade de contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que dão origem aos movimentos femininos auto-organizados, destacam-se as semelhanças que tornam possível realizar conexões entre as diversas estratégias de luta e resistências socioambientais protagonizadas por mulheres atingidas por megaprojetos em todo continente latino-americano.

Com relação às ações organizadas pelas mulheres em seus territórios, são diversas as estratégias e os recursos utilizados no contexto da participação social e mobilização comunitária. A estratégia da auto-organização² se faz presente e possui extrema importância na mobilização feminina; a militância organizada nos movimentos populares nacionais e internacionais; o trabalho de articulação com outros coletivos, associações locais e organizações não governamentais; a participação em fóruns e redes de solidariedade; a relação com universidades; e também a construção coletiva de ações diretas representadas pela organização de manifestações, ocupações de ferrovias, rodovias, sedes das empresas e prédios públicos. Vale ressaltar ainda a produção de eventos comunitários, religiosos e culturais; a participação em comitês, audiências públicas, nas comissões de atingidos e em reuniões organizadas junto com autoridades do poder público e representantes das empresas (MONTEIRO, 2016; MUÑOZ; VILARREAL, 2019; FONTES, 2021).

As mulheres são narradoras das suas histórias e atuam como fontes em entrevistas cedidas para veículos de comunicação, obras audiovisuais, pesquisas acadêmicas, livros, artigos de revistas e jornais, participam de palestras e seminários, relatórios técnicos e campanhas de divulgação, realizam denúncias formais no campo jurídico como petições e abertura de processos, além de diversas estratégias que buscam difundir suas vivências e histórias de vida e as sistemáticas violações de direitos presentes nos seus territórios de origem (MUÑOZ; VILARREAL, 2019; FONTES, 2021). As mulheres resistem nas brechas e criam estratégias e possibilidades de ação política, comunicação e transformação da realidade, mesmo em um contexto atravessado por violências patriarcais e exploração capitalista (SANDOVAL, 2004; ROSA, 2019).

² De acordo com Monteiro (2016, p. 32–33), “As mulheres se auto-organizam como estratégia para transformar a correlação de forças e avançar na conquista de igualdade e liberdade e tem como objetivo a construção de um sujeito político forte, capaz de formular plataformas de luta, ampliar a consciência e a ação feminista. [...] a auto-organização das mulheres é o primeiro passo para fortalecê-las na luta contra o capitalismo e o patriarcado e que esta tem sido uma metodologia historicamente utilizada pelas mulheres, materializando-se em espaços coletivos de discussão e proposição exclusivamente femininos, além de, mostrar-se como essencial para organizações revolucionárias em sua busca pela construção da igualdade entre os sexos desde já. [...] A auto-organização é uma produção das lutas feministas, foi a partir dos enfrentamentos com as estruturas patriarcais e na experimentação de construção de alternativas a elas que as mulheres foram concebendo a auto-organização como elemento indispensável para sua emancipação, com a superação da divisão sexual do trabalho e a produção de novas relações sociais”.

A resistência protagonizada pelas mulheres contribui para promover transformações objetivas na realidade, como acesso à reparação integral, indenizações e direitos sociais e até o enfrentamento direto ao modelo exploratório, com o impedimento do funcionamento de operações e avanços dos megaprojetos nos seus territórios.

O processo de colocar-se em luta coletiva é uma mediação para transformações subjetivas significativas nas suas histórias de vida. A implicação na transformação da realidade reverbera não só na comunidade, mas também na transformação dos sujeitos (MONTERO, 2003; SOUZA, 2012; WEINTRAUB *et al.*, 2015; SILVA, 2017).

A participação política contribui para o aprendizado de novos conceitos e crenças com relação à realidade. Amplia o repertório individual e coletivo para gerenciamento de situações, resolução de problemas e promoção de mudanças objetivas. Produz expansão dos significados com relação aos processos vivenciados, transformação da consciência, valorização, sentimento de protagonismo e referência como lideranças locais e também possibilidades de elaboração de forma individual e coletiva dos processos de sofrimento envolvidos na espoliação dos territórios (SOUZA, 2012; WEINTRAUB *et al.*, 2015; SILVA, 2017).

A transformação objetiva da realidade não está separada da necessidade dos sujeitos de sentirem-se valorizados, autônomos e protagonistas das suas histórias (SAWAIA, 2014). Os espaços fomentados na mobilização comunitária, como reuniões, encontros e manifestações produzem laços sociais, potência de ação, promoção de saúde e reconstituição dos modos de vida e estratégias de sobrevivência. De acordo com Montero (2003), a participação política contribui com o fortalecimento psicossocial coletivo e individual dos sujeitos (MONTERO, 2003; CASTRO-SILVA, 2004).

A atuação das mulheres é salutar para os processos de articulação, reflexão e construção de estratégias de enfrentamento e produção local de solidariedade. São processos de resistência que contribuem para a reparação dos territórios assolados pelo neoextrativismo e suas sistemáticas violações de direitos (ULLOA, 2016; CRUZ, 2020; FEDERICI; VALIO, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já aventado no presente estudo, nos territórios atingidos pela mineração e por barragens, as mulheres, sobretudo mulheres racializadas e oriundas das classes populares, conformam o grupo social mais vulnerável às violações de direitos e às violências patriarcais. Os corpos femininos, assim como a natureza, são apropriados, dominados e submetidos a uma lógica de exploração colonial, racista e patriarcal.

A alteração do seu modo de vida, a perda de soberania alimentar, trabalho e renda, o deslocamento compulsório, a sobrecarga de trabalho doméstico, perda da saúde e exposição à violência se configuram como alguns dos exemplos dos impactos econômicos, ambientais e psicossociais vivenciados pelas mulheres.

Conhecer as realidades vivenciadas pelas atingidas pelos megaprojetos de mineração e barragens é de suma importância, sobretudo para balizar as ações do poder executivo, legislativo, judiciário e das políticas públicas presentes nos territórios que visem a proteger e a garantir os direitos da população diante dos impactos da atuação das empresas nas comunidades.

Fomentar e destacar o protagonismo feminino nas lutas e resistências ao neoeextrativismo em todo continente latino-americano amplia a visibilidade e apoio da sociedade civil aos processos de participação social realizados, auxilia na disseminação das pautas e reivindicações, contribui para pressionar o poder público e as empresas na elaboração e execução das estratégias de reparação integral e possibilita a tessitura de uma rede nacional e internacional de lideranças e coletivos que atuam de forma cotidiana em defesa dos seus territórios.

Infelizmente, nas comunidades atingidas, ainda há muito que avançar nos processos de garantia de direitos e proteção das populações. O projeto de crescimento e desenvolvimento econômico baseado no neoeextrativismo segue em curso e avança no contexto de crise do capitalismo, intensificando os cenários de exploração, violação de direitos e degradação ambiental.

Em tais territórios atravessados por conflitos socioambientais e disputas territoriais, vale ressaltar que as mulheres organizadas se tornam sujeitos políticos e coletivos quando à revelia da hostilidade e das violências patriarcais reproduzidas nos territórios extrativistas. Rebelam-se contra a ordem imposta,

resistem nas brechas e disponibilizam os seus corpos-territórios para o enfrentamento à exploração capitalista e em defesa dos direitos, justiça ambiental, bens comuns e de um modelo econômico sustentável baseado na cooperação, solidariedade e respeito à natureza e todas as formas de vida.

5 REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: *Más allá del desarrollo*. Buenos Aires: Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo/Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. p. 83–118.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Relatório de segurança das barragens 2020*. Brasília, DF: Ministério do Meio ambiente, 2020.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Relatório de segurança das barragens 2021*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2021.
- BARROSO, Milena Fernandes. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. *Argumentum*, v. 9, n. 1, p. 89–102. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14401/10933>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- CABNAL, Lorena. *Acercamiento a la propuesta del feminismo comunitario Abya Yala*. En *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: Acsure Las Segovias, 2010.
- CARVAJAL, Laura María. Impacto em la vida y los derechos de las mujeres. In: CARVAJAL, Laura María. *Extratativismo em América Latina*. Bogotá, Colômbia: Fondo de Acción Urgente de América Latina y el Caribe, 2016.
- CASTRO-SILVA, Carlos Roberto. *A politização da dor e da indignação de pessoas que vivem ou convivem com o HIV/Aids: a participação política em uma ONG como forma de fortalecimento psicossocial*. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

- COELHO, Tádzio Peters. A questão mineral no Brasil. Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado *In*: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (org.). *A questão mineral no Brasil*. v. 1. Marabá: Editorial Iguana, 2015.
- CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH). *Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-fiscal-cddph>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- CRUZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios cuerpos femeninos. *Solar: Revista de Filosofía iberoamericana*, v. 12, n. 1, 2017.
- CRUZ, Delmy Tania. Feminismos Comunitarios Territoriales de Abya Yala: mujeres organizadas contra las violencias y los despojos. *Revista Estudios Psicosociales Latinoamericanos*, v. 3, 2020.
- FALQUET, Jules. Os atuais desafios para o feminismo materialista (entrevista). *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 245–261, jan./jun. 2014.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2018.
- FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, 2020.
- FONTES, Giovana. *Corpo-Território: a luta antiextrativista das mulheres latino-americanas*. Observatório Feminista de Relações Internacionais, 2021. Disponível em: <https://ofri.com.br/corpo-territorio-a-luta-anti-extrativista-das-mulheres-latino-americanas/>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- GAGO, Veronica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

- GARCÍA-TORRES, Miriam *et al.* Extractivismo y (re)patriarcalización de los territorios. *In:* CRUZ, Hernandez; DELMY, Tania; Jimenez Bayon, Manuel (org.). *Cuerpos, territorios y feminismos*: compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Quito, México: Ediciones Abya Yala, 2020.
- GARTOR, Miriam. As mulheres na luta contra o extrativismo na América Latina. *In:* VERMELHO. Brasília-DF, 27 fev. 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://vermelho.org.br/2014/02/27/as-mulheres-na-luta-contra-o-extrativismo-na-america-latina/&sa=D&source=docs&ust=1690213225762642&usg=AOvVaw39gM-9pvzPs4kGw2FUFl64>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- GIULIANI, Paola C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In:* DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres do Brasil. Contexto*, São Paulo, 10. ed., 2015, p. 641–668.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *In:* RIOS, Flávia; LIMA, Márcia; Gonzalez, Lélia. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49–64.
- GRUPO POLÍTICA, ECONOMIA, MINERAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE (POEMAS). *Antes fosse mais leve a carga*: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG): Relatório final. Juiz de Fora: UFJF, 2015.
- VILLARREAL VILLAMAR, María del Carmen; MUÑOZ, Enara Echart. *Pacha*: defendendo a terra: extrativismo, conflitos e alternativas na América Latina e no Caribe. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO, 2018. Disponível em: http://www.grisulunirio.com/wp-content/uploads/2018/11/Cartilha_Final_Internet-Port.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.
- GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. *In:* SCHULDT, Jurgen *et al.* (org.). *Extrativismo, política y sociedad*. Quito: CAAP/Claes, 2009. p. 187–225.

- GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. *In*: FERREIRA, Veronica *et al.* *O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialistas: Collete Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu*. Recife: SOS corpo, 2014. p. 27–100.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 22, n. 48, 2020.
- MACHADO ARÁOZ, Horacio. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da Modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- MATURANO, Rafael; HERBERT, Miguel Angel. *Análise do potencial de liquefação de uma barragem de rejeito*. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MILANEZ, Bruno *et al.* Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia. *In*: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (org.). *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, o mapa de conflitos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 175–205.
- MONTERO, Martiza. *Teoría y práctica de sicologíaia comunitária: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Piadós, 2003.
- MONTEIRO, Bernadete Esperança. *Contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do Norte de Minas Gerais na resistência à mineração*. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.
- MUÑOZ, Enara Echart; VILLARREAL, Maria del Carmen (coord.). Women's struggles against extractivism in Latin America and the Caribbean. *Contexto Internacional*, v. 41, n. 2, p. 303–325, 2019.
- PEDUZZI, Pedro. *Belo Monte: grande número de trabalhadores aumenta movimento nas casas de prostituição da região*. Brasília (DF): Agência Brasil, 28 abr. 2012.

- PRIETO, Laura Pérez. Epistemología feministas y conocimientos desde el sur global. *Ecología Política*, n. 54, p. 12–15, 2017. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?p=10133>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- PULEO, Alicia. Anjos do Ecosistema. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: Cadernos Sempre Viva, 2012. p. 29–50. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 3).
- QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos. In: QUEIROZ, Ana Luisa *et al.* *Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos*. Rio de Janeiro: Pacs, 2021, p. 109. Disponível em: (<http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2021/03/MULHERES-ATINGIDAS.pdf>). Acesso em: 10 jan. 2022.
- ROSA, Débora D. *Violências e resistências: impactos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG*. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.
- ROSSATO, Alexania; CORBO, Anamaria D’Andrea; NESPOLI, Grasiela (org.). **Educação popular, direitos e participação social*: bordando a saúde das mulheres atingidas por barragens*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. Disponível em: (https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/45730/2/EducaçãoPopular_EPSJV_2020.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.
- SANDOVAL, Chela. Feminismo cyborg y metodología de los oprimidos. In: *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sonhos, 2004. p. 81- 106.
- SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: BURIHAN, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. p. 99–119.

- SEABRA, Joana Emerick. Corpos-territórios no enfrentamento a megaprojetos extrativistas: reflexões sobre formas de (r)existir e viver a partir dos territórios de Abya Yala. In: OLIVEIRA, Tatiana. (org.). *Mulheres amazônidas: ecofeminismos, mineração e economias populares*. Brasília-DF: INESC, 2021. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/inesc_MulheresAmazonidas_20jul20211.pdf. Acesso: 02 fev. 2022.
- SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Feminismo em Marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo: SOF, 2015.
- SILVA, Camilla Veras Pessoa da. *Lama, luto e luta: a vivência dos atingidos pelo desastre da Samarco e a organização popular no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como estratégia de enfrentamento*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SILVA, Camilla Veras; EUGENIO, Flávia. Mulheres, maternidade e militância política. In: DIOTTO, Nariel *et al.* (org.). *Estudos de gênero e feminismos na sociedade contemporânea: diálogos interdisciplinares*. v. 2. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 275–293.
- SOUZA, Ana Silvia Ariza. *A saúde na perspectiva ético-política: pesquisa ação participante na Comuna da Terra Irmã Alberta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.
- ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. *Revista Nómadas*, n. 45, p. 123–139, 2016.

VIDAL, Fernanda Blanco. *Saudade sim, tristeza não*: memória do deslocamento compulsório e da reconstrução da vida dos atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo em Santo Estevão (Bahia). 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador/BA, 2012.

WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes *et al.* Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação* [online], v. 19, n. 53, p. 287–298, 2015.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES E A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL A PARTIR DO TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL DA EMATER/RS-ASCAR COM OS GRUPOS COMUNITÁRIOS DE MULHERES RURAIS

7

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar quais são as principais atividades desenvolvidas nos grupos de mulheres rurais a partir do trabalho da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/RS e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, sendo assim denominada Emater/RS-ASCAR, e se essas atividades promovem a saúde mental das participantes. Esta pesquisa contou com a participação de 10 profissionais da Emater/RS-ASCAR que ocupam o cargo de assistente técnica regional social em oito regiões do estado (Frederico Westphalen, Ijuí, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Rosa e Soledade). A metodologia utilizada para realizar esta pesquisa foi o método qualitativo de análise de conteúdo das informações obtidas nas entrevistas com as participantes. Segundo os resultados, observou-se que as principais atividades desenvolvidas são: segurança e soberania alimentar, artesanato rural e plantas bioativas. Segundo essa pesquisa, nota-se que essas atividades promovem a saúde mental das mulheres a partir dos encontros grupais, que podem ser caracterizados como espaços terapêuticos para serem trabalhadas questões relacionadas ao bem-estar, envolvendo a temática da saúde mental como elemento de qualidade de vida para as mulheres rurais.

Palavras-chave: saúde mental; mulheres rurais; extensão rural.

THE PROTAGONISM OF WOMEN AND THE PROMOTION OF MENTAL HEALTH FROM EMATER/RS-ASCAR'S RURAL EXTENSION WORK WITH COMMUNITY GROUPS OF RURAL WOMEN

Abstract: This study aimed to analyze what are the main activities developed in rural women's groups based on the work of Emater/RS-ASCAR and whether these activities promote the participants' mental health. This research had the participation of 10 professionals from Emater/RS-ASCAR who occupy the position of regional social technical assistant in eight regions of the state (Frederico Westphalen, Ijuí, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Rosa and Soledade). The methodology used to accomplish this research was the qualitative method of content analysis of the information obtained in the interviews with the participants. According to the results, it was observed that the main activities developed are: food security and sovereignty, rural crafts and bioactive plants. As the research shows, it is noted that these activities promote women's mental health from group meetings, which can be characterized as therapeutic spaces to work on issues related to well-being, involving the theme of mental health as an element of quality of life for rural women.

Keywords: mental health; rural women; rural extension.

1 INTRODUÇÃO

Os desdobramentos das diversas teorias que circundam o desenvolvimento rural buscam, em essência, vincular este espaço – o rural – a estratégias de desenvolvimento, não apenas direcionadas às dimensões da revolução tecnológica, financeira e de poder, mas também as relações, pessoas, os modos de vida, as territorialidades, o bem viver e a saúde dessas populações. As questões que envolvem o gênero feminino e o espaço rural também possuem elementos teóricos importantes para serem ressaltados sob a ótica do desenvolvimento rural e da extensão rural. Todas as questões que envolvem o rural e o gênero feminino como, por exemplo, condições de trabalho, participação nas decisões da propriedade, empoderamento financeiro dessas mulheres, acessibilidade de políticas públicas, serviços e programas sociais e de saúde, reforçam a necessidade de nos atermos sobre o processo de saúde mental das mulheres rurais.

Nesse contexto, este trabalho se propõe a realizar uma análise sobre as principais atividades desenvolvidas com os grupos comunitários de mulheres rurais a partir do trabalho da Emater/RS-ASCAR e verificar se essas atividades promovem a saúde mental das mulheres participantes.

2 METODOLOGIA

Para realizar esta pesquisa, o delineamento utilizado foi a metodologia qualitativa, pois se tornou a mais apropriada para possibilitar o alcance dos objetivos propostos, considerando os elementos subjetivos, individualizados e o contexto histórico social de cada participante.

Participaram desta pesquisa 10 Assistentes Técnicas Regionais Sociais (ATR Social) da Emater/RS-ASCAR de 8 regiões do estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Lajeado, Pelotas, Frederico Westphalen, Ijuí, Soledade, Passo Fundo e Santa Rosa). Para a análise das informações obtidas, utilizou-se a análise de conteúdo que consiste, segundo descreve Bardin (2011, p. 47), em

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A partir disso, foi possível visualizar o que mais se destacava nas falas das participantes. Nesse momento, percebeu-se que algumas falas poderiam estar vinculadas a mais do que um objetivo específico e, ao mesmo tempo, que alguns objetivos estavam se complementando.

3 A SAÚDE MENTAL E O RURAL

Os estudos e as publicações científicas sobre saúde mental no meio rural ainda são escassos no Brasil e, também, no estado do Rio Grande do Sul. Todavia, do pouco que se tem, o que se observa é que as pessoas que residem no rural possuem riscos maiores para o desenvolvimento de problemas em saúde mental e são as mulheres, em sua maioria, que possuem esses riscos tanto no rural quanto no urbano (COSTA; LUDEMIR, 2005).

Segundo Dimenstein *et al.* (2016), os estudos que existem sobre saúde mental no rural estão vinculados à discussão sobre produtividade, sustentabilidade, agricultura familiar, violência no campo, conflitos agrários e fundiários. As pesquisas voltadas a morbidades desse público estão associadas à utilização de agrotóxicos sem os devidos cuidados, que podem vir a causar doenças psiquiátricas e tentativa de suicídio. Recentemente, Marchioretto (2020, p. 1) realizou uma pesquisa no Rio Grande do Sul e constatou que

O Centro de Informações Toxicológicas do RS (CIT-RS) mostra intoxicação de média de 1851,2 pessoas por ano entre 2010 e 2019 no estado, por agrotóxicos agrícolas, inseticidas de uso doméstico, raticidas e produtos veterinários. A letalidade destes agentes é maior que a de medicamentos e animais peçonhentos.

Assim a complexa dinâmica entre as condições socioeconômicas, territoriais, padrões culturais e experiências de vida precisa ser compreendida como indicativo para avaliar as pessoas que estão acometidas de algum transtorno mental, sem caracterizar o espaço ao qual essa pessoa está inserida.

Não obstante, é necessário contextualizar essas dinâmicas em todas as questões em que estão inseridas as pessoas que residem no rural. Visto que, além das especificidades como acesso, encaminhamentos e acompanhamento, que acabam sendo limitados aos que residem no rural por conta do seu distanciamento aos serviços públicos, há, ainda, uma construção cultural e socio-histórica sobre os transtornos mentais.

A importância de haver mais estudos que tratem deste tema também diz respeito à relevância social. Embora se notem avanços sobre a compreensão dos transtornos mentais e da saúde mental em si, ainda há muita resistência por parte da sociedade em acolher e dar suporte, quando necessário, às pessoas que estejam passando por momentos relacionados a adoecimento mental. O tabu social sobre este tema, ainda, é visualizado em muitos estudos, o que só reforça a necessidade de construirmos e possibilitarmos mais espaços comuns para discussão e aprofundamento das situações relacionadas à saúde e doença mental.

O imaginário social sobre transtornos mentais ainda é muito discriminatório. Em se tratando de pessoas que residem no rural, essa discriminação aumenta substancialmente. Devido ao fato de que já residem longe dos serviços de saúde, existe dificuldade de acesso a serviços de saúde mental e o receio a partir de questionamentos como, por exemplo: “de que maneira a comunidade vai reagir se souber que estou indo ao psiquiatra?” ou “será que vão pensar que estou louco?”.

O adoecimento mental ainda é percebido como estigma social, que pode ser compreendido como uma desaprovação social de determinadas características, crenças ou comportamentos que estão em desacordo com normas culturais, sociais, políticas ou econômicas (FERREIRA, 2017). Sobre o assunto, Xavier *et al.* (2013, p. 18) mencionam que “o estigma da doença mental é um fenômeno tão antigo quanto complexo, cujas definições provêm de diferentes campos do conhecimento, desde a sociologia à psicologia e à psiquiatria”.

É necessário, no entanto, não perder de vista uma questão extremamente importante: o estigma do qual os indivíduos com doença mental são alvo não condiciona apenas o tratamento psiquiátrico, mas, também, os cuidados médicos gerais. Quem sofre de doença mental tem maior probabilidade de vir a padecer de doença orgânica devido ao subdiagnóstico e subtratamento e de sofrer uma morte prematura (XAVIER *et al.*, 2013).

A falta de entendimento e informação sobre a saúde mental para a população rural vem ao encontro de toda uma série de prejuízos que o rural enfrenta há décadas. Segundo Dimenstein *et al.* (2016),

Indicadores socioeconômicos revelam que o campo ainda apresenta dados preocupantes: considerável índice de não alfabetizados, de insegurança alimentar e de mortalidade infantil para os padrões atuais;

dificuldade no acesso aos serviços públicos e assistência técnica; precariedade das condições de trabalho e maior dependência dos programas de transferência de renda. A falta de estradas, de transporte adequado, de meios de comunicação, poucos recursos hídricos, existência de riscos ambientais tais como destinação inadequada do lixo, uso inadequado de agrotóxicos, realização de queimadas como forma de preparação do solo para plantio, além das áreas castigadas pela seca, são situações que dificultam ainda a saúde das populações rurais (DIMENSTEIN *et al.*, 2016, p. 152).

Além desses indicadores, as condições climáticas devido a períodos de seca, estiagem e enchentes, à escassez de recursos naturais e ao mau uso de políticas agrícolas também são fatores que contribuem para o adoecimento mental. Portanto, para criar condições razoáveis de melhoria da qualidade de vida, em se tratando de saúde mental, é necessário haver estratégias de inclusão social, acesso a serviços especializados em saúde para esses problemas, participação comunitária que possa trazer empoderamento para pensar e modificar essas estruturas discriminatórias sobre a saúde e doença mental no meio rural (DIMENSTEIN *et al.*, 2016).

Marmentini (2017) realizou uma pesquisa no norte do Rio Grande do Sul sobre os aspectos psicossociais do adoecimento mental. No estudo, a autora deflagrou a limitação dos serviços de saúde em municípios com pouca população, os quais acabam dependendo, exclusivamente, das Unidades Básicas de Saúde e de seus encaminhamentos para profissionais especialistas, hospitais e outros serviços que são disponibilizados na região a partir de convênios municipais. Essa realidade de não haver serviços relacionados à saúde mental propicia maior número de negligência nesse sentido, bem como a dependência do entendimento dos gestores em promover políticas municipais para se vincular a outros serviços na região que podem disponibilizar esse cuidado.

Os autores Ayres, Paiva e Buchalla (2012, p. 13) consideram fundamental para o entendimento sobre a saúde mental

O reconhecimento de uma perspectiva de saúde mental integral, em que se faz necessário superar abordagens ancoradas na determinação única de fenômenos multidimensionais; trabalhar com a ideia de individual enquanto relação ou intersubjetividade, do social como contexto de interação ou “espaços de experiência concreta da intersubjetividade”, e

com as “relações sociais que estão na base das situações de vulnerabilidade e de negligência ou violação dos direitos humanos”.

Na continuidade das reflexões deste estudo, é oportuno mencionar que fatores sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos interferem direta e indiretamente na construção tanto subjetiva quanto material da nossa saúde. As bibliografias encontradas que relatam essa temática permitem pensar que os vínculos sociais, as inserções comunitárias e as práticas que são desenvolvidas nos serviços de saúde, como oficinas terapêuticas, atendimento clínico e grupos de apoio, reforçam o ideal de que é inserido na sociedade, intensificando os vínculos saudáveis e construindo outras maneiras de se viver que a saúde mental mostra.

Sob essa perspectiva, as atividades realizadas nos grupos comunitários de mulheres conduzidos pelas extensionistas rurais nos municípios e coordenados pelas ATR-Sociais das regiões do estado do Rio Grande do Sul podem ser visualizadas como promotoras da saúde mental, como será visto a seguir.

4 O PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS A PARTIR DO TRABALHO DA EXTENSÃO RURAL COM OS GRUPOS DE MULHERES

A Emater/RS-ASCAR consolidou o trabalho com a assistência técnica e a extensão rural, juntamente com as necessidades sociais, o avanço das tecnologias e as modificações econômicas e políticas que acontecem ao longo da sua existência. Desde o início da Emater/RS-ASCAR, existem as atividades direcionadas às questões agrícolas e às questões sociais (atividades nomeadas como bem-estar social). Essas duas grandes áreas que contemplam as atividades da extensão rural e da assistência técnica possuem diferentes conotações e contextos ao longo dos anos.

Para este estudo, será abordado uma pequena contextualização histórica das atividades sociais da Emater/RS-ASCAR com o intuito de exemplificar o trabalho realizado com os grupos de mulheres. As atividades de bem-estar social ao longo dos anos estiveram relacionadas a práticas nas áreas de administração do lar, alimentação, saúde, educação, habitação, recreação, organização de grupos e comunidades e capacitação e a formação de lideranças. Segundo informações registradas em documentos da própria Emater/RS-ASCAR (2006, p. 16), até

meados da década de 1960, as mulheres ainda tinham dificuldades em se reunir, pois saíam de casa só para ir à lavoura e à igreja ou para visitar os parentes. Através da organização dos chamados Grupos do Lar, estimulavam-se e desenvolviam-se atividades de prevenção de primeiros socorros, puericultura e outros. Era elevadíssimo o índice de infecção pós-parto, realizado por parteiras que passaram também a receber capacitação organizada pela ASCAR.

Os Grupos de Lar se caracterizavam como espaços em que as mulheres se reuniam e eram estimuladas a desenvolver atividades de prevenção, primeiros socorros e puericultura. Esse trabalho de organização de grupos foi o impulsionador para as mulheres começarem a participar de movimentos sociais tais como: sindicatos, pastorais, associações, cooperativas e conselhos municipais. Isso facultou que elas pudessem exercer sua cidadania, trazendo temas como os direitos das mulheres para a discussão nos grupos e que elas buscassem por melhores condições de vida no rural (EMATER, 2006).

Outra organização em que a instituição esteve presente e consolidou seu trabalho social ao longo dos anos foram os Clubes 4S (Saúde, Saber, Sentir e Servir), com temas distintos a cada grupo social, a saber: a) aos jovens, para realizarem projetos individuais ou coletivos dentro da agricultura; b) aos homens, o gado de leite, aves, suinocultura, grãos; e c) às mulheres, o artesanato, donas de casa na cozinha, corte e costura, horta, pomar, dentre outros. Assim a empresa iniciou um trabalho bastante significativo com as populações rurais incentivando o trabalho em comunidade, desenvolvendo, estimulando e ensinando habilidades tanto domésticas quanto agrícolas, para que as famílias tivessem condições de cuidar das suas tarefas no cotidiano, das propriedades rurais, bem como estimular a participação social com as atividades coletivas, dias de campo, jogos rurais, dentre outros eventos festivos que eram organizados pelas comunidades em parceria com a instituição.

Vale ressaltar que, a partir da caracterização descrita acima, as atividades destinadas às mulheres rurais, independente da sua faixa etária, estavam diretamente ligadas a atividades vinculadas ao cuidado da família, à produção de alimentos para a família e ao desenvolvimento de habilidades como corte, costura e artesanato, que também estão relacionadas ao cuidado. As atividades possibilitavam que a imagem de “boa” dona de casa pudesse ser vista pela

sociedade. As mulheres então eram julgadas a partir da forma como realizavam todas essas responsabilidades e ainda se dedicavam, por exemplo, a fazer artesanatos para embelezar a sua casa ou para produzir peças de roupas para a família. Autores como Sousa e Guedes (2016, p. 125) referenciam que

Histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social.

Apesar dos avanços em legitimar o trabalho doméstico ao longo dos anos, há de se considerar que, especificamente, as mulheres rurais ainda se encontram em uma situação de vulnerabilidade, ainda que haja movimentos sociais se esforçando para reconhecer o seu papel como trabalhadoras e cidadãs. A agricultura de base familiar é marcada pela divisão sexual do trabalho em função de suas raízes históricas que apontam a diferenciação entre homens e mulheres. Nessa divisão, são resguardados ao homem o reconhecimento público e o trabalho produtivo e monetário, enquanto à mulher, o trabalho de procriação e cuidado de domínio privado e não monetário. Sobre a temática, Sousa e Guedes (2016, p. 124) afirmam que

A não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos. Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumplicidade familiar, que reserva às mulheres o amor e cuidado à família, e ao homem a provisão financeira. O curso da história delineou um modelo de família cuja protagonista, a mãe, seria a responsável por dispensar especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos, assumindo a formação moral das crianças no interior dos lares. Nessa configuração, os espaços

públicos seriam de direito dos homens, vistos como provedores e chefes da família.

A autora Herrera (2012) considera o trabalho da mulher como um conjunto de atividades invisíveis à sociedade que, apesar disso, ultrapassa muito as práticas estritamente vinculadas ao trabalho doméstico. As agricultoras familiares também realizam atividades produtivas como o plantio e a colheita da produção de autoconsumo da família, a ordenha de vacas, a produção de queijo e pão, assim como práticas orientadas para a pequena escala de comercialização de produtos agrícolas. Com esse conjunto de informações sobre o trabalho das mulheres rurais, faz-se necessário refletir sobre como a instituição Emater/RS-ASCAR trabalha para minimizar essa configuração social no que diz respeito ao trabalho dessas mulheres.

No decorrer dos anos, muitas dessas atividades foram aperfeiçoadas, aprimoradas e, por vezes, até banidas. Isso ocorreu tanto pela necessidade de cumprir outros objetivos da instituição quanto pela organização da própria comunidade em entender que não era mais necessário aquele tipo de atividade naquele momento. Um ponto a ser destacado é que, ao longo dos anos, houve mudanças também nos públicos atendidos na extensão rural pela instituição, a partir dos contextos sociais que vinham ocorrendo naquele determinado local. Um exemplo claro disso foi o aumento do êxodo rural, que fez com que se diminuísse a participação desses nas atividades da Emater, incentivando a instituição a criar estratégias para desenvolver atividades para os outros grupos que ali permaneceram, como no caso do grupo de mulheres e de idosos.

Além disso, muitas práticas coletivas não eram mais direcionadas somente para homens. Para realizar o convite nas famílias atendidas, ao invés de direcionar para somente um participante, que, na maioria das vezes, eram os homens, o termo “família” começou a ser utilizado. Assim a abrangência do público que poderia participar da atividade aumentou, fazendo com que, se algum membro da família não pudesse participar, outro estaria presente na atividade. Essa dinâmica fez com que houvesse participação de público idoso, jovem e de mulheres nas atividades que antes eram majoritariamente masculinizadas. Essa mudança de perspectiva também ocorreu nas atividades relacionadas aos grupos de mulheres rurais.

Além de modificar os públicos de maior abrangência nas atividades de extensão, também se alteraram as perspectivas vinculadas ao desenvolvimento

das ações extensionistas. Todas as ações realizadas pela instituição trazem como princípio fundamental o desenvolvimento rural. As ações sociais, a partir desse princípio, buscam conciliar diferentes conhecimentos e aspirações dos diversos grupos sociais, incorporando os saberes em uma perspectiva de construção coletiva. A reflexão sobre as práticas sociais viabiliza a inclusão social e produtiva e incentiva a participação das pessoas em espaços representativos, para que se tornem agentes de desenvolvimento responsáveis pelo contexto em que estão inseridos

A escolha das atividades a serem desenvolvidas nos grupos de mulheres rurais ocorre, na grande maioria das vezes, durante o período de planejamento das ações que serão realizadas pela equipe municipal dos escritórios da Emater. Neles, o público, normalmente, composto por entidades parceiras, as secretarias envolvidas diretamente com as atividades de assistência técnica e extensão rural participam dessa reunião e vão elaborando e discutindo o que se quer desenvolver no ano subsequente. O planejamento das atividades das equipes municipais ocorre sempre no último trimestre do ano. Esses trabalhos são realizados com o acompanhamento dos supervisores regionais para que estes possam também repassar as demandas dos municípios nas reuniões com as gerências regionais e com a diretoria da instituição.

Existe uma variedade de atividades que podem ser desenvolvidas com os grupos de mulheres rurais e, a partir da escolha dessas atividades, essas são descritas no sistema de planejamento da instituição. Nesta se estabelecem metas a serem cumpridas durante o ano vigente com o grupo específico. Sendo assim, cada equipe municipal tem a autonomia para, junto com o público e parceiros, decidir quais serão as atividades desenvolvidas. É válido destacar que essa autonomia também reflete a autonomia e o empoderamento dos grupos de mulheres no sentido de elas poderem escolher o que querem realizar nos encontros durante o ano.

Segundo o relato da entrevistada B, quando questionada sobre como ela visualiza o trabalho das equipes nos escritórios municipais, mais especificamente, das extensionistas rurais sociais dos municípios, pode-se perceber a questão das escolhas das atividades. Veja-se:

“Eu vejo uma preocupação em sempre buscar informações e temáticas adequadas para suprir a necessidade das demandas locais de cada município, onde cada comunidade possui demandas diferentes. Então eu vejo

essa busca constante todo dia, nós recebemos solicitações, demandas do que fazer diferente sempre pensando no público.” (Entrevistada B)

Quando as ATR-Sociais entrevistadas foram questionadas sobre quais eram as principais atividades desenvolvidas nos seus escritórios regionais nos últimos cinco anos de atuação, as respostas foram as seguintes: atividades de segurança alimentar e artesanato e plantas bioativas. Essas atividades estão relacionadas às práticas de educação e de promoção da saúde, bem como à geração de renda dentro do grande escopo de práticas desenvolvidas pelos extensionistas rurais nos municípios.

Pode-se visualizar, conforme relato da entrevistada A, a seguir, que a criação do espaço para o grupo de mulheres conversarem e definirem também é uma estratégia de exercer a cidadania e o empoderamento em relação ao grupo e aos seus desejos:

“Eu acredito que o grupo é um elo. Enquanto eu era extensionista rural social do municipal a gente fazia assim... vocês querem trabalhar com algumas atividades, é necessário sermos unidas, serem coletivas. Eu as desafiava a fazerem um projeto a várias mãos. Elas precisavam construir juntas... Eu acho que o grupo é isso, lidar com as diversidades, com o respeito... O grupo é o alicerce da penetração do extensionista na vida daquelas mulheres, então é a forma de chegar, é a forma de você participar e a forma de você fazer chegar coisas importantes. É para saber o que que está acontecendo, criar vínculos.” (Entrevistada A)

Verifica-se, a partir desse relato, que o grupo é uma maneira de criar vínculos entre as pessoas que possibilita que as extensionistas possam ter acesso àquela mulher e as suas famílias. Consequentemente, realiza ações referentes à extensão rural, dando suporte, levando informação e possibilitando que as mulheres possam ter acesso a serviços como os direitos socioassistenciais. No relato da entrevistada E, pode ser visualizada essa situação:

“Muitas atividades agem na perspectiva de tornar as mulheres como agentes do desenvolvimento rural. Uma coisa que a gente trabalha muito é a questão do acesso a políticas públicas e direitos sociais e socioassistencial.” (Entrevistada E)

Além disso, as extensionistas rurais sociais que estão nos escritórios municipais começaram a introduzir outras possibilidades de atividades rurais, tais

como agroindústrias, artesanato, turismo rural, economia solidária e atividades não agrícolas, oportunizando a fixação das famílias no meio rural, garantindo e gerando novos empregos e possibilitando a emancipação econômica (EMATER, 2006). No relato da entrevistada G, observa-se que as atividades grupais são instrumentos importantes para a valorização das mulheres, do seu papel na sociedade:

“É através dessas atividades que elas conseguem se abrir, se colocar, pra que elas consigam ver e perceber o quanto elas são importantes, o quanto elas fazem a diferença, o quanto elas podem bastar elas enxergar. . . Elas às vezes têm medo de encarar, de perceberem de ‘não quero mais isso pra mim’. Mas quando elas se sentem apoiadas, incentivadas, valorizadas, elas sentem que tem alguém por elas, elas fazem. E, às vezes, os comentários que ocorrem nos encontros de outras mulheres acendem nelas a vontade de ter esse mundo diferente, essa forma diferente de viver, de conquistar as coisas e ou até elas pensarem que elas também merecem. . . Às vezes, na minha opinião, elas não se sentem merecedoras, é aquela coisa de se sentir menor que os outros, aquela exclusão e que essas atividades desta forma fazem a diferença sim e são bem importantes.” (Entrevistada G)

A importância e o protagonismo das mulheres existem desde os primórdios da humanidade. Todavia, com a divisão social do trabalho no rural, as mulheres rurais, além de compartilharem atividades com os homens na lavoura, também são responsáveis, quase que exclusivamente, pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos. Esse cenário remete a um imaginário que incute a ideia de que a mulher não deve, não pode, ou, ainda, não é capaz de ocupar espaços de gestão e administração da propriedade, o que, por sua vez, leva à invisibilidade das mulheres rurais, a partir desse processo histórico, decorrente do sistema patriarcal (ANTONIO *et al.*, 2020). Esse sistema é caracterizado como

Mecanismos de coerção estrutural responsáveis pela histórica subordinação das mulheres aos homens. Esses mecanismos são descritos como um sistema sexo-gênero, presente na grande maioria das sociedades conhecidas e que se sustenta sobre raízes materiais, mas também ideológicas e simbólicas (ANTONIO *et al.*, 2020, p. 71).

Sendo assim, tratar do protagonismo da mulher rural neste trabalho é de fundamental importância, para que se possa, cada vez mais, visualizar os espaços ocupados por mulheres, valorizar as que ocupam esses espaços e inspirar as demais. Segundo o que a entrevistada F relata, “*Os trabalhos desenvolvidos pelas extensionistas com grupos de mulheres que vivem no meio rural é fundamental para a promoção da cidadania das mesmas, ampliação de direitos. . . .*” (Entrevistada F)

A partir dessa informação verbal, verifica-se que os trabalhos realizados nos grupos de mulheres são importantes instrumentos para torná-las protagonistas de suas histórias. Nessa perspectiva, conforme publicação da Organização das Nações Unidas (ONU, 2017, p. 25), o empoderamento é definido como

Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento.

Para tratar sobre a temática das mulheres em contextos rurais, os autores Gomes, Nogueira e Toneli (2016, p. 118) apontam alguns fatores, tais como:

a) relações de classe e gênero relacionadas ao âmbito familiar, comunitário, de trabalho, em meio a demarcação de papéis sociais atribuídos ao ser mulher e ao ser homem; b) perpetuação dos discursos tradicionais sobre o corpo e a sexualidade da mulher e do homem; c) cuidado e atenção com a saúde das mulheres rurais; d) acesso e uso da água, delegada à figura feminina; e, por fim, e) participação das mulheres nas atividades e ações de desenvolvimento rural e no protagonismo político.

As mulheres estiveram por muito tempo, e ainda estão, destituídas, em alguns espaços, de seus direitos civis, políticos e econômicos. Segundo Cruz (2014), a noção de cidadania estava diretamente ligada à figura masculina devido aos papéis sociais atribuídos a “ser homem” e a “ser mulher”, que não podiam ocupar posições iguais na sociedade. Essa diferença, historicamente, foi tida como algo natural, o que resultou na dominação e na submissão da figura feminina e na determinação de respectivos papéis sociais, atribuindo-se

às mulheres os cuidados de casa e a tarefa de educar os filhos, enquanto, aos homens, as atividades relacionadas ao domínio público, à economia, à formulação das leis e à ciência (SCOTT, 1997).

Apesar de muitas conquistas adquiridas pelas mulheres, nas últimas décadas, ainda é possível visualizar a invisibilidade delas no espaço rural. Especialmente no que refere ao trabalho e à gestão, elas são importantes protagonistas na efetivação de diversas atividades da propriedade e na manutenção da família, contudo ainda invisibilizadas (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

O relato da entrevistada J demonstra a preocupação das ATR-Sociais para inserir as mulheres em contextos de gestão que, por vezes, auxiliam nos processos de promoção da saúde mental por conta da valorização do potencial das mulheres para assumir responsabilidades que outrora eram somente destinadas aos homens. Note-se:

“[...] nós frisamos com as colegas extensionistas que é para inserir as mulheres no trabalho produtivo na propriedade. A mulher tem mostrado que ela tem capacidade pra isso e visualizamos que essa situação está relacionada a questão da saúde mental por conta do empoderamento que desperta essas atividades com as mulheres.” (Entrevistada J)

A fala da entrevistada B, a seguir, também apresenta sua percepção em relação ao perfil das extensionistas rurais sociais, inferindo que elas trabalham em outras atividades mais direcionadas ao acesso a políticas públicas que podem fazer com que as mulheres acessem recursos para implementar algum projeto produtivo:

“Eu vejo que tem colegas que tem um perfil mais de trabalhar outros tipos de organização que vai pra políticas públicas. Depende muito. O bom da nossa empresa é que temos essa liberdade de organização. Mas eu percebo os colegas sempre preocupados em inserir lá numa política pública, numa agroindústria, um empreendimento que é desenvolvido por mulheres. Levar essa política onde precisa e que tem recursos pra isso. Então eu vejo de forma muito positiva essa atuação.” (Entrevistada B)

Nesse sentido, a participação das mulheres em espaços sociais, políticos e econômicos fornece elementos para se constituir sua cidadania e empoderamento. A partir disso, o trabalho da extensão rural com os grupos de mulheres rurais se constrói. Com esses relatos, pode-se inferir que as organizações

grupais se tornaram essenciais instrumentos para o desenvolvimento local, comunitário e para a valorização dos saberes das mulheres. Além disso, cria um espaço no qual elas podem ser acolhidas e protagonistas de suas escolhas, aprimorando seus conhecimentos e buscando alternativas para melhoria de sua qualidade de vida e de suas famílias.

5 O GRUPO DE MULHERES E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS ENCONTROS: MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL

De acordo com um documento elaborado pela Emater, as atividades de assistência técnica e extensão rural são divididas em atividades grupais e atividades individuais. Há uma série de modalidades que podem caracterizar as atividades grupais, desde um encontro pontual, até um evento com um número significativo de pessoas. Assim as atividades grupais realizadas pelas extensionistas com as mulheres rurais são caracterizadas como reuniões (EMATER, 2006). Conforme o mesmo documento,

É um método de trabalho planejado, realizado junto a um público que possui interesses e objetivos comuns. Tem a finalidade de introduzir ou melhorar técnicas; transmitir informações a um grande número de pessoas ao mesmo tempo; planejar o trabalho; proporcionar troca de conhecimento e experiências; promover a organização comunitária; e/ou motivar o público a ser trabalhado.

As reuniões são subdivididas em reuniões técnicas e reuniões práticas. As técnicas têm o objetivo de levar o conhecimento e motivar mudanças de hábitos e atitudes. As práticas, normalmente, têm como finalidade transmitir conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, introduzir práticas não conhecidas e/ou melhorar o uso de práticas já existentes a partir de uma demonstração de método do assunto em questão (EMATER, 2006). Com essas descrições, percebe-se que as reuniões com os grupos de mulheres rurais envolvendo atividades relacionadas à área social, por vezes, caracterizam-se como reuniões técnicas, mas, na maioria das vezes, caracterizam-se como reuniões práticas.

Conforme já mencionado anteriormente neste trabalho, a extensão rural e a assistência técnica no Brasil possuem legislações próprias. São oferecidas à população rural pelas entidades que desenvolvem atividades de ATER. Na

Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, o conceito de extensão rural que está atrelado ao de assistência técnica nos diz que ele é

serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

Para ampliar ainda mais esse entendimento, a educação não escolar, ou a educação não formal, acontece em diversos espaços nos quais há processos interativos e intencionais, que acompanham a trajetória de vida dos grupos e indivíduos. São experiências educativas nas quais há compartilhamento de saberes e experiências (KARNOPP; VIEIRA, 2021).

Sendo assim, não há como pensar em uma educação não formal sem referenciar Paulo Freire e sua obra que reconhece a educação como sendo uma ferramenta muito além da transmissão de conhecimento. O conceito de educação proposto por Freire (1996) reconhece a educação como produtora e indutora de sentidos e subjetividades, nas quais o indivíduo que está no processo é o protagonista da sua aprendizagem, construindo e desconstruindo saberes. Para autores como Peixoto (2008, p. 7),

[...] a extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não.

Segundo esse mesmo autor, os métodos pedagógicos utilizados nas atividades de extensão são divididos em individuais, grupais e atividades de massa. Os métodos individuais podem ser caracterizados como visitas técnicas, contato pessoal, experimento na propriedade. Os métodos grupais podem ser reuniões, encontros, palestras, demonstração de métodos e técnicas, cursos e dia de campo. Por fim, as atividades de massa podem ser caracterizadas como exposições, feiras, concursos, campanhas. Dentro dessas categorias, é possível que as extensionistas utilizem métodos específicos para atingir os objetivos propostos por cada atividade, que podem ser dinâmicas de grupo, jogos pedagógicos,

rodas de conversa, entre outras metodologias. Além dessa diferenciação, a extensionista tem meios para se comunicar de forma informativa e educativa com o seu público atendido, utilizando ferramentas como cartazes, folders, álbum seriado, revistas, jornais, rádio, televisão (PEIXOTO, 2008).

A entrevistada A reforça a importância dos grupos relatando uma situação específica que vivenciou:

“Uma colega chegou aqui, e ela tinha me pedido coisas para fazer com as mulheres. E eu perguntei: ‘E aí, como é que foi atividade?’ E ela: ‘olha, foi um espetáculo a atividade; estou fazendo em pequenos grupos de mulheres’. Mas, assim, me chamou muita atenção que tinha uma moça muito séria assim. Eu peguei, cheguei para ela que disse: ‘Posso te dar um abraço?’ E aí, quando eu dei o abraço, ela desmoronou.”
(Entrevistada A)

A partir deste relato, pode-se inferir que os grupos se tornam espaços de acolhimento e de afeto na medida em que as mulheres se sentem seguras para expressar seus sentimentos naquele espaço.

Para a entrevistada J, quando questionada sobre de que maneira são realizadas atividades que abordam a saúde mental na região, ela relata que

“Eu acho que, em cada encontro, a própria metodologia utilizada nos encontros já é uma forma de trabalhar a saúde mental. Essa metodologia de se encontrar, se abraçar, cada uma saber um pouco como tá a vida uma da outra, mas a gente tem notado que a maioria das colegas faz isso: começam o encontro . . . na nossa região tem bem forte essa questão da religião, católica, assim de oração. Então, às vezes, se começa o grupo com uma oração, uma canção, ou com uma reflexão de um texto, ou de uma frase, ou de uma dinâmica e ali já se cria um clima pra aflorar. . . Eu acho que cada encontro sai alguma coisa.” (Entrevistada J)

Conforme exposto pela fala da entrevistada J, observa-se que a utilização dos métodos descritos pode propiciar um momento em que se afloram questões, situações em que as mulheres expressam naquele momento. A partir disso, pode-se entender que aquele momento, aquele espaço, pode ser compreendido como terapêutico.

As atividades terapêuticas suscitam diversos fazeres e saberes que são transversais ao local onde se está inserido. A terapia ocupacional, segundo

Guajardo (2012), pode ser percebida como a relação que as pessoas constituem ao longo da vida com o mundo e o ambiente que as cercam, permitindo processos históricos sociais sobre suas identidades e suas atividades produzidas cotidianamente. Neste estudo, a análise referente a relações específicas da formação acadêmica da Terapia Ocupacional não será aprofundada, porém é importante salientar que essa formação e seu constructo teórico e prático remetem, em diversos momentos, ao trabalho da extensão rural e social.

Para autores como Ghirardi (2016), as ações coletivas realizadas sob a ótica da Terapia Ocupacional remetem ao paradigma social. Isso porque elas propõem estratégias participativas na criação de melhores condições de vida a partir do resgate das suas capacidades individuais, da confiança em si mesmo e nos outros e da valorização do saber fazer coletivo, buscando soluções para os problemas cotidianos como forma de superação social.

Para Assis (2008), embora haja muitas concepções em relação ao termo “oficinas” nas áreas de ciências da saúde, de ciências humanas e de ciências sociais, o ponto comum entre elas é a definição de que as oficinas são espaços de convivência, nos quais o relacionamento propicia grandes aprendizados, pois o “fazer” é, ao mesmo tempo, individual, expressando singularidades, e coletivo, compartilhando saberes, experiências, dúvidas e incertezas. Elementos culturais também podem ser inseridos nessa metodologia: artes plásticas, dança, literatura, culinária, artesanato, música. São diferentes possibilidades para serem desenvolvidas, um campo de experiências lúdicas, simbólicas e criativas. Isso, por si só, já é terapêutico por natureza.

Trazendo alguns elementos teóricos referentes à clínica médica com os desdobramentos das reformas sanitárias e psiquiátricas, o conceito de clínica ampliada é uma das principais contribuições dessas reformas, visto que ele propõe a ampliação das bases conceituais. Essas bases passam a incluir as dimensões sociais e subjetivas na prática, a atuação interdisciplinar, em que a relação contempla uma experiência de trocas de conhecimento entre as pessoas envolvidas, além de possibilitar a criação e o fortalecimento dos vínculos sociais (ALMEIDA *et al.*, 2020).

Para a extensão rural, as atividades coletivas realizadas principalmente com os grupos de mulheres rurais possuem como objetivos a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade em espaços comunitários, a criação de vínculos sociais, a troca de saberes, o aprendizado de novos saberes, a

valorização das habilidades de cada membro do grupo, dentre outros aspectos (EMATER, 2006). A entrevistada J relatou uma vivência importante de se destacar:

“Esses dias uma colega fez uma dinâmica com a caixa que tem o espelho dentro e tu dizer que pessoa é a mais importante. Mas ela fez um pouco diferente. Ela dizia que cada vez ela colocava uma coisa diferente dentro da casa. E ela dizia que era para as mulheres acharem uma qualidade pra essa coisa que tinha dentro da caixa. Mas a coisa era o espelho e aí fazia as mulheres chorarem porque tinha umas mulheres que não conseguiam achar uma qualidade pra si mesma. Então como tá abalada essa questão emocional no campo, como quando você mexe com o assunto. Eu estou falando e estou emocionada aqui. E, às vezes, é complicado de trabalhar isso e, às vezes, se não são as nossas extensionistas que trabalham com isso, ninguém trabalha. É poucas pessoas que chegam no campo ou que tem esse nível de aproximação pra chegar e fazer esse tipo de atividade. Ou delas terem abertura pra falar sobre isso.” (Entrevistada J)

A partir do relato, pode-se inferir que as dinâmicas utilizadas como métodos de ação nas atividades grupais suscitam questões referentes ao estado emocional das mulheres. Percebe-se que essas atividades, conforme a entrevistada J menciona em seu relato, são realizadas quando existe uma aproximação e um vínculo entre as participantes, o que oferece condições para que esse tipo de emoção ocorra. Em complemento, o relato, novamente, reforça a ideia de que esses grupos são espaços de acolhimento e de afeto nos quais as mulheres se sentem valorizadas pelo que fazem e se fortalecem com as demais participantes.

O relato da entrevistada D fornece vários elementos que corroboram com os referenciais, quando eles apontam que os grupos de mulheres e as atividades realizadas nesses grupos são instrumentos que promovem a saúde: “[...] acho que isso mexe com a autoestima das pessoas. Acho que é prazeroso. A gente vê as mulheres saindo dos encontros muitos felizes, de se encontrar. Estão no grupo, estão conversando, estão trabalhando...” (Entrevistada D)

Para a entrevistada I, quando questionada sobre a forma como ela analisa os grupos de mulheres, seu relato diz que

“Eu acho essa prática excelente. Esse método grupo de mulheres que é muito usado e é muito forte e é uma herança que nos antecederam que

perceberam a necessidade de se trabalhar em grupo algumas peculiaridades de se trabalhar com a mulher rural. Foi uma estratégia interessante para se trabalhar vários temas, e empoderando essa mulher com o conhecimento, fazendo principalmente para as mulheres que estão longe, mais distante, fazendo aquele espaço ser um espaço de convivência, de troca de informação, de construção de conhecimento e principalmente de construção e fortalecimento de vínculos Essa organização vem para possibilitar esse espaço.” (Entrevistada I)

Neste relato se observa a importância dos grupos como ferramenta que oferece às mulheres rurais que residem em localidades distante das cidades um local de inclusão social, principalmente oportunizando a transformação do espaço dos encontros em espaços de convivência social e de fortalecimento de vínculos. Assim é nítido perceber que as atividades da extensão rural relacionadas aos grupos de mulheres possuem forte ligação com o conceito das ações coletivas, da clínica ampliada, das oficinas terapêuticas e da terapia ocupacional.

A seguir, será analisada cada atividade apresentada pelas pessoas entrevistadas, com a finalidade de verificar se essas ações contribuem para a saúde mental das mulheres que participam dos grupos enquanto oficinas terapêuticas. Além disso, a próxima seção propõe uma nova perspectiva (tanto teórica quanto prática) das ações sociais das extensionistas rurais, com a finalidade de conceituar também essas ações como processos terapêuticos que possibilitam a busca pela qualidade de vida.

5.1 *Terapia culinária: as atividades de segurança e soberania alimentar para além da produção de autoconsumo*

As atividades realizadas pelas extensionistas rurais sociais que estão atreladas à segurança e à soberania alimentar precisam, antes de qualquer análise, ter seus conceitos estabelecidos sobre segurança e soberania alimentar. A segurança alimentar é compreendida como a garantia do acesso a alimentos, tanto em quantidade como em qualidade, suficientes para nutrir as pessoas com base em práticas alimentares que possibilitem uma vida saudável. A soberania alimentar é compreendida como o direito de definir as políticas que garantam a segurança alimentar de povos, incluindo o direito à preservação de práticas

de produção alimentares tradicionais de cada cultura (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE, 2010).

A partir desses conceitos, as atividades de extensão rural que estão relacionadas à segurança e soberania alimentar possuem como objetivo

[...] promover a produção de alimentos com base nos princípios da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), mediante processos de ATER, além de identificar, propor, planejar, monitorar e executar ações, que vão desde a produção da matéria-prima até o consumidor final (EMATER, 2006).

Quando questionada sobre a referida atividade, a entrevistada J relata que, na região onde atua, é realizado um programa regional para se trabalhar durante o ano com os grupos de mulheres. Conforme o relato,

“Segurança alimentar é o carro-chefe, porque a gente trabalha muito aqui, assim, não só a elaboração de receita. Mas a questão desde a produção. Nós temos um programa regional de segurança alimentar que, a cada ano, enfatiza uma fruta, uma hortaliça, uma cucurbitácea, uma criação e uma tecnologia. Então cada ano a gente renova. Aí, no final do ano, a gente reúne com as equipes municipais e pedimos o que eles querem trabalhar (já foi morango, beterraba, abóbora). Então procuramos material, elaboramos CARDS, fazemos capacitação, e naquele ano eles trabalham com mais ênfase aqueles produtos e assunto, desde a produção, o cultivo, troca de sementes, até a receita, então todo o processo do produto.” (Entrevistada J)

A partir desse relato, novamente visualiza-se o que já foi mencionado anteriormente sobre a autonomia que os municípios e, conseqüentemente, as regiões possuem para elaborar as atividades que serão desenvolvidas com o público atendido pela Emater/RS-ASCAR, e especificamente, nesse caso, com os grupos de mulheres. Esse exemplo do programa regional oferece elementos para que se possa trabalhar com as questões desde o plantio até a comercialização dos produtos, possibilitando que a mulher seja protagonista dessas atividades em sua propriedade e fortalecendo, também, a questão do empoderamento das mulheres em atividades produtivas.

Além disso, diante das práticas extensionistas no cotidiano de seus trabalhos, observa-se que as assistentes técnicas regionais, em seus relatos nas entrevistas, consideram, também, que as atividades relacionadas a essas práticas, quando realizadas nos grupos de mulheres, oportunizam momento terapêutico, como visualiza-se na fala da entrevistada E:

“Por exemplo, as ações de segurança e soberania alimentar, a gente trabalha muito com as questões das receitas, só que o que é importante, que às vezes os colegas da área econômica e agropecuária, porque econômica social também é, mas, digamos, os colegas agropecuária dizem ‘ah lá vêm as mulheres fazer bolinho’. Então, assim, tem que desmistificar o que é o fazer o bolinho. Porque você nunca vai conseguir chegar num grupo de mulheres e debater determinados assuntos sem você usar um outro recurso metodológico pra acessar essa informação da mulher. Muitas vezes é no fazer do bolinho que você vai descobrir que ela não tem apoio nas atividades domésticas, que ela é que tem que fazer tudo na cozinha, que ela é a responsável pela comida, porque é ali que você descobre que talvez ela fale ‘ah eu detesto cozinhar, eu nunca gostei de cozinhar...’ ah, mas por que você cozinha? Porque isso é o papel da mulher lá, né, digamos assim, internalizado. E daí tu consegue acessar esses outros temas.” (Entrevistada E)

Visualizando esse relato, percebe-se que as práticas desenvolvidas nos grupos de mulheres que estão relacionadas a atividades de segurança e soberania alimentar oportunizam aos extensionistas um momento de vínculo – ao “fazer o bolinho” – no qual as mulheres relatam o seu cotidiano de trabalho doméstico e podem por vezes demonstrar as vulnerabilidades vivenciadas.

A partir da forma como essas mulheres comunicam suas vivências, as extensionistas podem introduzir reflexões que são pertinentes ao cotidiano em que essas mulheres estão inseridas. Segundo Almeida *et al.* (2020), os espaços nos quais as pessoas se alimentam também são ambientes de sociabilidade, familiaridade, trocas simbólicas, hierarquias e relações sociais. A cozinha é um lugar de intimidade e troca de ideias, um ambiente que permite uma certa informalidade e a possibilidade de criação de vínculos. Sobre isso a autora Woortmann (2013, p. 6) descreve que,

Nas mais diferentes sociedades, os alimentos são não apenas comidos, mas também pensados; quer dizer, a comida possui um significado simbólico – ela expressa algo mais que os nutrientes que a compõem. A família não se reproduz apenas biologicamente, nem reproduz apenas sua força de trabalho. Ela se reproduz também simbolicamente, e uma das dimensões dessa reprodução pode ser apreendida pelo modo de comer. O gênero é também construído, no plano das representações, através da percepção da comida, quem come o quê, quando, em que circunstâncias. Com isso pode-se afirmar que a comida “fala” da família, de homens e de mulheres [...].

Nessa citação verifica-se a dimensão simbólica que o ato de se alimentar carrega. Ele expressa questões materiais de disponibilidade de ingredientes, tempo e necessidade de se fazer uma comida, comida essa que traduz quem come, como se come, quem faz a comida, isto é, traduz as representações sociais dos membros da família. Na fala da entrevistada B, observa-se que a atividade relacionada à prática da culinária também promove saúde, quando ela relata que, “[...] quando está trabalhando, preparando alimento, você desvia o foco de muitos problemas que você tem, né, que geram ansiedade, que geram depressão, que se referem a essa questão da saúde mental, e elas promovem bem-estar” (Entrevistada B).

Quando as atividades são realizadas na cozinha, esse espaço se torna protagonista no processo de cuidado e se transforma em espaço de acolhimento. A cozinha se torna um local terapêutico na medida em que estabelece laços sociais e convida as pessoas a oferecer ao outro condições favoráveis para a promoção da saúde. A comensalidade engloba todos esses sentidos e conotações que o ato de se alimentar possui. Ela incorpora a dimensão cultural e social por meio do compartilhamento da mesa, do comer junto, atuando de maneira simbólica, que ultrapassam as barreiras biológicas (ALMEIDA *et al.*, 2020).

Por esse veio, observa-se que as atividades relacionadas à segurança e à soberania alimentar nos grupos de mulheres rurais proporcionam esse momento que, para além de aprenderem novas receitas ou novas técnicas de fazerem o preparo dos alimentos, elas estão construindo laços afetivos, acolhendo suas subjetividades e praticando o cuidado na busca pela saúde.

5.2 *O artesanato rural como instrumento da promoção da saúde e geração de renda*

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, o artesanato foi uma das atividades elencadas como principal nas regiões que o estudo contemplou. O artesanato é gerador de emprego e renda, mas, primeiramente, é um componente importante que visa à saúde mental, social e cultural, agregando pessoas para o desenvolvimento de atividades de lazer e recreação. A prática, ainda, proporciona descobrir potencialidades, buscar alternativas, novas tecnologias e conhecimentos, repassar, trocar e resgatar experiências atreladas à melhoria de vida (EMATER, 2006). A utilização do artesanato para os grupos de mulheres rurais busca incentivar e aprimorar as habilidades manuais que elas possuem, além de oportunizar o aprendizado de novas técnicas, possibilitando o aprendizado e a socialização que ocorre nos grupos. O artesanato também é uma maneira de gerar renda familiar.

Conforme o relato da entrevistada C e da entrevistada H, verifica-se que a prática do artesanato auxilia na valorização das suas capacidades, na geração de renda e conseqüentemente promove saúde.

“[...] eu vejo que a saúde mental a pessoa precisa reconhecer o seu valor, a tal da autoestima. Reconhecer as suas habilidades e, nessas ações, digamos, no artesanato que ela vê o que ela faz. O que ela é capaz de produzir é um fator de saúde. Você vê que é capaz de fazer. Enquanto isso você se interte e depois você vende”. (Entrevistada C).

No relato da entrevista H, verifica-se o quanto o artesanato é visto como fonte de renda: *“[...] em relação a fazer artesanato, ajudam a questão da saúde mental. Além disso tem questão financeira e que a gente tem que considerar que assim que ela tem nas mãos o dinheiro dela e ela decide o que fazer com o dinheiro o que elas bem entenderem.”* (Entrevistada H)

As atividades realizadas nos grupos promovem a valorização das capacidades das mulheres, proporcionando o desenvolvimento da autonomia e a geração de renda a partir dos produtos confeccionados. Além disso, as atividades que utilizam as técnicas manuais também são promotoras de saúde, pois visam a gerar bem-estar e aprendizado aos participantes em termos de resolução das dificuldades encontradas para executar a técnica. Por exemplo, além de encorajar a ajuda recíproca, a valorização das capacidades do outro, a prática

estimula a concentração, desenvolve a capacidade de se expressar e auxilia na melhora do estado emocional das participantes (TAVARES, 2018).

No relato, a seguir, da entrevistada H, observa-se que o artesanato pode ser compreendido como um instrumento para trabalhar questões relacionadas à saúde mental. “Os artesanatos também têm essa questão da depressão, do medo, sabe. . . As mulheres nos relatam que ‘eu to nervosa, eu vou fazer tricô. . . eu to nervosa eu vou fazer crochê’”. (Entrevistada H).

Sendo assim, a prática do artesanato pode ser compreendida como um recurso terapêutico que resgata a pessoa em sua integralidade. Através de processos de autoconhecimento e de transformação dos sentidos e subjetividades, a prática também é uma fonte de renda para as mulheres que confeccionam os produtos e que, a partir da venda, podem gerir o recurso da maneira como quiserem.

5.3 *A educação e a promoção da saúde a partir de práticas educativas, utilizando plantas*

As atividades relacionadas à educação e promoção da saúde nas ações extensionistas recorrem a diversas formas de abordagens: desde ações mais técnicas, para tratar de problemas relacionados a zoonoses e vetores, até ações que promovam a saúde sob a perspectiva do autocuidado, da integralidade do cuidado (EMATER, 2006). Conforme Perdigão, Barbosa e Martinho (2021, p. 3), o autocuidado pode ser definido como

[. . .] ações praticadas pelo próprio indivíduo, por uma família, grupo ou comunidade com o intuito de preservar e melhorar a saúde individual e/ou do coletivo, envolvendo o cuidado com os alimentos, o meio ambiente, o próprio corpo, sendo provenientes do aprendizado ancestral, de profissionais da saúde ou de membros da comunidade.

O relato da entrevistada I corrobora com o exposto acima pelos autores. Quando questionada se considera as atividades que mencionou como promotoras de saúde mental, ela diz:

“Com certeza. Eu acho que todas essas atividades passam essa questão, o cuidar. Do cuidado, do autocuidado, eu vejo isso como terapia, como convivência como fortalecimento de vínculos, não só nos grupos de mulheres, mas nas famílias. Eu tenho certeza de que essas atividades

promovem sim a saúde mental de todas as pessoas do meio rural.”

(Entrevistada I)

Para autores como Marques (2018, p. 129),

O uso de plantas medicinais está relacionado a um acervo de saberes, conhecimentos, práticas e tecnologias que persistem enraizados na vida cotidiana dos brasileiros, contribuindo para compor um variado quadro de intervenções populares nos processos de cura, muitas vezes associados a formas singulares de percepção sobre saúde e doença. Tais intervenções, contudo, mobilizam um amplo repertório de conhecimentos, parte associado à biodiversidade, parte relativo às relações sociais estabelecidas pela ação coletiva em torno do tema.

Os grupos de mulheres são espaços de socialização nos quais há troca de saberes e fortalecimentos dos vínculos sociais entre as mulheres. Sendo assim, quando se pensa nas atividades de assistência técnica e extensão rural relacionadas à promoção da saúde, a Emater/RS-ASCAR (2006, p. 50) nos diz que essas atividades possuem

[. . .] o caráter de desencadear processos em que a população vai resgatando sua dignidade e autoestima, se apropriando do conhecimento sobre o processo saúde/doença, adquirindo autonomia e se tornam cada um sujeito da sua própria saúde, do seu bem-estar, da sua qualidade de vida.

Para a Emater (2006), trabalhar a promoção da saúde com a utilização das plantas bioativas pode desencadear diversas atividades de cunho social que geram reflexões e aprendizados sobre a saúde, o autocuidado, bem como sobre como as plantas podem colaborar em tratamentos médicos. Enfim uma série de ações que vislumbram a promoção da saúde tanto física quanto mental. A Emater/RS-ASCAR (2006, p. 54) propõe que o trabalho com as plantas seja realizado para atender aos seguintes objetivos:

- a) resgatar e valorizar as plantas bioativas e a utilização das mesmas;
- b) estimular iniciativas com plantas bioativas como opção de geração de renda;
- c) promover e orientar sobre o cultivo, proteção e propagação das espécies de plantas bioativas através de capacitações técnicas;

- d) orientar sobre a utilização de plantas bioativas;
- e) qualificando as experiências/iniciativas com plantas bioativas, através de capacitação para técnicos e agricultores;
- f) elaborar material educativo para subsidiar o trabalho com plantas bioativas;
- g) participar ativamente da implementação da Política Intersetorial de Plantas Medicinais do RS.

Segundo o relato da entrevistada D, a seguir, percebe-se a gama de atividades realizadas que estão diretamente relacionadas ao uso das plantas como forma de promoção da saúde:

“Agora a gente já foca em trabalhar mais oficinas que são de aromaterapia, escalda pés, plantas medicinais, então tudo coisas que está trabalhando o auto cuidado, as pessoas se cuidarem, ligando com a saúde mental, já que não trabalhamos diretamente ‘ah vamos falar sobre saúde mental’, mas a gente tem trabalhado bastante nesse sentido sobre outras práticas que envolvem e principalmente essa percepção das pessoas, seja na alimentação, seja na atividade física, seja no tomar água todo dia, nas pequenas coisas que vai dar resultado, que a pessoa está se cuidando e se relacionando com outras do grupo de forma saudável que também faz parte da saúde mental essa relação.” (Entrevistada D)

A partir desse relato, percebem-se os encontros grupais que proporcionam a socialização e a troca de saberes e também que as atividades realizadas proporcionam momento de aprendizado e de valorização das habilidades, que se transformam em momentos terapêuticos, podendo, assim, serem entendidas como formas de promover a saúde mental delas.

Em seu relato, a entrevistada A comenta que, para trabalhar com a temática da saúde mental nos grupos, é utilizada uma atividade intermediária que pode ser relacionada à promoção da saúde. Por exemplo, as plantas bioativas podem ser utilizadas para trabalhar questões referentes ao autocuidado do corpo e das questões emocionais. A entrevistada relata:

“Aí a gente utiliza as atividades como ferramentas. Por exemplo, as plantas medicinais é a ferramenta que vamos trabalhar o autocuidado. Vamos trabalhar as cólicas com as plantas, as cistites, com as plantas. . .

A gente utiliza essas atividades de forma sutil pra entrar na prosa.”

(Entrevistada A)

É possível visualizar pelos relatos e pelos referenciais teóricos trazidos para realizar a análise que as plantas bioativas são utilizadas nas atividades nos grupos de mulheres como uma ferramenta para trabalhar a saúde na sua integralidade a partir de práticas de autocuidado. As atividades relacionadas às plantas bioativas podem estar relacionadas, também, com atividades de segurança alimentar. Isso porque plantas bioativas também podem ser empregadas na alimentação como condimentos. Além disso, também podem estar relacionadas às atividades de jardinagem e paisagismo, quando se visualizam atividades como os jardins terapêuticos, hortas medicinais, relógio do corpo humano, dentre outras. Por certo, é uma gama de ações que se entrelaçam e, por vezes, em apenas um determinado encontro, é possível trabalhar mais do que uma atividade específica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas sobre as atividades desenvolvidas foram necessárias para se ter a dimensão do quão importante é o trabalho da extensão rural social com os grupos de mulheres e o quanto esse trabalho proporciona o envolvimento social e promove a saúde dessas mulheres, além de possibilitar que as mesmas possam adquirir conhecimentos e aprimorar suas habilidades e assim possam estar agregando renda para as suas famílias.

Vale retratar aqui que, ao passo que as atividades trazidas pelas entrevistadas no momento de suas entrevistas, por um lado, reforçam o papel da mulher nos espaços subalternos da sociedade patriarcal, por outro, podem utilizar da mesma ação para propiciar e promover mudanças no sentido pelo qual essas mulheres estão realizando determinada atividade. Por exemplo, as atividades de artesanato rural, ao mesmo tempo em que sugerem a permanência do papel da mulher no cuidado com o lar, com a casa, produzindo trabalhos que possam embelezar o ambiente, também podem despertar o interesse dessas mulheres em comercializar o artesanato e, assim, possuírem outra conotação, colocando-se em outro local de visibilidade.

Porém considera-se relevante que, independentemente de a mulher fazer o artesanato para si ou para comercializar, o que merece atenção e, que cada

vez mais precisa ser afirmado nas atividades de extensão, é que a mulher tem voz e precisa do espaço para exercê-la. É ela quem vai dizer se quer para si ou se quer vender seu artesanato, assim como é ela quem precisa visualizar suas capacidades, que pode ou não querer aprender ou participar da atividade do grupo quando for trabalhada uma ação que não lhe interesse. O protagonismo das mulheres se reflete no poder de escolha, na tomada de decisão e nas inúmeras possibilidades de ser mulher.

As ações extensionistas visualizadas neste trabalho sugerem que é possível trabalhar elementos de saúde mental de forma contundente nos espaços destinados aos grupos de mulheres a partir de práticas realizadas com esses grupos. Todavia se faz necessário que haja engajamento das profissionais com as realidades sociais e culturais, para que este assunto surja nos grupos.

7 REFERÊNCIAS

- AYRES, J. R.; PAIVA, V.; BUCHALLA, C. M. Direitos humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da Saúde: uma introdução. *In*: PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. (ed.). *Vulnerabilidade e Direitos Humanos: prevenção e promoção da saúde: da doença à cidadania*. Curitiba: Juruá, 2012. p. 9–22.
- ALMEIDA, L. *et al.* Os sentidos da cozinha de Centros de Atenção Psicossocial e a inserção do nutricionista no cuidado em saúde mental. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, n. Especial 3, v. 44, p. 292–304, 2020.
- ANTONIO, G. J. *et al.* O protagonismo das mulheres rurais. Realidade atemporal: o caso de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. *Boletín de Estudios Geográficos*, n. 113, p. 69–89, 2020.
- ASSIS, E. Arte e oficinas terapêuticas em tempos de reconstrução. *In*: COSTA, C. M.; FIGUEIREDO, A. C. (org.). *Oficinas Terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2008.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010*. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura

Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm. Acesso em: 15 maio 2023.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. *Segurança alimentar e nutricional: SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA*. Adap. e Atual. de Nayara Côrtes Rocha e Marília Leão. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. Disponível em: <http://www.nutricao.ufsc.br/files/2013/11/ApostilaABRANDHModulo1.pdf>. Acesso em: 16 maio 2022.

COSTA, A. G.; LUDEMIR, A. B. Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 21, v. 1, jan./fev., p. 73–79, 2005.

CRUZ, L. A. *Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí*. 2. ed. Teresina, PI: Nova Aliança, 2014.

DIMENSTEIN, M. *et al. Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Editora Intermeios, 2016.

FERREIRA, M. C. *Estigma e Saúde Mental*. 2017. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina) – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHIRARDI, M. I. G. Terapia ocupacional e processos econômico-sociais. *In*: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (org.). *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 9–374.

- GOMES, R. C. M.; NOGUEIRA, C.; TONELI, M. J. F. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*, n. 28, v. 1, p. 115–124, 2016.
- GUAJARDO, A. C. Enfoque y praxis en terapia ocupacional. Reflexiones desde una perspectiva de la terapia ocupacional crítica. *Revista de Terapia Ocupacional Galicia*, Coruña, v. 9, n. 5, p. 18–29, 2012.
- HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2012, Florianópolis. *Desafios Atuais dos Feminismos*. Florianópolis: UFSC, 2012.
- INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PIAUÍ - EMATER. *Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR*. 2. ed. rev. Aum. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006.
- KARNOPP, H.; VIEIRA, M. G. L. Compreensões sobre Ação Educativa no Campo: as Oficinas Terapêuticas e a territorialização do cuidado. *Ágora (St. Cruz Sul, Online)*, v. 23, n. 2, p. 49–68, 2021.
- MARCHIORETTO, V. P. *Intoxicação e mortalidade por agrotóxicos na região de saúde Alto Uruguai gaúcho e no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2020*. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Medicina) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- MARQUES, F. C. Mulheres rurais e plantas medicinais: das práticas às existências coletivas. In: OLIVEIRA, M. M. et al. *Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2018. p. 129–142.
- MARMENTINI, S. J. . Adoecimento mental em comunidades rurais do município de Centenário: perspectivas histórico-sociais. *Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad*, n. 3, v. 3, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU Mulheres; Rede Brasil do Pacto Global. *Cartilha Princípios de empoderamento das mulheres*.

Brasília: Movimento Mulher 360, 2017. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

PEIXOTO, M. *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Série: Textos para discussão; 48. Brasília: Senado Federal; Consultoria Legislativa, 2008.

PERDIGÃO, D. H. R.; BARBOSA, V. H.; MARTINHO, N. J. Autocuidado e plantas medicinais: (des)conhecimento dos profissionais de saúde quanto as práticas culturais em comunidades tradicionais. *Revista Conexão*, v. 17, n. 1, 2021.

SCHNEIDER, C. O. *et al.* Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. *Interações*, Campo Grande, v. 21, n. 2, abr./jun. 2020.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p. 71–99, 1997.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos avançados*, n. 87, v. 30, 2016.

TAVARES, J. R.; PRESTES, V. R. Arteterapia como estratégia psicológica para saúde mental. *Revista de Iniciação científica da UNIFAMMA*, n. 3, v. 1, p. 1–17 2018.

XAVIER, S., *et al.* O estigma da doença mental: que caminho percorremos? *Psilogos*, n. 2, v. 11, 2013.

WOORTMANN, E. F. A comida como linguagem. *Habitus*, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 5–17, jan./jun. 2013.

A SITUAÇÃO DOS DIREITOS LGBT+ NO BRASIL E MÉXICO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EM DOCUMENTOS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS



Geovane Gesteira Sales Torres (geovanegesteira.profissional@gmail.com)¹

Maria Laís dos Santos Leite (mlaisleite@gmail.com)²

George José dos Santos Lima (georgejlima@gmail.com)³

Resumo: Este artigo adota como tema os direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT+) nos contextos latino-americanos do Brasil e México. A investigação se justifica pela escassez de estudos comparativos sobre os direitos LGBT+ na América Latina e, sobretudo, em relação ao Brasil e México, além das ofensivas antigênero no contexto latino-americano que ameaçam os direitos sexuais. Nesse sentido, objetiva-se comparar o desenvolvimento dos direitos LGBT+ entre o Brasil e México a partir de documentos de organizações internacionais. Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa documental em acervos da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)* e Anistia Internacional. Os dados foram tratados com base em técnicas de estatística descritiva e análise de conteúdo. Conclui-se que o México apresenta normas com maior força normativa do que o Brasil em relação aos direitos LGBT+. O país da América do Norte detém 70% de leis ordinárias, além de previsão constitucional sobre o tema. Já os direitos sexuais no Brasil são majoritariamente advindos de jurisprudências (55%). A maior parte das normas brasileiras se concentra em 2019, ao passo que, no México, em 2003. Nota-se, ainda, uma tendência pela pauta do casamento civil igualitário no âmbito das demandas políticas LGBT+ nos dois países, contudo, isso ganha maior força no México. Enfim, percebe-se que os relatórios sobre o Brasil denunciam mais problemas públicos do que informam sobre conquistas no campo dos direitos sexuais.

Palavras-chave: direitos sexuais; América Latina; reconhecimento; diversidade sexual e de gênero.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Coordenador da linha de pesquisa Políticas públicas, Direitos Humanos e Diferenças no Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Territorialidade e Diferenças (Uné).

² Psicóloga. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Líder do Grupo de Pesquisa e Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Territorialidade e Diferenças (Uné).

³ Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Possui graduação em Comunicação Social e especialização em Tendências e Perspectivas do Jornalismo, ambas pela UFPI. Atua no serviço público como Jornalista do Instituto Federal do Piauí (IFPI). Pesquisador no Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Territorialidade e Diferenças (Uné).

THE SITUATION OF LGBTQ+ RIGHTS IN BRAZIL
AND MEXICO: A COMPARATIVE ANALYSIS IN
DOCUMENTS FROM INTERNACIONAL ORGANIZATIONS

Abstract: This article focuses on the rights of Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals (LGBT+) in the Latin American contexts of Brazil and Mexico. The investigation is justified by the scarcity of comparative studies on LGBTQ+ rights in Latin America and, above all, in relation to Brazil and Mexico, in addition to the anti-gender offensives in the Latin American context that threaten sexual rights. In this sense, it aims to compare the development of LGBTQ+ rights between Brazil and Mexico based on documents from international organizations. To this end, a documentary research was undertaken in the collections of the International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA) and Amnesty International. The data were treated based on descriptive statistics and content analysis techniques. It is concluded that Mexico has norms with greater normative force than Brazil in relation to LGBTQ+ rights. The North American country has 70% of ordinary laws, in addition to a constitutional provision on the subject. Sexual rights in Brazil, on the other hand, are mostly derived from jurisprudence (55%). Most of the Brazilian standards are concentrated in 2019, while in Mexico in 2003. There is also a trend towards the agenda of equal civil marriage in the core of LGBTQ+ political demands in both countries, however, this gains greater strength in Mexico. Finally, it can be seen that the reports on Brazil denounce more public problems than they inform about achievements in the field of sexual rights.

Keywords: sexual rights; Latin America; recognition; sexual and gender diversity.

1 INTRODUÇÃO

A América Latina vivencia um contexto político complexo em que discursos e táticas conservadoras antigênero são empregadas para a contraposição dos direitos sexuais e reprodutivos, em especial da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTQ+. Tais discursos se formatam em pânico morais, imbuem-se de justificativas religiosas e se disseminam em distintas esferas sociais, incluindo-se a política institucional. Não obstante, em países norte e sul-americanos, como o Brasil e o México, notam-se inúmeros embates e retrocessos em torno dos direitos LGBTQ+ (LEITE; TORRES, 2022; FASSIN; DUARTE, PAZ, 2021; MIGUEL, 2021; RIBEIRO, 2021; MACHADO, 2018; MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Este artigo incorpora como tema os direitos LGBTQ+ na América Latina. Estudos antecedentes revelam que, no contexto latino-americano, a maioria dos direitos LGBTQ+ foi positivada a partir do impacto da epidemia ocasionada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV/Aids) e pelos processos

de redemocratização (MARCONDES *et al.*, 2022; RIOS, 2022; FERREIRA; NASCIMENTO, 2022; AGUIÃO, 2018; LÓPEZ, 2017), contudo os problemas públicos da população LGBTQ+ enfrentam sérios entraves para prosperarem em virtude de discursos moralmente conservadores que influenciam as ações governamentais e legislativas (IRINEU, OLIVEIRA, 2021b; BIROLI, 2018; CARDINALI, 2017; MIGUEL, 2016; VARGAS, 2013). Isso faz com que a judicialização seja o caminho mais eficaz para a garantia dos direitos LGBTQ+ na América Latina (OLIVEIRA; IRINEU, 2023; MARCONDES *et al.*, 2022; BUZOLI, 2022; RIOS, 2022; IRINEU; OLIVEIRA, 2021a; AGUIÃO, 2018; CARDINALI, 2017).

Os direitos LGBTQ+ são entendidos como garantias fundamentais de parcelas populacionais inseridas na categoria de minorias sexuais e de gênero, a qual se caracteriza por sofrer discriminação em virtude de orientação sexual, práticas sexuais consensuais e identidade de gênero contrastantes à heterossexualidade e cisgenereidade (VECCHIATTI, 2019). Rios (2022) compreende os direitos LGBTQ+ como um sinônimo de direitos sexuais, sendo marcados por dois períodos no Brasil: I) a afirmação paulatina dessas garantias por meio de tensões de teor assimilacionista (1990 a 2015); e II) reconhecimento amplo em contextos de recrudescimento do conservadorismo (2015 – atualmente).

Para Carrara (2010, p. 135), os direitos LGBTQ+ são vistos como direitos sexuais em decorrência dos “[...] processos sociais e políticos de estigmatização e discriminação que deles privam pessoas LGBTQ+ envolverem historicamente determinados valores relativos à sexualidade”. Aguião (2018) concorda com a visão de Carrara (2010), pois contempla que o acesso a direitos fundamentais amiúde é dificultado para a população LGBTQ+ por causa de processos discriminatórios tocantes à sexualidade e à identidade de gênero.

Esses processos se desenvolvem nas mais diversas instâncias sociais, dentre as quais se encontra a mídia. Tais instâncias se tornam essenciais na experiência cotidiana dos sujeitos e que se convertem, conforme Fischer (2006), em um espaço não apenas de entretenimento e lazer, mas no qual circulam valores, concepções e representações que estão relacionadas aos comportamentos, pensamentos e sentimentos das pessoas.

Ao hipervalorizar determinadas representações, sejam de afeto, desejo ou identidade, como a heterossexual, essas ganham uma visibilidade e força tão

grandes que, de acordo com Louro (2015), deixam de ser vistas como representações e são tomadas como realidades. Essa hipervalorização ocorre em detrimento da visibilidade, reconhecimento e valorização da diversidade e diferenças sexuais e de gênero.

No que se refere à presença dos direitos sexuais no âmbito internacional (BRASIL, 2013) destacam-se as duas conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o encontro que gerou os Princípios de Yogyakarta.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo, em que se expressou pela primeira vez o termo direitos sexuais e reprodutivos, o qual foi inserido para tratar de problemas públicos relativos à reprodução humana, saúde e métodos anticoncepcionais.

Na Conferência Mundial sobre a Mulher, no ano de 1995, em Beijing, ampliou-se a semântica em torno dessas garantias, passando-se a contemplar direitos presentes em distintos setores de políticas públicas. Nesse cenário, Corrêa e Petchesky (1996) afirmam que os direitos sexuais e reprodutivos são frutos de lutas históricas dos movimentos feministas e que, no contexto atual, fundamentam-se nos princípios de diversidade, autonomia individual, igualdade social e integridade física, além de contemplarem várias áreas de bens e serviços.

E, por fim, cita-se o encontro de especialistas realizado em 2006, na Indonésia, especialistas no campo dos direitos humanos de 25 países, incluindo-se a representação do Brasil por Sônia Onufer Corrêa. Na ocasião, desenvolveram-se recomendações relativas à diversidade sexual e de gênero para serem implementadas por instituições nacionais, organizações não governamentais, grupos midiáticos e pelo sistema de direitos humanos da ONU. Tais recomendações foram nomeadas como Princípios de Yogyakarta e são compostas por 29 princípios, além de recomendações adicionais. Apesar de não consistir em uma norma de direito internacional, esse documento se mostra extremamente importante para os direitos LGBTQ+ (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2007).

Perante o exposto, esta investigação parte do problema de pesquisa: quais as semelhanças e diferenças dos marcos jurídicos de proteção aos direitos LGBTQ+ no Brasil e México? Logo apresenta-se a hipótese geral de que, apesar de compartilharem fragilidades jurídico-institucionais na garantia dos direitos LGBTQ+, o México apresenta maior força normativa que o Brasil na proteção

dos direitos sexuais em virtude da omissão do Congresso Nacional do último país em legislar sobre os problemas públicos da população LGBT+.

A escolha por tais países se deu em virtude de os mesmos serem os de maior destaque econômico e demográfico na América Latina. Em 2021, o Brasil apresentou uma população de 214.326.223 pessoas, PIB de US\$ 1,61 trilhões e PIB *per capita* de US\$ 7.507,20. Por sua vez, o México consta, em 2021, de uma população de 126.705.138 pessoas, PIB no valor de US\$ 1,27 trilhões e PIB *per capita* de 10.045,70 (THE WORLD BANK, 2021b; 2021a). Perante o exposto, apesar de serem distintas em termos socioculturais e geográficos, tais nações compartilham a influência em relação aos demais países latino-americanos no que toca a dinâmicas regionais de teor político, econômico e sociocultural.

Objetiva-se comparar o desenvolvimento dos direitos LGBT+ entre o Brasil e o México a partir de documentos de organizações internacionais atuantes na defesa dos direitos humanos. Tal como se descreve na seção metodológica, para os fins pretendidos, esta pesquisa exploratória incorporou uma análise documental em acervos da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* (ILGA) e da Anistia Internacional. Os dados coletados foram sistematizados e analisados comparativamente, mediante técnicas de estatística descritiva e análise de conteúdo, sendo apresentados em gráficos e quadros.

Este estudo se justifica pela escassez de estudos comparativos sobre os direitos LGBT+ na América Latina e, sobretudo, em relação ao Brasil e México. Em uma consulta na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em 25 de abril de 2023, pelo termo de busca “direitos LGBT” e termos auxiliares “Brasil” e “México”, não se encontraram resultados. Ademais, o atual fenômeno de recrudescimento do conservadorismo na região e nos países analisados exige a realização de estudos que identificam as conquistas e retrocessos em torno dos direitos sexuais e reprodutivos.

2 METODOLOGIA

Este artigo é oriundo de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, que toma como objeto epistemológico os direitos LGBT+ no Brasil e no

México. Em relação ao método de coleta dos dados, empregou-se uma pesquisa documental. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), essa modalidade investigativa compreende documentos como produtos de ações de sujeitos situados historicamente. Isso conflui à visão de Spink (2013) de que os documentos reúnem ideias, argumentos, sentidos e propostas sociopolíticas que precisam ser contemplados em processos analíticos, contrapondo-se à noção de documentos enquanto registros imparciais sobre processos neutros.

Parcela dos dados foi coletada na base de dados da ILGA, a qual apresenta 20 categorias nas jurisdições pertinentes à área de marcos legais. Porém esta pesquisa adota 13 dessas categorias, tal como se visualizam no Quadro 1 da seção Resultados e discussão. A escolha por tais modalidades se deu pelo objetivo de identificar leis benéficas à população LGBTQ+, excluindo aquelas que criminalizam e perseguem esse grupo populacional. Os dados coletados foram fornecidos em inglês, mas traduzidos pelos autores para a língua portuguesa.

Ademais, os dados também foram apreendidos nos relatórios da Anistia Internacional pertinentes aos períodos de 2010, 2012, 2013, 2014–2015, 2015–2016, 2017–2018, 2019 e 2022–2023. Não se encontrou o relatório relativo ao ano de 2011. De todos os relatórios analisados, os dos anos 2012 e 2013 não apresentaram informações sobre os direitos LGBTQ+ no Brasil e México. Além disso, nos relatórios de 2010 e 2019 constam informações apenas sobre os direitos sexuais no México, ao passo que o relatório de 2014 a 2015 apenas trata dos direitos LGBTQ+ no Brasil. Assim, os informes de 2017 a 2018 e 2022 a 2023 são os únicos que apresentam dados sobre os direitos LGBTQ+ nos dois países em questão. Exceto o documento pertinente ao ano de 2019, todos os demais estão escritos em língua portuguesa. O relacionado ao ano de 2019 foi desenvolvido em língua espanhola pela organização internacional, mas foi traduzido pelos autores para o português.

Os dados discursivos advindos dos documentos da ILGA foram tratados com base em técnicas de estatística descritiva. Com efeito, realizou-se a identificação das frequências absoluta e percentual das variáveis qualitativas trabalhadas. Vale frisar que a escolha por esse método se justifica em virtude de a estatística descritiva não ser uma ciência exata e não contemplar condições inalteráveis e homogêneas no universo pesquisado, logo possibilita análises de fenômenos políticos mediante recursos como indicadores sociais (GOLDENBERG, 2004).

Já os dados coletados nos relatórios da Anistia Internacional foram tratados com base no método sociolinguístico da análise de conteúdo. Tal percurso metodológico tenciona o alcance de sentidos conferidos na locução de discursos nos atos de produções textuais. Diante disso, a análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos objetivos de pesquisas interpretativas sobre sentidos textuais (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005). Bardin (2002) elenca como fluxos metodológicos dessa técnica: pré-análise dos materiais textuais; leitura exploratória e categorização dos dados; bem como a análise e interpretação dos textos.

Os resultados desta investigação foram apresentados em formato de gráficos e quadros, além de serem discutidos mediante o diálogo das informações com textos legais das jurisdições estudadas, bibliografias pertinentes aos direitos fundamentais e direitos sexuais, além de reflexões sobre as conjunturas sociopolíticas dos contextos latino-americanos investigados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados e discutidos os dados advindos dos relatórios da ILGA e Anistia Internacional sobre os direitos LGBT+ no Brasil e México. As informações em português são expostas em quadros e gráficos. A discussão dos dados considera aportes teóricos jurídicos e sociopolíticos relacionados aos direitos LGBT+.

3.1 *Dados da ILGA*

O Quadro 1 apresenta a existência de previsão legal para os direitos categorizados pela ILGA. Conforme se visualiza, o Brasil figura como o país com maior número de previsões legais (frequência – f: 11) para as garantias pressupostas. Entretanto a diferença quantitativa em relação ao México (f: 10) é numericamente irrelevante, apresentando a diferença de apenas uma categoria. Isso exige uma análise relativa ao conteúdo dos marcos legais nas jurisdições estudadas.

QUADRO 1 Previsão legal dos direitos LGBTQ+ no Brasil e México

Categoria legal	Jurisdição	Previsão legal
Proteção constitucional contra discriminação	Brasil	Não
	México	Sim
Proteção contra a discriminação no fornecimento de bens e serviços	Brasil	Sim
	México	Sim
Proteção contra a discriminação na saúde	Brasil	Sim
	México	Sim
Proteção contra a discriminação na educação	Brasil	Sim
	México	Sim
Proteção contra a discriminação no trabalho	Brasil	Sim
	México	Sim
Proteção contra a discriminação na habitação	Brasil	Sim
	México	Sim
Lei de crimes de ódio	Brasil	Sim
	México	Não
Proibição de incitação à violência, ódio e discriminação	Brasil	Sim
	México	Sim
Regulamentação das terapias de conversão	Brasil	Sim
	México	Sim
Casamento e união civil entre pessoas do mesmo sexo	Brasil	Sim
	México	Sim
Adoção por casais do mesmo sexo	Brasil	Sim
	México	Não
Restrições a intervenções em menores intersexuais	Brasil	Não
	México	Sim
Reconhecimento legal de gênero	Brasil	Sim
	México	Não

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da ILGA (2023).

De forma distinta da realidade brasileira, o México possui em texto constitucional, de forma derivada, a previsão legal ao combate, pelo Estado, da discriminação.

minação em virtude da orientação sexual. Conforme o art. 1º da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, de 1917, modificado em 2011,

Queda prohibida toda discriminación motivada por origen étnico o nacional, *el género*, la edad, las discapacidades, la condición social, las condiciones de salud, la religión, las opiniones, *las preferencias sexuales*, el estado civil o cualquier otra que atente contra la dignidad humana y tenga por objeto anular o menoscabar los derechos y libertades de las personas (MÉXICO, 2011, p. 1–2).

A expressa proibição constitucional à discriminação em virtude de gênero e preferência sexual (sic) se configura como um importante avanço jurídico no México e na América Latina, pois, segundo a construção teórica da pirâmide de Hans Kelsen, as Constituições e emendas constitucionais consistem nas normas com maior força jurídica, estando abaixo apenas das normas fundamentais (NADER, 2023).

Conforme Robl Filho (2017), a Carta Magna mexicana de 1917 foi a primeira constituição social do mundo, detendo uma relevância histórica para o Brasil, inicialmente na Constituição de 1946 e posteriormente na Constituição de 1988. A Constituição mexicana de 1917 foi pioneira na qualificação dos direitos trabalhistas como direitos fundamentais, além de preconizar liberdades individuais e direitos políticos. Portanto a Constituição mexicana de 1917 serviu de embasamento para a edificação do Estado Social de Direito moderno e é vista como um modelo de proteção dos direitos sociais.

Ismael Pereira (2021) relembra que, no Brasil, o movimento homossexual brasileiro, por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, não conseguiu incluir na Constituição Federal de 1988 a discriminação por orientação sexual no rol das práticas a serem combatidas pelo Estado brasileiro. Assim, Carrara (2010) exclama que a ausência da inserção da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no texto constitucional originário evidencia o quão o contexto histórico desse período foi desfavorável às minorias sexuais e de gênero. Contudo a Carta Magna de 88, por sua correlação com o respeito aos direitos humanos, permitiu aos tribunais garantirem os direitos sexuais mediante os princípios constitucionais fundamentais.

Isso leva Vianna e Benítez (2016, p. 36) a afirmarem que

Resultado e ao mesmo tempo peça-chave do processo de redemocratização política, a Constituição de 1988 cristalizou a entrada da sexualidade e da reprodução como campos legítimos para exercício e disputa de direitos no Brasil.

Entretanto Aguião (2018) acentua que o fato de a Constituição Cidadã não abordar diretamente a discriminação por orientação sexual consiste em um dos percalços basilares para os avanços legislativos no campo dos direitos LGBTQ+.

Rego e Loureiro (2018) destacam que a Constituição Federal de 1988 é costumeiramente adjetivada como Constituição Cidadã por ter promovido amplos processos participativos e preconizado direitos sociais no seu texto final. Moraes (2022) aponta que a Carta Magna de 1988 estabelece no art. 3º, no cerne dos objetivos fundamentais da República, a promoção do bem de todos, sem preconceitos raciais, fenotípicos, etários etc. Porém não se preconiza a proteção contra a discriminação em virtude de orientação sexual e identidade de gênero. Ademais, a Constituição de 1988 se destaca por estabelecer direitos fundamentais de primeira geração (direitos individuais e políticos), segunda geração (direitos sociais) e terceira geração (direitos difusos) (MORAES, 2022).

Salienta-se que, no México, a Lei Federal para Prevenir e Eliminar a Discriminação, publicada em 11 de junho de 2003, consiste em um considerável avanço em diversas categorias legais no país. Essa lei tenciona prevenir e eliminar as formas de discriminação contra todas as pessoas humanas, bem como promover a igualdade de oportunidades, em confluência com o art. 1º da Constituição do país. Além do mais, o art. 2º, Cap. I, do texto legal prevê que

Corresponde al Estado promover las condiciones para que la libertad y la igualdad de las personas sean reales y efectivas. Los poderes públicos federales deberán eliminar aquellos obstáculos que limiten en los hechos su ejercicio e impidan el pleno desarrollo de las personas así como su efectiva participación en la vida política, económica, cultural y social del país y promoverán la participación de las autoridades de los demás órdenes de Gobierno y de los particulares en la eliminación de dichos obstáculos. (MÉXICO, 2003, p. 1).

Desse modo, a Lei Federal Para Prevenir e Eliminar a Discriminação contempla prerrogativas que se aplicam aos setores da saúde, educação, trabalho,

política, bens e serviços públicos e privados, justiça, comunicação e informação, religião, seguridade social, cultura, esporte e segurança (MÉXICO, 2003). Vale-se mencionar que o texto constitucional é a base desse marco legislativo mexicano.

No Brasil, em virtude da histórica omissão do Congresso Nacional em contemplar demandas e problemas públicos da população LGBTQ+ na agenda legislativa, destaca-se o ativismo jurídico para a garantia dos direitos LGBTQ+ (ISMAEL PEREIRA, 2021). Assim, no cerne do poder judiciário “[...] diversas decisões favoráveis concernentes à ‘população LGBTQ’ têm sido aprovadas” (AGUIÃO, 2018, p. 157).

É importante destacar a visão de Bonoto *et al.* (2020) sobre a contribuição da mídia, através de uma série de estratégias de atuação no uso de veículos midiáticos, para a inclusão e fortalecimento de conteúdos referentes a questões LGBTQ+, as quais amiúde são negligenciadas. As tecnologias da informação e comunicação se constituem espaços alternativos às mídias tradicionais e de mediações sociais e conflitos simbólicos, contribuindo para o acesso à informação e para a luta pelos direitos LGBTQ+ (MARTÍN-BARBERO, 2006). Dessa forma, através desses espaços midiáticos alternativos é possível trazer à agenda pública questões politicamente silenciadas, logo tornam-se também espaços de pressão em prol da constituição de políticas públicas LGBTQ+.

Em 2011 aconteceu no Brasil o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, culminando na equiparação entre as uniões estáveis homoafetivas em relação às heteroafetivas (BUZOLIN, 2022; VECCHIATTI, 2019). Para Rios (2022), essa foi a primeira e mais impactante decisão do STF em relação aos direitos sexuais no país.

Em 2019 ocorreu o julgamento pelo STF do Mandado de Injunção (MI) nº 4.733 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26, atendendo a antigas demandas LGBTQ+. Como resultado disso, enquadrou-se a homofobia e a transfobia como formas de racismo, logo estando enquadradas na tipologia penal preconcebida pela Lei nº 7.716, de 1989 (BUZOLIN, 2022). Esse fato jurisprudencial é visto como uma grande conquista para os direitos LGBTQ+ no país, pois, consoante Iotti, Pires e Carvalho (2022), essa decisão do STF concebe proteção a um grupo social (população LGBTQ+) historicamente alvo de discriminação e subalternização por ser dissociante da hegemonia

branca, cishétera, judaico-cristã e eurocêntrica, bem como as populações negra e indígena.

As pautas políticas pertinentes ao direito da família e criminalização da homofobia e transfobia são antigas nas agendas dos movimentos sociais e organizações LGBTQ+. Não obstante, Aguião (2018), ao entrevistar o ex-deputado federal Jean Wyllys (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), indicou a posição desse reconhecido ativista e político em favor do Projeto de Lei (PL) nº 122, que se volta à criminalização da homofobia, e o seu compromisso com o casamento civil igualitário enquanto forma de reconhecimento das pessoas LGBTQ+ como sujeitos de direitos perante o Estado.

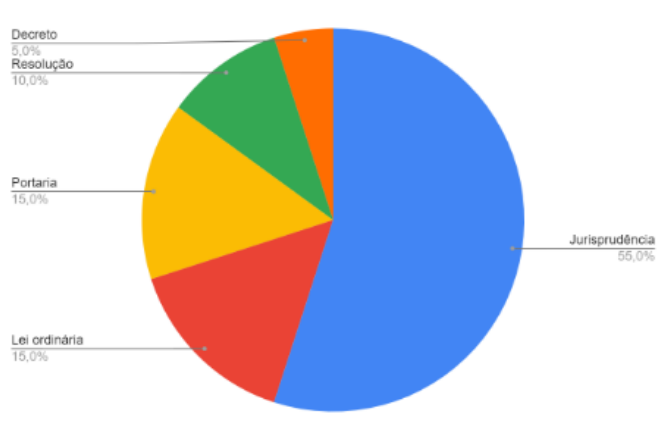
Essas pautas foram utilizadas exaustivamente pela mídia, a qual contribuiu de forma estratégica para estimular o debate sobre esses temas pela opinião pública. Nesse sentido, citam-se como estratégicas a presença de personagens LGBTQ+ em narrativas de telenovelas e filmes, reportagens sobre casos de crimes de ódio contra a população LGBTQ+, apoio público de celebridades, além de posicionamentos de ativistas e estudiosos(as) na internet e na televisão. Araújo (2013) reforça a importância da mídia como um agente importante e estratégico que cooperou para determinadas decisões e ações políticas e jurídicas sobre temas relacionados à população LGBTQ+.

Na América do Sul, conforme destaca Colling (2015), o casamento civil igualitário foi aprovado na Argentina em 2010, mesmo diante do conservadorismo cristão. Além desse caso latino-americano, Colling (2015) conclui que o casamento esteve em pautas políticas de movimentos LGBTQ+ em distintos contextos nacionais. Contudo Colling (2015) defende que o casamento não deveria ser a prioridade do movimento LGBTQ+, pois trata-se de uma instituição essencialmente heteropatriarcal. Em relação aos marcos legais voltados à criminalização da homofobia e transfobia, Colling (2013) acredita que, além de medidas institucionais calcadas em paradigmas penais, deve-se investir na formação e sensibilização de sujeitos por meio de produtos e ações culturais.

O Gráfico 1 apresenta a categorização normativa dos direitos LGBTQ+ no Brasil. Como se nota, a maior parte das normas se configura como jurisprudência, dotando o percentual de 55%. Em subsequência, encontram-se as leis ordinárias (15%) e portarias (15%). Enfim, as resoluções apresentam 10% dos marcos; já os decretos, 5%. Portanto, conforme a teoria da pirâmide de Kelsen, as leis ordinárias são superiores às portarias; já os decretos têm maior força

jurídica do que as portarias e resoluções (NADER, 2023). Assim, as portarias e resoluções totalizam 25% das normas, um percentual maior ao dos decretos, os quais são superiores juridicamente em relação às portarias e resoluções. Apesar disso, ganham destaque as leis ordinárias, as quais se mostram relevantes para a garantia dos direitos LGBT+ em virtude da sua força normativa.

GRÁFICO 1 Tipos de normas na análise dos direitos LGBT+ no Brasil



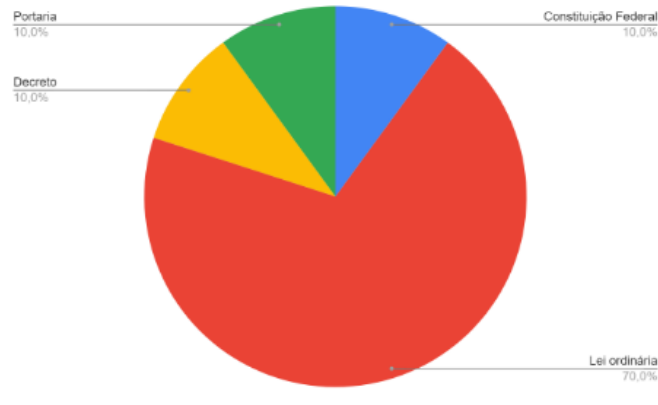
Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da ILGA (2023).

Sobre a experiência brasileira na garantia dos direitos LGBT+ por meio de políticas públicas, Mello, Brito e Maroja (2012) concluem que há uma prevalência de normas com pouca força normativa (decretos, portarias, resoluções, recomendações e instruções), culminando em dificuldades para a sua efetividade devido à ausência de uma ampla legislação. Essa lacuna possibilita distintas posturas subnacionais. Além desse problema, as políticas públicas LGBT+ no Brasil, conforme esses autores, são fragilizadas pela carência de previsão orçamentária, pessoal qualificado e participação popular, mesmo após o Programa Federal Brasil Sem Homofobia, o qual é visto como um divisor de águas para o campo (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012).

O Gráfico 2 apresenta a categorização normativa dos direitos LGBT+ no México. O valor majoritário das normas corresponde a leis ordinárias (70%). As demais categorias (Constituição Federal, Decreto e Portaria) têm o percentual de 10% cada. Apesar de deter apenas 10%, a presença de norma constitucional, a qual está no topo na pirâmide de Kelsen, abaixo apenas da norma fundamental (NADER, 2023), revela a força dos direitos LGBT+ no ordenamento

jurídico mexicano. Aliado a isso, o destaque majoritário das leis ordinárias reitera a força jurídica dos direitos LGBTQ+ no México, já que essa modalidade normativa é superior às portarias e decretos.

GRÁFICO 2 Tipos de normas na análise dos direitos LGBTQ+ no México



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da ILGA (2023).

Sánchez (2017) menciona uma conjuntura crítica para os direitos LGBTQ+ no México em virtude da atuação de grupos conservadores atuantes na contra-posição de garantias como as uniões entre casais homoafetivos em estados do país, além dos alarmantes casos de crimes de ódio por motivação homofóbica e transfóbica. Isso leva Sánchez (2017) a afirmar a necessidade de muitos avanços no campo dos direitos humanos desse grupo populacional, sobretudo nos setores da educação, cultura, segurança e assistência social. Nesse sentido, diversos coletivos politicamente organizados têm atuado no país mediante repertórios de ação assentes em litígios estratégicos, algo que tem influenciado diretamente o ativismo jurídico da Suprema Corte de Justiça da Nação em relação aos direitos LGBTQ+ (LÓPEZ, 2017).

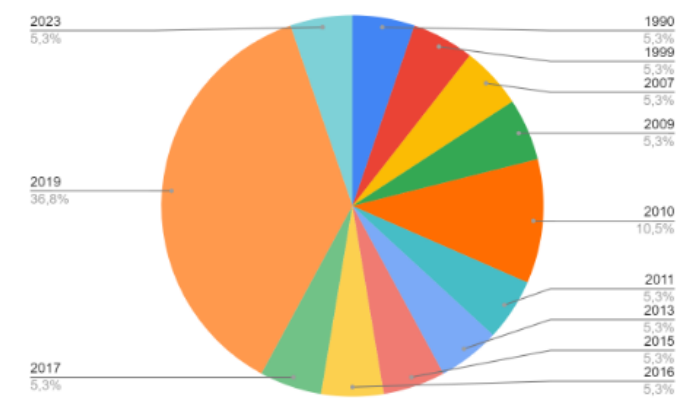
Apesar disso, López (2017) destaca que o México, junto à Argentina, Uruguai, Colômbia e Brasil, possui bom desenvolvimento em relação aos direitos LGBTQ+ na América Latina. Porém o país em voga apresenta níveis distintos de reconhecimento dos direitos LGBTQ+ em âmbitos subnacionais em decorrência da sua organização política como Estado federado, dotando autonomia aos governos e congressos dos 32 estados. Isso influencia nas resistências político-institucionais em relação aos direitos LGBTQ+ e faz com que haja distintos

níveis de positivação de garantias no território nacional. Tal fato leva López (2017, p. 70) a expressar que “[. . .] el reconocimiento formal de estos derechos es la excepción y no la regla que impera en todo el territorio nacional”.

López (2017) elaborou um indicador de reconhecimento dos direitos LGBT+ em nível subnacional no México, indicando que a Cidade do México (1º lugar), Coahuila (2º lugar), Campeche, Colima e Michoacán (3º lugar) são os estados com o melhor nível de reconhecimento dos direitos humanos da população em questão. Contudo o México possui uma média de 2.8 em nível nacional, a qual é baixa e expressa, segundo o pesquisador, que a formalização dos direitos LGBT+ é exceção e não regra no país.

O Gráfico 3 expõe a distribuição anual das sanções dos direitos LGBT+ no Brasil, os quais se distribuem entre 1990 e 2023. O ano de 2019 é o detentor da maior concentração percentual (36,8%), seguido de 2010, com 10,5%. Já os demais anos da análise apresentam o valor de 5,3% cada.

GRÁFICO 3 Anos das sanções dos direitos LGBT+ no Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da ILGA (2023).

O ano de 2019 no Brasil deu início ao governo Bolsonaro e, com ele, dificuldades político-institucionais para a garantia dos direitos sexuais. Pereira (2021) enfatiza que, durante o governo Bolsonaro, houve uma paulatina desinstitucionalização das políticas públicas LGBT+ existentes em nível federal, algo notório em ações como a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão no cerne da pasta educacional; acabamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos

LGBT; além da não realização da 4ª Conferência Nacional LGBTQ. Houve, também, interferência na proibição do uso de termos e representações ligadas à população LGBTQ+ em campanhas publicitárias e de divulgação de órgãos públicos federais.

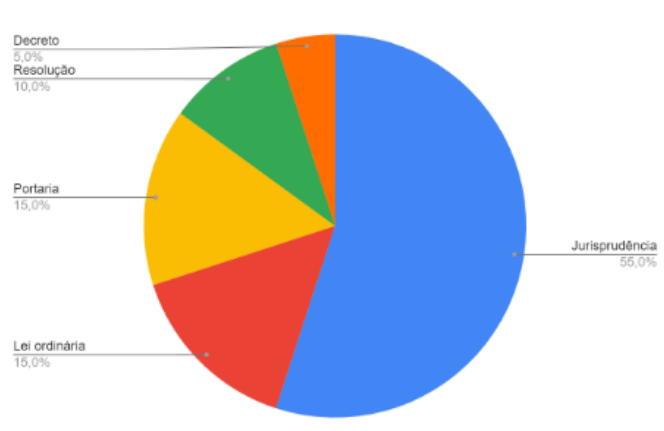
Por outro ângulo, em 2010 foram tomadas importantes medidas governamentais em relação aos direitos LGBTQ+ no Brasil. Nesse ano foi criado, por meio do decreto presidencial nº 7.388, de 9 de dezembro de 2010, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTQ (AGUIÃO, 2018; VIANNA; BENÍTEZ, 2016). Em 2010 também foi instituída a Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos LGBTQ (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012) e se realizou a primeira marcha nacional contra a homofobia, no Distrito Federal. Um ano antes desses fatos, em 2009, ocorreu uma importante movimentação para a garantia dos direitos LGBTQ+: o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de Pessoas LGBTQ (VIANNA; BENÍTEZ, 2016).

Entretanto o contexto político nacional desse período foi caracterizado pela abertura do governo Dilma a pautas conservadoras, sobretudo emanadas de grupos evangélicos e católicos. Isso se projetou na II Conferência GLBT (sic), quando ativistas participantes desse evento teceram sérias críticas à presidência da república. Irineu (2014) frisa que a ex-presidenta Dilma Rousseff vetou o kit pedagógico Brasil Sem Homofobia, posteriormente adjetivado pejorativamente como Kit Gay, por pressão de grupos conservadores. Isso denota o fato ora exposto. Esse neoconservadorismo na política nacional remonta ainda ao início dos anos 2000, quando frentes parlamentares intensificaram discursos conservadores em torno da família tradicional e contraposição ao aborto, articulações que posteriormente se aglutinaram em torno do sintagma ideologia de gênero (MIGUEL, 2021; VIANNA; BENÍTEZ, 2016).

O Gráfico 4 demonstra a subdivisão anual dos marcos investigados no México. Bem como se visualiza, metade das leis foi sancionada em 2003 (50%). Em seguida, o ano de 2022 consta com 20% e os anos de 2011, 2012 e 2021 com 10% cada.

O México viveu em 2003 um contexto de consolidação de um processo democrático iniciado em 1977 e alcançado em 2000 com a eleição de Vicente Fox à presidência e, conseqüentemente, finalização do período de 80 anos de um regime autoritário (VALENZUELA, 2016). Durante o governo de Vicente

GRÁFICO 4 Anos das sanções dos direitos LGBT+ no México



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da ILGA (2023).

Fox, o país foi marcado por uma política externa caracterizada pelo desejo de estreita relação internacional com os EUA, algo demarcadamente relacionado a acordos sobre políticas migratórias e combate ao tráfico de drogas, além de maior presença em eventos internacionais, corroborando o desejo do governo mexicano de ingressar no Conselho de Segurança das Nações Unidas (BARNARDI, 2009).

Ademais, o governo de Fox se caracterizou pela ruptura com a relação bilateral com Cuba, sobretudo a partir da X Cúpula Ibero-Americana, implicando a visão governamental em relação aos sistemas democráticos e direitos humanos. Vale-se ressaltar que o objetivo tocante à relação internacional com os EUA não logrou o êxito pretendido em virtude da tardia posição do México em relação à política antiterrorismo dos EUA, bem como a discordância do México sobre a invasão ao Iraque (BARNARDI, 2009). No que se refere aos direitos LGBT+ no país, o ano de 2003 ganha destaque pela aprovação da Lei Federal para Prevenir e Eliminar a Discriminação (MÉXICO, 2003).

Já no ano de 2022, após o período crítico da pandemia de Covid-19 e durante o governo social-democrata de Andrés Manuel López Obrador, o México alcançou um considerável avanço no que toca aos direitos LGBT+ no país. Nesse ano, o estado de Tamaulipas aprovou o casamento igualitário no cerne do seu Código Civil. Isso fez com que todos os distritos do país tenham o casamento homoafetivo legalizado (CNN BRASIL, 2022).

3.2 Dados da Anistia Internacional

O Quadro 2 apresenta os textos das seções relativas aos direitos LGBTQ+ no Brasil e México nos Informes Anuais da Anistia Internacional a partir de 2010. Os dois países possuem citações sobre os direitos LGBTQ+ nos relatórios de 2017–2018 e 2022–2023. O México possui sozinho citações nos relatórios de 2010 e 2019, ao passo que o Brasil detém citações exclusivas sobre os direitos LGBTQ+ no relatório de 2014–2015. Isto é, no recorte temporal estudado, os direitos LGBTQ+ no México constam em quatro relatórios; já os do Brasil aparecem em três.

QUADRO 2 Situação dos direitos LGBTQ+ segundo Informes da Anistia Internacional sobre o Brasil e México

País	Informe	Textos das seções
MX	2010	A Cidade do México aprovou uma legislação inovadora legalizando o <i>casamento entre pessoas do mesmo sexo</i> .
BR	2014–2015	Apesar da aprovação de uma lei que permite o <i>casamento entre pessoas do mesmo sexo</i> , lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) ainda eram discriminados e atacados.
BR	2017–2018	Segundo o Grupo Gay da Bahia, <i>277 pessoas LGBTI foram assassinadas</i> no Brasil entre 1º de janeiro e 20 de setembro, o maior número registrado desde que o grupo começou a compilar esses dados em 1980. Em 15 de fevereiro, Dandara dos Santos, uma mulher transgênero, foi espancada até a morte no bairro de Bom Jardim, em Fortaleza. De acordo com as investigações, pelo menos 12 pessoas participaram do homicídio. Durante o ano, dois homens foram presos por participação no crime. Em setembro, um juiz da Vara Federal do Distrito Federal autorizou que psicólogos aplicassem práticas antiéticas e prejudiciais, conhecidas como <i>terapias de conversão</i> , para tentar modificar a orientação sexual das pessoas. A decisão ignorou uma resolução do Conselho Federal de Psicologia confirmando que psicólogos não podem exercer qualquer atividade de patologização da homossexualidade. A decisão do juiz contribuiu para aumentar o estigma e a violência sofridos pela população LGBTI. Diversas propostas foram apresentadas nos níveis municipal, estadual e federal para <i>proibir que questões relativas a gênero e orientação sexual</i> fossem incluídas em materiais pedagógicos.

QUADRO 2 (CONT.) Situação dos direitos LGBT+ segundo Informes da Anistia Internacional sobre o Brasil e México

MX	2017–2018	<i>Casais do mesmo sexo podiam se casar</i> na Cidade do México e em 11 estados, sem necessidade de procedimentos judiciais. Nos estados em que as leis ou práticas administrativas não permitiam o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os casais tinham que ajuizar uma demanda constitucional (amparo) num tribunal federal para ter seu caso examinado e seus direitos reconhecidos. As decisões da Suprema Corte continuaram assegurando os direitos dos casais de mesmo sexo a se casar e a adotar, crianças sem sofrer discriminação com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero. Em março, a <i>Suprema Corte considerou inconstitucional</i> a Lei do Instituto de Previdência e Serviço Social dos Trabalhadores do Estado, que protegia somente os <i>direitos dos casais de sexo diferente</i> .
MX	2019	Os <i>casais de pessoas do mesmo sexo poderiam se casar</i> na cidade do México e em 18 estados. Nos estados em que a legislação e as práticas administrativas não permitem o casamento entre pessoas do mesmo sexo, esses casais teriam que recorrer judicialmente em tribunais federais para que se revisassem seus casos e se reconhecessem seus direitos. <i>O casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado por meio de mudanças legislativas</i> em Baja California Sur, Hidalgo, San Luís Potosí e Oaxaca, e por meio de ordens da Suprema Corte da Justiça da Nação dos Estados de Aguascalientes, Nuevo León e Sinaloa. Em abril, e novamente em julho, o Congresso de Yucatán rejeitou, por meio de uma votação secreta ilegal, uma reforma legislativa para permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em outubro, o Congresso de Puebla também rejeitou uma reforma legislativa. A partir de maio, por ordem da Secretaria de Relações Exteriores, os <i>casais do mesmo sexo poderiam se casar nos consulados e sedes diplomáticas</i> do México.
BR	2022–2023	Em janeiro de 2022, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) publicou dados mostrando que pelo menos 140 <i>pessoas transgênero foram mortas</i> em 2021, fazendo com que, pelo 13º ano consecutivo, o Brasil fosse o país com o <i>maior número de homicídios de pessoas trans no mundo</i> . Candidatos transgênero foram submetidos a <i>intimidações e ameaças durante o processo eleitoral</i> . Ainda assim, pela primeira vez na história do país, duas mulheres trans foram eleitas deputadas federais.
MX	2022–2023	Em outubro, <i>o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi legalizado</i> no estado de Tamaulipas, o que legalizou esse tipo de casamento em todos os 32 estados do México.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Anistia Internacional, 2023.

Os quatro relatórios analisados revelam nas seções pertinentes aos direitos LGBT+ que há uma paulatina garantia do casamento igualitário no México,

entre retrocessos e avanços envolvendo processos legislativos e decisões judiciais. Nota-se pouca pluralidade de temas e direitos, considerando-se a constante pauta do casamento homoafetivo. Entretanto, sobre esse Estado-nação, os conteúdos analisados majoritariamente tratam de conquistas institucionais.

Já em relação aos direitos LGBTQ+ no Brasil, percebe-se uma maior pluralidade de temas e direitos abordados. Assim um dos relatórios trata da questão do casamento homoafetivo, um fala das terapias de conversão, outro denuncia a proibição da educação sobre gênero e sexualidade em escolas, um trata de processos eleitorais e dois abordam a violência por motivação homofóbica e transfóbica. Apesar da diversidade de temas, a maioria dos elementos indicados consiste em problemas públicos, com destaque para a violência LGBTQ+fóbica, que aflige a população LGBTQ+ no país, não em conquistas de direitos.

O problema da violência contra a população LGBTQ+ é denunciado por organizações como o Grupo Gay da Bahia há décadas. Apesar disso, o Congresso Nacional do Brasil foi omissivo em tal realidade brutal, mesmo diante de pressões de movimentos sociais. Perante isso, a atuação do STF se mostrou salutar pela omissão legislativa, pois a população LGBTQ+ no Brasil, sobretudo pessoas transexuais e travestis, é alvo do que Butler (2018) nomeia como condições de precariedade, as quais são induzidas politicamente e expõem determinados grupos a maiores condições de danos e à morte pela fragilização das redes de apoio.

O casamento igualitário é o tema compartilhado nas seções dos relatórios sobre os dois países, apesar de ganhar maior força nos fragmentos sobre o México. Isso pode indicar uma tendência no campo dos direitos LGBTQ+ na América Latina. Não obstante, Colling (2015), ao pesquisar sobre movimentos LGBTQ+ na Argentina, Chile, Portugal e Espanha, conclui que o casamento homoafetivo é uma pauta recorrente e priorizada nas agendas dessas organizações políticas de orientação identitária.

Oliveira e Irineu (2023), ao pesquisarem sobre conjugalidade LGBTQ+ na América Latina, interpõem que o casamento igualitário deve ser visto como uma questão de cidadania homossexual e direitos humanos. Oliveira e Irineu (2023) apontam que no Brasil a primeira proposta legislativa sobre o tema remonta ao ano de 1995 (PL 1.151/95), contudo destaca-se no ano 2000 uma

Ação Civil Pública contra o Instituto Nacional de Seguridade Social que tentou a inclusão de companheiros(as) homoafetivos como dependentes preferenciais. Ambos os marcos antecedem a ADI 4.277, em 2011. Enfim, no Brasil, o casamento igualitário adveio de decisão do STF, não de marcos legislativos.

Ribeiro (2021) ressalta que, em 2016, o então presidente do México, Enrique Peña Nieto, encaminhou ao Congresso um PL voltado à legalização do casamento civil de casais homoafetivos. Contudo, em reação a essa proposta governamental, criou-se uma frente nacional de defesa da família, majoritariamente composta por grupos cristãos de orientação conservadora. As pressões realizadas pelas organizações envolvidas culminaram na rejeição da discussão do projeto pela Comissão de Assuntos Constitucionais. Não obstante, a garantia do casamento igualitário no México ocorreu paulatinamente nos níveis subnacionais, alcançando o status de lei em todos os estados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou comparar o desenvolvimento dos direitos sexuais nos contextos latino-americanos do Brasil e México. Para essa finalidade, analisaram-se acervos documentais das organizações ILGA e Anistia Internacional. Os dados foram tratados com base na estatística descritiva e análise de conteúdo. Já os resultados foram interpretados e dialogados à luz de textos legais e aportes bibliográficos nos campos dos direitos fundamentais e sexuais, bem como das conjunturas sociopolíticas dos contextos nacionais analisados.

Os dados da ILGA revelam que a proibição à discriminação por orientação sexual na Constituição mexicana embasou importantes marcos jurídicos, como a Lei Federal para Prevenir e Eliminar a Discriminação. Já, no Brasil, a literatura aponta que a inexistência da proibição dessa modalidade discriminatória na Constituição Federal de 1988 dificulta a institucionalização dos direitos LGBTQ+. Como resultado, o México apresenta normas com maior força normativa que o Brasil em relação aos direitos LGBTQ+. O país da América do Norte detém 70% de leis ordinárias, além de previsão constitucional sobre o tema. Já os direitos sexuais no Brasil são majoritariamente advindos de jurisprudências (55%).

Os dados da Anistia Internacional revelam a tendência pela pauta do casamento civil igualitário no âmago das demandas políticas LGBTQ+ nos dois

países, contudo isso ganha maior força no México. Em relação ao Brasil, destaca-se que os informes analisados revelam mais problemas públicos do que vitórias político-institucionais sobre os direitos sexuais.

Apesar dos dois países enfrentarem conjunturas políticas marcadas por ofensivas antigênero guiadas à fragilização e retrocessos em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, a literatura é enfática ao denunciar a histórica omissão do Congresso Nacional brasileiro no ato de legislar sobre os problemas públicos LGBTQ+. Isso fez com que o ativismo judicial fosse o caminho elementar à positivação de garantias fundamentais ao grupo em tela no país.

Portanto a hipótese deste trabalho foi confirmada porque os dados da ILGA e da Anistia Internacional, em conjunto com a literatura pertinente, revelam que o México, sobretudo pela previsão constitucional à proibição da discriminação em virtude da orientação sexual, possui normas com grande força jurídica em relação aos direitos LGBTQ+. No caso do Brasil, a omissão legislativa em relação aos direitos LGBTQ+ levou o STF a protagonizar a proteção aos direitos sexuais.

Concebe-se para pesquisas futuras análises documentais comparativas em relação aos direitos LGBTQ+ na América do Sul, fazendo-se uso dos acervos da ILGA e da Anistia Internacional, mas também de materiais jornalísticos produzidos na região. Isso poderá proporcionar informações robustas, com potencial para a geração de indicadores sociais, em relação às atuações dos Estados na proteção dos direitos sexuais, considerando-se as graves e constantes violações à dignidade humana da população LGBTQ+ nesse território do Sul Global.

5 REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Sílvia. *Fazer-se no “Estado”*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). Princípios de Yogyakarta. *Principios de Yogyakarta*: principios sobre la aplicación de la legislación internacional de derechos

humanos en relación con la orientación sexual y la identidad de género. In: Brasília: ACNUR, 2007. Disponível em: <<https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=48244e9f2>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ARAUJO, Gilvan Ferreira. O papel estratégico da mídia na formação da opinião pública: o caso de aprovação da “união civil homoafetiva” no Brasil. In: CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, 5., 2013, Curitiba-PR. *Anais Compolítica*. Rio de Janeiro-RJ: Compolítica, 2013.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BERNARDI, Bruno Boti. *O processo de democratização e a política externa mexicana de direitos humanos: uma análise ao longo de duas décadas (1988–2006)*. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONOTO, Carolina; BRIGNOL, Liliane Dutra. “É de confiar desconfiando”: tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 116–130, abr./jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUZOLIN, Livia Gonçalves. Pluralismo político: o Poder Judiciário e os direitos LGBT. *Revista Direito GV*, São Paulo-SP, v. 18, 2022.

CARDINALI, Daniel Carvalho. Direitos LGBT e cortes constitucionais latino-americanas: uma análise da jurisprudência da Colômbia, Peru, Chile

- e Brasil. *RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, Rio de Janeiro-RJ, n. 31, p. 25–68, 2017.
- CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal-RN, v. 4, n. 05, 2010.
- CNN BRASIL. CASAMENTO homossexual se torna legal em todos os distritos do México. Brasília: CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/casamento-homossexual-se-torna-legal-em-todos-os-distritos-do-mexico/>. Acesso em: 20 de abr. 2023.
- COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero—Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. *Contemporânea—Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos-SP, v. 3, n. 2, p. 405, 2013.
- COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- FASSIN, Éric; DUARTE, Marina Duarte; PAZ, Diego. Campanhas antigênero, populismo e neoliberalismo na Europa e na América Latina. *CADERNOS de Gênero e Diversidade*, Salvador-BA, v. 7, n. 1, p. 22–32, 2021.
- FERREIRA, Breno de Oliveira; NASCIMENTO, Marcos. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro-RJ, v. 27, p. 3825–3834, 2022.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Televisão & Educação: fruir e pensar a TV*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GOLDENBERG, Mirían. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro-RJ: Record, 2004.
- IOTTI, Paulo; PIRES, Luanda Morais; CARVALHO, Lazara Cristina do Nascimento de. Homotransfobia como crime de racismo. Fundamentos do STF e algumas orientações. In: COUTINHO, Gustavo Miranda;

- LARR, Symmy. *Relatório de políticas públicas: impactos da criminalização da violência contra LGBTI+ nas políticas de segurança pública*. 1. ed. São Paulo: ABGLT, 2022.
- IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, Rio de Janeiro-RJ, v. 12, n. 34, 2014.
- IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade. Direitos LGBTI+ no Brasil e na Colômbia: notas sobre familismo na disputa do ordenamento jurídico. *In*: KURLE, Adriano Bueno; OLIVEIRA, Geruza Silva de; SILVA, Vieira Marluce Souza e. *Humanidades em tempos de trabalho remoto: Estado, Política e Direitos*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix. p. 199–220, 2021a.
- IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade. Proteção social e população LGBTI na América Latina: uma análise crítica das experiências do Brasil e do Uruguai. *Humanidades & Inovação*, Palmas-TO, v. 8, n. 39, p. 32–44, 2021b.
- ISMAEL PEREIRA, Luiz. Participação e direitos de sexualidade no Brasil: 10 anos de luta nos Tribunais... e ainda muitos à frente. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, Cuiabá-MG, v. 4, n. 14, p. 264–283, 2021.
- LEITE, Maria Laís dos Santos; TORRES, Geovane Gesteira Sales. Uma análise discursiva da legislação municipal de Juazeiro do Norte-CE sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. *Revista Ágora*, Vitória-ES, v. 33, n. 2, 2022.
- LÓPEZ, Jairo Antonio. Los derechos LGBT en México: acción colectiva a nivel subnacional. *European Review of Latin American and Caribbean Studies/Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, Amsterdam, n. 104, p. 69–88, 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

- MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, v. 26, 2018.
- MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* Transversalidade de gênero em políticas públicas no Rio Grande do Norte (2003–2021). *Revista de Administração Pública*, São Paulo-SP, v. 56, p. 373–392, 2022.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *In: MORAES, Denis (org.). Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, p. 403–429, 2012.
- MÉXICO. [Constitución (1917)]. *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*. Ciudad de México: Presidencia de la República, [2011]. Disponível em: <https://observatoriolegislativocele.com/pt/Constituição-Política-dos-Estados-Unidos-Mexicanos/>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- MÉXICO. *Ley federal para prevenir y eliminar la discriminación, de 11 de junio de 2003*. Se expide la ley federal para prevenir y eliminar la discriminación. Ciudad de México: Diario Oficial de la Federación, 2003.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e práxis*, Rio de Janeiro-RJ, v. 7, n. 15, p. 590–621, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, n. 62, 2021.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 38. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
- NADER, Paulo. *Introdução ao estudo do Direito*. 45. ed. São Paulo: Editora Forense, 2023.

- OLIVEIRA, Brendhon Andrade; IRINEU, Bruna Andrade. Estudos sobre a conjugalidade LGBTI na América Latina: um comparativo entre o Brasil e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. *Diálogos Interdisciplinares*, Campo Grande-MS, v. 12, n. 1, p. 189–207, 2023.
- PEREIRA, Cleyton Feitosa. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba-PR, v. 14, n. 43, p. 74–89, 2021.
- REGO, Walquiria Leão; LOUREIRO, Maria Rita. CF 30 anos: significado histórico e sentido político. In: CARDOSO JR, José Celso; FERREIRA, Helder; LASSANCE, Antônio; NOGUEIRA, Roberto (org.). *30 anos da Constituição Federal Brasileira: notas para um obituário precoce (1988/2018)*. Brasília-DF: Associação dos Funcionários do IPEA, 2018.
- RIBEIRO, Edméia A. Gênero, discriminação e diversidade sexual em perspectiva política no México (2012–2018). *Revista Eletrônica da ANPH-LAC*, São Paulo-SP, v. 21, n. 31, p. 475–504, 2021.
- RIOS, Roger Raupp. Proteção de direitos LGBTQIA+ no Direito brasileiro: momentos e descompassos jurídicos e políticos. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba-PR, v. 9, p. 659–680, 2022.
- ROBL FILHO, Ilton Norberto. Constituição mexicana de 1917 e os avanços dos direitos sociais no Brasil. *Cuestiones constitucionales*, Ciudad de México, p. 361–363, 2017.
- ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro-RJ, v. 7, n. 2, p. 305–322, 2005.
- SÁNCHEZ, Jorge Alberto Chávez. La construcción de las políticas públicas LGBT y su aproximación al estado de Bienestar Social. *Ixaya: Revista Universitaria de Desarrollo Social*, Guadalajara, México, n. 13, p. 144–158, 2017.

- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande-RS, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2009.
- SPINK, Peter Kevin. Análise de Documentos de Domínio Público. In: SPINK, Mary Jane. (org.). *Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.
- THE WORLD BANK. *The World Bank – Data*, 2021a. México. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/mexico>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- THE WORLD BANK. *The World Bank – Data*, 2021b. Brasil. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/brazil>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- VALENZUELA, Rubén Aguilar. A democracia no México. *Revista USP*, São Paulo-SP, n. 109, p. 87–94, 2016.
- VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. A Constituição de 1988 e a evolução dos direitos da população LGBTQI+. *Revista de Direito da Faculdade Guanambi*, Guanambi-BA, v. 6, n. 01, p. e247-e247, 2019.
- VIANNA, Adriana; BENÍTEZ, Maria Elvira. Gênero e sexualidade: estamos no canto do ringue?. *Cadernos de Campo (São Paulo 1991)*, v. 25, n. 25, p. 36–41, 2016.

Resenha/Recensão

CONNELL, RAEWYN. *GÊNERO EM TERMOS REAIS*. 1ª ED. SÃO PAULO: NVERSOS, 2016.

Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo (marcospaulomagalhaes25@gmail.com)¹

Carlito Lins de Almeida Filho (ito.taichou@gmail.com)²

A

primeira vista, o sumário de “Gênero em termos reais” pode causar na pessoa em que fizer a leitura a sensação de o livro ser um compilado de capítulos com temáticas em comum. Essa percepção não perdura, ainda no início das páginas do livro. A forma como Raewyn Connell costura o sequenciamento dos capítulos demonstra uma conexão fluida, que instiga e provoca quem se aventura pela obra. O conteúdo do livro é dividido em três partes: Parte I: Dinâmicas do Gênero; Parte II: Homens e Masculinidades; Parte III: Mulheres Transexuais. Cada uma dessas partes, por sua vez, é composta por capítulos com diferentes temas.

Antes de explorar o conteúdo do livro em si, faz-se necessário apontar duas características que fazem toda a diferença na leitura do livro. A primeira, de natureza mais explícita, são as notas sobre a tradução da obra¹. Tais notas relatam, de forma concisa e explicativa, as escolhas feitas no decorrer da tradução. Há uma espécie de pequeno glossário explicativo sobre as expressões verbais na língua inglesa empregadas no processo de generificação das pessoas. Assim quem lê o livro consegue acessar, de forma didática e aprofundada, o conteúdo da obra, mas também a razão das escolhas no decorrer da tradução.

A segunda característica, por sua vez, é relativamente mais implícita e se refere ao próprio curso de vida da autora. Destaca-se que essa característica é implícita, porque a autora fala brevemente sobre a sua posição enquanto uma mulher transsexual e acadêmica oriunda de uma universidade da Austrália. Todavia o acesso mais aprofundado de alguns de seus traços biográficos permite uma melhor compreensão de sua obra e construção de conexões com o contexto

¹ O livro foi traduzido por Marília Moschkovich, atualmente professora do departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

¹ Licenciado em Ciências Sociais e mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP).

² Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

social brasileiro e do sul global como um todo². Raewyn Connell é socióloga e professora emérita da Universidade de Sydney. Ela é nascida em Melbourne, na Austrália, de uma família de origem branca anglo-saxã³.

A produção acadêmica de Raewyn Connell é vasta, perpassando temáticas como os estudos de gênero, sociologia do conhecimento, educação, dentre outros. Segundo a própria autora, ser uma pesquisadora australiana é algo que produz grande impacto na sua produção acadêmica⁴. Assim como o Brasil, a Austrália é um país com profundas raízes coloniais e forjado através da violência e da exploração ambiental. Notadamente, as práticas violentas eram perpetradas principalmente sobre os corpos de povos originários, mulheres e de trabalhadores de forma geral. Assim como o Brasil, a Austrália tem uma economia voltada para a exploração de recursos minerais e da produção agropecuária. Contudo, diferente do Brasil, trata-se de um país rico e com indicadores sociais e econômicos próximos ao de países desenvolvidos do norte global. Ter em mente a posição de Connell enquanto uma intelectual australiana é de suma importância para o entendimento de sua obra.

Em “Gênero em termos reais”, a proposta da autora é debater os estudos de gênero para além de uma concepção abstrata ou essencialista. A obra explora como as pessoas corporificam os signos delineadores do processo de generificação ao qual estamos todos expostos. Na primeira parte de seu livro, faz uma análise, a partir da sociologia do conhecimento, de como se dá a circulação da produção de saberes acadêmicos acerca dos estudos de gênero. Na sequência, demonstra a existência de uma “colonialidade do gênero”, em que pesquisadoras oriundas de países do norte global ditam a produção intelectual nos estudos de gênero de forma generalizada. Há um questionamento que

² O uso das expressões “norte global” e “sul global” são constantemente empregadas nas obras de Connell. A grosso modo, os países do norte global são aqueles tidos como desenvolvidos, localizados na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e na Europa Ocidental (Reino Unido, França e dentre outros). Os países do sul global, por sua vez, são aqueles pertencentes à periferia do sistema capitalista. Trata-se de países da América Latina, África e parte do continente asiático.

³ Maiores informações acerca da biografia da autora estão disponíveis em seu site pessoal: <http://www.raewynconnell.net/>.

⁴ Raewyn Connell já esteve em eventos acadêmicos brasileiros por algumas vezes. Em uma de suas visitas, esteve presente no 35º Encontro Anual da ANPOCS. Na ocasião, ela cedeu uma entrevista para as pesquisadoras Miriam Adelman e Carmen Rial (2013). A referência completa da entrevista publicada no periódico “Estudos Feministas” se encontra no final desta resenha.

indaga o porquê dessas teóricas feministas e/ou dos estudos de gênero serem mais influentes no debate. De uma forma assertiva e concreta, e sem parecer idealista, a autora aponta como as intelectuais do norte global exportam marcos teóricos para outras localidades de forma pouco cuidadosa, especialmente considerando que os países do norte global representam uma pequena parcela da população mundial. Não obstante, Raewyn Connell destaca algumas contribuições substanciais para o debate dos estudos de gênero e feminismos dos países ditos periféricos. Ela destaca autoras como Heleieth Saffioti (Brasil), Marta Lamas (México), Julieta Kirkwood (Chile), Susie Tharu e Tejaswini Niranjana (Índia), dentre outras.

A autora destaca como é necessário refletir sobre o sul global com todas as suas nuances a partir de uma ótica de gênero. Os países que passaram por processos de colonização foram submetidos a toda uma sorte de violências para que o regime colonial pudesse se perpetuar. O caráter generificado da colonização é expresso pelo fomento de uma masculinidade hegemônica truculenta e embrutecida, seja para estimular as incursões militares e/ou exploratórias para a dominação laboral de pessoas não brancas. O ímpeto colonial também é cristalizado por meio de violências de gênero, notadamente o estupro.

Em seu esforço de delinear os contornos dessa “colonialidade do gênero”, Connell não fica refém da dicotomia entre indivíduo e sociedade. Ela é crítica da ideia de que a colonização foi uma imposição pura e simplificada do colonizador diante das pessoas. Para a escritora, as pessoas possuem agência e sempre pensam em formas de resistência e subversão das normas. Não obstante, privilegia uma perspectiva relacional dos estudos de gênero. Assim gênero é um padrão, uma forma na qual as relações sociais entre as pessoas são produzidas. Ao incorporar uma perspectiva relacional de gênero, Connell argumenta que as pessoas fazem e corporificam socialmente seu próprio gênero, mas não de forma livre. Os signos generificados que as pessoas escolhem corporificar socialmente estão subordinados a uma ordem de gênero que é estrutural. Algumas pessoas tomam pra si os signos que a ordem de gênero espera que seja corporificado, outros subvertem a norma. Outro ponto é que essa estrutura social que produz a ordem de gênero hegemônica também é produzida pelas pessoas.

É a perspectiva relacional de gênero que permite romper com a dicotomia indivíduo e sociedade, pois, a partir de estudos empíricos, a autora demonstra

como as pessoas transformam e/ou reatualizam a ordem de gênero vigente. Por isso Connell propõe pensar a corporificação do gênero não apenas em uma escala local, mas também em uma escala global. Em seu livro, demonstra essa corporificação global por meio de um estudo realizado entre funcionários da administração pública australiana em Sydney.

Connell argumenta como esses órgãos foram pressionados a repensar as suas práticas laborais e a combater as discriminações de gênero em um ambiente corporativo. A autora conduziu uma série de entrevistas com homens e mulheres que atuavam na gestão pública. Os homens advogavam que o machismo e as violências de gênero no ambiente corporativo eram praticamente inexistentes. As mulheres, por sua vez, denunciavam práticas sexistas em seu cotidiano, mesmo reconhecendo haver uma melhora e atenuação das desigualdades de gênero na administração pública em comparação com décadas anteriores. O argumento da autora é que o Estado australiano almeja produzir uma “neutralidade” de gênero. Desse modo, independente do gênero, homens e mulheres possuíam as mesmas chances de ascensão laboral. Nesse entendimento, essa construção de um ambiente de trabalho “neutro” em gênero é a única forma possível de conciliar uma ideologia neoliberal com os princípios da igualdade de gênero. O curioso é que, apesar de o corpo de gestores produzir uma ordem de gênero “neutra” na administração pública australiana, os homens ainda se sentiam ameaçados ou incomodados com a presença feminina, principalmente quando elas chegavam aos cargos de chefia. Essa percepção masculina que aparece nas páginas finais da primeira parte acaba sendo um gancho para a discussão que essa cientista social se debruça posteriormente.

Na segunda parte do livro, o debate gira em torno do tema das masculinidades e inicia-se apontando a desproporção da participação de homens enquanto sujeitos de pesquisa nos estudos de gênero e feministas⁵. Isso fez com que, por vezes, falar de gênero fosse o mesmo que falar de mulheres. O livro propõe uma indagação junto com os leitores, questionando se os homens estarão dispostos a abrir mão dos dividendos advindos de um regime de gênero que privilegia o masculino.

⁵ A presença dos homens nos estudos de gênero e em movimentos sociais feministas permanece sendo um tema espinhoso. Para uma discussão sobre homens e masculinidades nos estudos feministas e de gênero, ver Karen Giffin (2005).

A autora segue propondo que uma ambivalência na ordem de gênero vigente que privilegia os homens também os penaliza. Para ilustrar isso, lança mão do conceito de masculinidade hegemônica. Nesse plano, argumenta a existência de várias formas de ser masculino, em que um modelo de masculinidade hegemônica subordina os outros padrões existentes. Posto isso, inicia seu olhar empírico sobre a masculinidade hegemônica e executiva. Afinal a maioria das pessoas que chefiam os altos escalões do capital financeiro são homens brancos. Desvendar como opera essa masculinidade é desvendar alguns aspectos da ordem de gênero no contexto do modo de produção capitalista em um contexto de globalização e neoliberal.

A obra costura essas formas de ser masculino que estão inseridas em uma geometria fractal produzida pela ideologia neoliberal. Assim, o ideário de competitividade é perfilado não apenas entre a elite financeira formada majoritariamente por homens brancos, mas também, nos trabalhadores e operários de forma geral. Connell relata como, por vezes, os homens não conseguem conciliar a carreira e a vida familiar. Claro que tal dificuldade de conciliação é operacionalizada de forma diferente em comparação com as mulheres. A grande maioria dos homens que atuavam no mundo corporativo tinham de abrir mão do convívio com as esposas e filhos para se doarem totalmente à carreira. Em menor quantidade, alguns rapazes escolhiam investir em mais tempo convivendo com a família, o que era um impeditivo para obterem progressos em suas carreiras.

Essa é apenas uma faceta da forma como uma ordem de gênero patriarcal e profundamente machista atinge os homens. O modo como os homens são socializados quando crianças também é repleto de violências. A autora destaca alguns exemplos no âmbito educacional: a) meninos que não respondem ao ideário de virilidade da masculinidade hegemônica são perseguidos e violentados no espaço escolar; b) filhos de colonos europeus na África do Sul que são ensinados desde a infância a cultivarem uma masculinidade violenta e agressiva; c) os maiores índices de mortalidade e encarceramento de rapazes jovens e adultos desfavorecidos economicamente ou racializados; d) o isolamento emocional experienciado pelos jovens oriundos das classes mais abastadas.

É preciso ressaltar que Connell é bastante cuidadosa ao promover o debate sobre masculinidades. Em nenhum momento ela apregoa que a ordem de gênero violenta os corpos de homens e mulheres com a mesma intensidade. Afinal,

ainda no início de sua discussão sobre masculinidades, questiona se os homens estão dispostos a abrir mão dos benefícios de uma estrutura patriarcal. O próprio conceito de masculinidade hegemônica demonstra a não fixidez dos arranjos de gênero, examinando as ambivalências e disparidades existentes a partir de outros marcadores sociais da diferença.

Na terceira parte, o livro enfoca nos estudos sobre transexualidade. Nesse ponto, relata que não se trata de um estudo autobiográfico, afinal a escritora também é uma mulher transexual. Nessa parte, faz análise do relato de vida de uma mulher transsexual chamada Robyn, que ela entrevistou no final da década de 1980. A escrita novamente é cuidadosa e explícita que a própria interlocutora fez uma série de interpretações referentes ao seu processo de transição e que, em nenhum momento, Connell pretende falar por sua interlocutora. Mesmo não sendo um estudo autobiográfico, a própria autora relata ter sido uma entrevista muito complicada de se fazer, pois, nos anos 1980, ela já tinha consciência ou o desejo de ser uma mulher transexual, todavia ela só viria a realizar a transição em 2006⁶. Não é o escopo dessa resenha apresentar em detalhes o relato de Robyn, mas sim destacar alguns pontos para explicar o desencadeamento lógico exposto por Connell.

A interlocutora dessa entrevista relata detalhes da sua vida da infância até o momento da transição. A partir desse relato, o leitor consegue vislumbrar de forma concreta as desigualdades de gênero experienciadas pela interlocutora de Connell. Antes da transição, sua interlocutora era um homem branco e filho de imigrantes do leste europeu. Como muitas pessoas na Austrália que cresceram durante a grande depressão, ela teve de deixar os estudos para trabalhar. Em sua trajetória antes da transição, Robyn conseguiu alcançar o ideário de masculinidade hegemônica esperado para os homens de sua geração. Obteve melhores cargos no trabalho, casou-se e teve dois filhos. No entanto a empresa de Robyn a demitiu por não ter um diploma superior. Um divórcio e a partilha de bens em subsequência fizeram com que o padrão de vida de Robyn decaísse.

Foi somente após o divórcio que Robyn iniciou a transição. Com as economias, ela passou a conduzir o próprio negócio como taxista. Robyn relata que, no decorrer do processo, ela descobriu que ser mulher é conexo com custos

⁶ Raewyn Connell fala com mais detalhes sobre o seu processo de transição na entrevista publicada no periódico “Estudos Feministas” em 2013 (ADELMAN; RIAL, 2013).

financeiros e sociais. Ela relata o quanto gastava com roupas e maquiagens, pois gostava de ostentar uma feminilidade exacerbada e exigia que as pessoas a reconhecessem como mulher. Não obstante, Robyn experienciou violências que antes nunca havia passado, como tentativas de violência sexual.

A autora também expõe os tensionamentos existentes dos saberes feministas e psiquiátricos para com mulheres transexuais. Afinal boa parte dos psiquiatras e psicólogos clínicos que detêm a primazia desse saber são guiados por um repertório cultural que estigmatiza e/ou atribui um caráter patológico para com as mulheres transexuais.

No que se refere ao movimento feminista, Connell aborda as ambivalências e os múltiplos posicionamentos existentes no interior das correntes teóricas feministas. Não foi algo incomum que expoentes do movimento feminista no norte global lançassem ataques ferozes contra mulheres transexuais. Destarte, tal postura belicosa não era uníssona, e segmentos do movimento feminista encabeçados por mulheres cisgênero também acolhiam e lutavam ao lado de mulheres transexuais.

A obra também destaca como o movimento feminista obteve ganhos com a produção acadêmica acerca da transexualidade feminina. Implica dizer que muitos estudos de gênero sobre transexualidade feminina iluminaram os processos de corporificação social do gênero que atinge o corpo das pessoas, sejam pessoas cisgênero ou transgênero, diga-se de passagem. Por fim, é preciso evidenciar a crítica de Connell sobre as apropriações indevidas de acadêmicas dos estudos de gênero do norte global frente aos contextos culturais do sul global. Era comum que as pesquisas fizessem ligações entre o terceiro gênero existente em outras cosmologias com a transexualidade presente em contextos com forte influência de uma gramática cultural de matriz europeia. Essas apropriações, muito provavelmente, ignoravam como se dava a produção das relações de gênero em outros contextos cosmológicos.

“Gênero em termos reais” possui um mérito que é raro de se ver nas publicações acadêmicas. O livro consegue ser de fácil compreensão para os leitores iniciantes nos estudos de gênero, ao passo que é denso e explora problemáticas dos estudos de gênero interconexas. Não se trata de um manual com a pretensão de introduzir no leitor todas as facetas dos estudos de gênero contemporâneos, até porque algumas temáticas contemporâneas dos estudos de

gênero não se encontram presentes no livro. Todavia o nível de profundidade das discussões que a autora emprega é impecável e mais frutífera aos leitores.

É preciso destacar o caráter interdisciplinar da obra de Connell. Claro, ainda se trata de um livro de sociologia. No entanto a autora faz uso de estudos etnográficos e de observações de campo, bem como de estudos em contextos macrossociológicos. Assim “Gênero em termos reais” oferece ferramentas para estudantes e pesquisadores das três áreas irmãs das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). O cuidado da autora em balizar os estudos de gênero a partir de uma sociedade forjada pela colonização, levando em conta as nuances que diferenciam a Austrália frente aos países do sul global também é admirável.

Quaisquer pessoas que tenham militância política e/ou realizem pesquisas acerca das questões de gênero ganham muito com as ferramentas teóricas e, em menor grau, metodológicas existentes no livro. Parafraseando o próprio título da obra de Raewyn Connell, as pessoas poderão olhar e refletir sobre as relações de gênero de maneira concreta e ampla, em termos reais.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam; RIAL, Carmen. Uma trajetória pessoal e acadêmica: entrevista com Raewyn Connell. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, v. 21, n. 1, p. 211-231, 2013.
- GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro-RJ, v. 10, p. 47-57, 2005.

BONI, LIVIO; MENDELSON, SOPHIE. *LA VIE PSYCHIQUE DU RACISME: L'EMPIRE DU DÉMENTI*. PARIS: LA DECOUVERT, 2021.

Luiz Paulo Ribeiro (luizribeiro@live.com)¹

Carolina Costa Resende (carolinaresende.psi@gmail.com)²

Jesus Alexandre Monteiro (jesus.alexandre@ymail.com)³

La *vie psychique du racisme: l'empire du démenti*, publicado em 2021, pela Éditions La Découverte, França, é o trabalho mais recente de Livio Boni e Sophie Mendelsohn. Boni é diretor de programas no Collège de France e Mendelsohn é psicanalista idealizadora do coletivo Pantin. A presente resenha aborda os efeitos da provação de discriminação no curso da vida de pessoas negras e destaca a importância das ações afirmativas diante do “império da negação”.

Para os autores, o racismo não foi esquecido, porém tem se tornado invisível, ao mesmo tempo em que é reconstruído e reabilitado por ambas as partes envolvidas: colonizadores e colonizados. Eles partem de uma premissa muito cara à educação: negar o impacto da raça nos destinos sociais constitui-se como uma forma de desprezo social, que vai do estigma à discriminação e à violência, deixando marcas indelévels sobre as subjetividades.

Boni e Mendelsohn fazem uma releitura da história da colonização francesa baseada na produção teórica psicanalítica francesa com as temáticas do racismo. Embora a psicanálise desenvolvida na França tenha se esquivado da temática do racismo na sua origem, essa questão é entendida como um lugar de primazia para compreender o colonialismo e o imperialismo que permeiam o modelo racista de produção e de interpretação do conhecimento. O embasamento teórico principal vem das obras do também psicanalista francês Octave Mannoni (1899–1989), contrastadas com a obra de Franz Fanon.

O racismo no inconsciente pós-colonial é retratado em questões transfereciais coletivas, que corroboram tanto o complexo de inferioridade quanto o

¹ Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, psicólogo, doutor em Educação.

² Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), psicóloga, doutora em Psicologia.

³ Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais e da Unincor, psicólogo, doutor em Psicologia.

complexo de dependência. Robinson Crusó é tomado como protótipo antropológico do homem colonial: um náufrago, sozinho no mundo, que encontra o Outro “selvagem”, capaz de reafirmar sua solidão e, ao mesmo tempo, remediá-la. O racismo aparece como argumento (justificativa e sintoma) precário da angústia branco-europeia de manter o *status quo* dualista social, negando/permitindo a violência e a exploração. Assim a benevolência ressalta a face subjetiva da inferiorização, pois o colonizador gera uma superioridade presumida, cuja dimensão libidinal coloca-se em um esquema racial que organiza posições sociais desde a era colonial, com atravessamento inclusive de gênero. Embora o espaço colonial seja compreendido como um espaço masculino, o papel da mulher branca não é de colocar entraves para o gozo do homem colonial, mas sim de o sustentar e encorajar.

O que é necessário fazer para deixar de ser vetor das lógicas coloniais? A descolonização do ser! Esta passa por ações afirmativas quando é percebido o poder comum de se afirmar como negro. A travessia entre a queixa e a experiência de se reconhecer negro é permeada por questões éticas. Não se fala mais em escravidão, porém o negro segue sendo inferiorizado porque a sociedade (o Outro) hesita em reconhecê-lo. Diante de tal negação, é preciso se afirmar, fazer-se conhecer por meio de um processo dialético de emancipação. Quando as ações afirmativas se fortalecem, elas emanam valores humanistas e de liberdade também entre os brancos.

A ingenuidade “branca” quanto ao processo de reconhecimento do negro é evidente em alguns discursos do senso comum: “Mas, enfim, eles nos incomodam, os negros. Se nós os tratamos como negros, eles protestam e querem ser como nós. Se nós os tratamos como um de nós, eles reclamam porque eles são negros” (BONI; MENDELSON, 2021, p. 97). Portanto invisibilizar a cor da pele tampona diferenças que terminam por esvaziar a experiência de ser negro, apagando a história, a cultura e a singularidade das etnias.

Na situação colonial, a dialética da identificação é distorcida, fazendo com que a matriz simbólica, que ativa a identificação, seja marcada por uma espécie de ignorância constitutiva. O olhar culturalmente legitimado é branco, objetivante, autoritário. Ou seja, os significantes que organizam as representações e afetos são instituídos em outra cultura e impostos.

Por outro lado, o processo de negação revela uma preciosa contrapartida. O nó de conflitualidade do qual emerge o sujeito do inconsciente, dividido

diante da impossibilidade de produzir um ser próprio, é justamente o nó de emergência do sujeito da psicanálise (em análise) que se percebe um ser de ignorâncias múltiplas, repletos de deformações diante do espelho, cuja torsão colonial produziu um tipo de “caso limítrofe”.

Torna-se necessário então descolar da cena colonial para vê-la de outros ângulos: os brancos precisam dos negros como testemunhas de suas mentiras. Não daquelas mentiras que eles são capazes de denunciar a eles mesmos. Mas daquelas que jamais perceberiam se não fossem pelos negros.

O que fazer da diferença, diante da complexidade e de vários mal-entendidos de teóricos (inclusive da psicanálise) que não deram conta de perceber a importância psicossocial das ações afirmativas das pequenas diferenças? Muitos terminam por reduzi-las a um mecanismo narcisista que reifica o racismo em seu lado oposto: o antibranco. Todo cidadão precisa conhecer a periculosidade desse tipo de pensamento. Se ao democrata falta a singularidade porque ele vê sempre o homem (não importa se é judeu, negro, árabe etc.), ao indivíduo falta o caráter singular porque, afinal, ele não se reconhece na soma dos tratados universais. As pequenas diferenças buscam, por meio das ações afirmativas, construir o seu lugar no mundo para além do olhar reducionista dominador do colonizador.

Outro aspecto abordado no livro é o encarceramento racial e as enfermidades psiquiátricas em regime fechado, ambos tratados como reprodução de violência colonialista. A alienação social que aprisiona o problema da loucura e da delinquência é produtora de alienação mental do sujeito aprisionado que se vê privado do direito à indignação. Essa é uma questão ética que precisa considerar o absurdo da crueldade que caracteriza a experiência subjetiva da racialização nos espaços de confinamento.

As situações de rupturas contraditórias vividas desde a tenra infância vão implicando deturpações do processo de identificação que coloca o sujeito colonizado em um estado de suspensão no estágio do espelho. As qualificações aparentemente inconciliáveis porque assombram tanto a história pessoal quanto a história coletiva vão se transformando assim na caixa de ressonância de seus silêncios, encerrando a história de cada um, na qual raça e sexo são associados implicitamente na medida em que revelam como a trajetória das diferenças se encarnam nos corpos. Nessa questão inconciliável, o corpo negro e o corpo branco sofrem/são valorados de forma diferente, atravessados também

pelas questões de sexo, ora fetichizando características fenotíficas, ora supervalorizando características físicas idealizadas, ambas fruto de um movimento colonizatório, que usa principalmente da subalternização de certos corpos para justificar uma certa superioridade racial/sexual.

Por outro lado, o racismo indexado à lógica do preconceito faz emergir um discurso no seu inverso: a igualdade entre seres humanos. Entretanto, para os autores, a igualdade entre os seres humanos não é o contrário do racismo; é antes o seu inverso, ou seja, a mesma negação de singularidade e de direito à diferença, porém de forma invertida: todos são iguais. Tal solução universalizante, apesar de abrir um horizonte imaginário de justiça e de bom senso, encobre o fato de que a noção de raça não pode existir quando se sustenta o universal como ideal. O encontro branco-negro, longe de ser um encontro de dois seres humanos sem diferença, é o “encontro da diferença” e essa diferença não tem justificativa natural.

A negação é explicitada como um mecanismo de centralidade do racismo, instaurada no campo da racionalidade como uma ingenuidade visível que persiste no misticismo da igualdade. Por intermédio de um debate de Didier Fassin, a obra avança a reflexão pela ótica da psicologia política e da representação da discriminação, apontando duas questões centrais: como é possível sepultar o racismo? E por quais lógicas negamos o injustificável?

Ao analisar a história francesa, é possível compreender os processos políticos de apagamentos de fatos históricos raciais que promovem o eterno retorno de posicionamentos e desejos inconscientes que articulam crenças de uma forma coletiva, na medida em que ela se institui na relação com o outro. O conhecimento que se supõe é uma heterodoxia balizadora da crença.

O enrijecimento subjetivo do racismo ordena posicionamentos coletivos que perpassam pelo inconsciente. Digno de nota, Lacan, no seminário, em 1972, disse: “O racismo tem futuro!”. Isso porque “nosso futuro de marchas comuns encontrará seu equilíbrio em uma extensão de processos de segregação cada vez mais difíceis”. Essa profecia baliza-se no conceito de gozo, cuja dualidade retira a premissa racial do ódio ao outro e o reposiciona ao ódio a si mesmo. Entretanto esse ódio é circundado pela negação e retoma seu direcionamento ao outro: ódio ao gozo incompleto e irrealizável.

A politização do gozo efetiva-se pela ordem dos discursos em que a raça é constituída pelo modo como os lugares simbólicos são transmitidos. Na perspectiva lacaniana, o discurso é o que aparelha o gozo e torna o racismo algo em plena ação que se encontra no campo do não dito ou do inaudível institucional e da negação.

Assim o livro convida a refletir sobre o enraizamento subjetivo do racismo, produto e produção dos cidadãos modernos do mundo ocidental. Ou seja, fruto de um processo socio-histórico aprendido e, portanto, passível de desconstrução. A psicanálise pode ser usada para ampliar os horizontes da educação racial, com argumentos de base para as ações afirmativas no campo educacional, desnaturalizando mecanismos tácitos e discursos de encobrimento da negação e desconstruindo discursos e aparelhamentos de gozo que atravessam o debate a respeito dos rumos da educação no país.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIA POLÍTICA

PPGCP/UFPI

DOSSIÊ: GÊNERO E TERRITÓRIO

1 Prefácio

Geovane Gesteira Sales Torres
Maria Laís dos Santos Leite
Luiz Paulo Ribeiro

2 A mulher na política institucional potiguar: uma análise sobre a vivência das eleitas ao legislativo municipal

Helena Grazyelle Nascimento Oliveira
Rocelly Dayane Teotonio da Cunha

3 As expressividades transexual e travesti nas eleições municipais de 2020 e os seus impactos na democracia representativa brasileira

Lucas Lira de Menezes
Maiko Jhonata A. Gomes

4 O processo de reconhecimento da mulher enquanto sujeito político nos contextos rurais: contribuições das políticas públicas e possibilidades de práticas psicológicas emancipatórias

Bruna Marques da Costa
Conrado Pável de Oliveira

5 Gênero e soberania alimentar: reflexões acerca da atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil

Maria Alane Pereira de Brito
Maria Laís dos Santos Leite
Suely Salgueiro Chacon

6 Mulheres atingidas pela mineração e barragens: impactos e resistências

Camilla Veras Pessoa Silva

7 O protagonismo das mulheres e a promoção da saúde mental a partir do trabalho de extensão rural da EMATER/RS-ASCAR com os grupos comunitários de mulheres rurais

Joice Schneider Marmentini
Tatiana Engel Gerhardt

8 A situação dos direitos LGBT+ no Brasil e México: uma análise comparativa em documentos de organizações internacionais

Geovane Gesteira Sales Torres
Maria Laís dos Santos Leite
George José dos Santos Lima

Resenhas/Recensão

CONNELL, Raewyn. Gênero em termos reais. 1ª ed. São Paulo: Nversos, 2016.
Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo
Carlito Lins de Almeida Filho
BONI, Livio; MENDELSON, Sophie. La vie psychique du racisme: l'empire du démenti. Paris: La Decouvert, 2021.
Luiz Paulo Ribeiro
Carolina Costa Resende
Jesus Alexandre Monteiro

APOIO: